



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR SOLANO NASCIMENTO
ÁREA: JORNALISMO ECONÔMICO

**Cobertura econômica em jornais impressos:
o olhar do Jornalismo Cívico**
Uma análise sobre a cobertura da crise do subprime

Maria Luíza Troina Teixeira Gomes
RA 20413397

Brasília, Maio de 2008

Maria Luíza Troina Teixeira Gomes

Cobertura econômica em jornais impressos: o olhar do Jornalismo Cívico

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof . Orientador: Solano Nascimento

Brasília, Maio de 2008

Maria Luíza Troina Teixeira Gomes

Cobertura econômica em jornais impressos: o olhar do Jornalismo Cívico

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof. Solano Nascimento
Orientador

Prof. Vivaldo de Sousa
Examinador

Prof. Sérgio Euclides
Examinador

Brasília, Maio de 2008

Agradecimentos

O autor Antoine de Saint-Exupéry escreveu em seu clássico livro *O Pequeno Príncipe*: “Foi o tempo que perdeste com a tua rosa que a fez tão importante para você”. Dediquei meu tempo ao estudo do jornalismo por acreditar na importância da informação para a sociedade e por acreditar que por meio do conhecimento podemos melhorar a qualidade da nossa cobertura. Isso é primordial, importante e um grande sonho para mim.

Eu gostaria de agradecer, então, a todos que compartilharam comigo esse sonho em algum momento.

À minha mãe Rosa Maria, ao meu pai Valmir, ao meu irmão Rafael e à minha fada madrinha Helena, que sempre estiveram ao meu lado. À Luciana Troina pela paciência de ler todos os meus textos e pelo apoio de sempre. A todos os demais familiares.

Aos meus amigos que acompanharam todo esse desenvolvimento, contribuíram e me acolheram em todas as horas, entre eles Aline Menke, Carine Roos, Juliana Almeida, Lucas Santana, Pedro Ladeira, e Yuri Ribeiro.

Aos amigos de faculdade que compartilharam experiências, congressos, estágios e proporcionaram momentos alegres em horas de dificuldade.

Aos grandes mestres com quem tive a sorte e a honra de aprender, que enriqueceram, não só a minha carreira, mas a minha vida com suas lições. Entre eles, os professores Rogério Junqueira, Sérgio Euclides, Marcone Gonçalves, Mônica Prado e o meu professor-orientador Solano Nascimento.

Aos chefes e supervisores com quem tive o prazer de aprender nos estágios que fiz, por me ensinarem as funções com paciência, respeito e dedicação.

Aos membros da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) que colaboraram com dicas de bibliografia e grandes sugestões.

Aos jornalistas que, apesar das pressões e críticas que essa categoria sofre, não desistiram de publicar um bom jornalismo. Eles foram inspiração para que eu não perdesse as esperanças e continuasse o caminho.

Muito Obrigada!

“As convicções são cárceres.” F. Nietzsche

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o material publicado sobre a cobertura da crise do subprime pelos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* em março de 2008. Para cumprir essa meta, serão utilizados conceitos do jornalismo econômico, do jornalismo cívico e a metodologia Análise de Conteúdo, que se trata de uma análise quantitativa dos dados obtidos. Para a análise, foram utilizados quatro critérios de noticiabilidade estabelecidos pelo jornalismo cívico. Dois relativos à linguagem empregada nas reportagens, e outros dois relativos a elementos da cobertura.

Palavras-chave: jornalismo cívico, jornalismo econômico, subprime, análise de conteúdo.

Lista de Ilustrações

Gráfico 1 Composição da cobertura da <i>Folha de S. Paulo</i>	28
Gráfico 2 Composição da cobertura do jornal <i>O Globo</i>	35
Gráfico 3 Gráfico comparativo.....	39

Lista de Tabelas

Tabela 1 Matérias publicadas no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	29
Tabela 2 Matérias publicadas no jornal <i>O Globo</i>	35

Lista de Abreviaturas e Siglas

EUA – Estados Unidos da América

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

Sumário

1	Introdução	13
2	Jornalismo econômico.....	14
2.1	Jornalismo econômico e o Neoliberalismo.....	15
3	Jornalismo cívico.....	18
3.1	Aplicação do modelo no Brasil.....	20
3.2	Fundamentos do jornalismo cívico	21
4	Metodologia.....	25
4.1	Procedimento adotado.....	25
5	Análise dos dados	28
5.1	Panorama da cobertura do jornal <i>Folha de S.Paulo</i>	28
5.2	Panorama da cobertura do jornal <i>O Globo</i>	34
5.3	Comparação entre as coberturas	39
6	Considerações finais	42
	Referências.....	44
	Anexos	46

1 Introdução

A cobertura econômica pode ser considerada uma das mais bem elaboradas dos jornais impressos. Há grande espaço e notoriedade para esse campo, e pode-se notar também que os assuntos relativos à economia estampam quase diariamente as capas dos principais jornais de circulação nacional brasileiros.

Isso não é uma peculiaridade de nosso país. Em outros países emergentes como o Brasil ou potências mundiais, as matérias sobre economia ganham destaque nos jornais. Inclusive para o país considerado a maior potência econômica mundial, os Estados Unidos, essa cobertura recebe destaque em jornais famosos em todo o mundo, como o *The New York Times*.

O assunto é complexo e exige muitas vezes que, tanto o leitor quanto o jornalista, se esforcem para se familiarizar com os termos técnicos e peculiaridades desse tema. Nesse caso, o jornalista exerce a importante função de tradutor. É quem vai transformar os temas derivados desse setor tão complexo como importante – a economia – em informação que possa ser aproveitada por todos os seus leitores.

Esta análise tem como objetivo observar como os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* cumprem essa função social. Para isso foi escolhido o olhar do jornalismo cívico, que surgiu a partir de um movimento que aconteceu nos Estados Unidos em função da perda de credibilidade da imprensa.

Para a análise foram selecionadas as matérias que tratam a crise econômica no mercado imobiliário dos Estados Unidos, chamada de “crise do subprime”. Como dizem alguns investidores “quando a economia norte-americana está com febre, todo o mercado mundial pega uma gripe”. Esta análise tem como objetivo mostrar como esses dois jornais explicam aos seus expressivos números de leitores a relação dessa crise com o Brasil por meio de alguns critérios de noticiabilidade do jornalismo cívico.

2 Jornalismo econômico

Como afirma o autor Ivo Ribeiro, em meados do século 20, a partir de 1960, os jornais começaram a organizar editorias de economia com profissionais do ramo. As matérias relatavam uma realidade econômica de uma sociedade que até então vislumbrava o crescimento industrial e financeiro. Pouco depois, na década de 1970, em meio a uma ditadura militar que marcou a história econômica do país, o Brasil começou o período do “milagre econômico”, em que a mídia brasileira retratava - sob a vigilância do governo – um acelerado processo de desenvolvimento do país. Como comenta o jornalista Aylê Salassié Figueiras Quintão, “O ‘milagre’ é cultivado pelo governo, reproduzido pelos jornais, e discutido pelos intelectuais brasileiros, que o descrevem e questionam em artigos, entrevistas e debates num reconhecimento tácito da sua existência.” (QUINTÃO, 1987, p. 40)

A expansão dessa área de cobertura jornalística ganhou corpo com a abertura política brasileira, na década de 1980. Nesse período, alguns veículos surgiram como experiências de mídia especializada na cobertura econômica. Revistas e jornais como a *Gazeta Mercantil*, além dos cadernos em impressos de grande circulação nacional, como *O Globo* e *O Estado de S.Paulo*, eram dedicados inteiramente a esse tema.

Isso era necessário para que o público entendesse a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de proceder a estabilização da moeda; entender como e por que o Brasil tinha quebrado nos idos de 1981; quais as novas condições da retomada do crescimento, sobretudo, porque éramos uma nação tão injustamente dividida entre ricos e pobres. (BASILE, 2002, p. 75)

O processo de redemocratização do país, com o fim do regime militar, representou, também, uma ampliação do espaço de imprensa e “um expressivo surgimento de publicações segmentadas para cada tipo de atividade econômica.” (RIBEIRO, 2006, p. 118)

Segundo Basile, poucos eventos marcaram tanto a história econômica brasileira recente e tiveram tanta importância para o crescimento da imprensa econômica do que o confisco da poupança empreendido pelo presidente Fernando Collor de Melo, em

1990. “De repente os brasileiros acordaram sabendo que só teriam disponíveis no banco cinquenta cruzados novos, que eram de fato muito pouco dinheiro.” (BASILE, 2002, p. 76)

Sidnei Basile acredita que essas e outras questões extremamente angustiantes infernizavam o cotidiano dos cidadãos, que precisavam entender o que ocorria. “Foi a oportunidade de ouro para os veículos, e eles não a perderam.(...) Investiu-se muito na cobertura econômica e de negócios e, sobretudo, na explicação dos vetores que afetam as finanças pessoais dos cidadãos.” (BASILE, 2002, p. 76)

2.1 Jornalismo econômico e o Neoliberalismo

Segundo o pesquisador da Universidade de São Paulo, Bernardo Kucinski, o jornalismo econômico dos últimos 30 anos foi um instrumento de construção do paradigma neoliberal – ideologia política que coloca o indivíduo em um patamar de importância mais elevado que o próprio Estado e defende que a economia é regida por livres decisões individuais. “Tornou-se o núcleo em torno do qual se articulam as demais coberturas jornalísticas. Uma em cada duas manchetes dos jornais brasileiros tem sido dedicada à economia.” (KUCINSKI, 1996, p. 131)

De acordo com Kucinski, o jornalismo econômico neoliberal se caracterizou por um discurso agressivo porque sua primeira tarefa era desconstruir o modelo vigente e o paradigma desenvolvimentista. Bernardo Kucinski escreveu que “O jornalismo existe para socializar as verdades de interesse público, para tornar público o que grupos de interesse ou poderosos tentam manter como coisa privada.” (KUCINSKI, 2005)

O critério principal de seleção e edição dos fatos que se tornarão notícias deveria ser o do interesse público: a informação é importante para um veículo proporcionalmente ao quanto puder afetar seu universo de leitores. Mas, segundo Kucinski, não é isso o que vem acontecendo com as notícias sobre economia desde que se implantou em nosso país o chamado modelo neoliberal.

Apesar de ocuparem o centro do noticiário e de funcionarem até mesmo como organizadoras de toda a pauta política, as notícias sobre economia não vêm sendo escolhidas ou tratadas nos jornais de referência nacional pelo critério do interesse público. O único critério adotado é o dos interesses do capital financeiro. O jornalismo econômico na era neoliberal funcionou como um discurso instituidor de uma nova ordem. (KUCINSKI, 1996, p.123)

Com o advento das novas tecnologias no novo século, é possível afirmar que o desenvolvimento da imprensa econômica restabeleceu sua utilidade para os leitores. “As novas tecnologias colocam a disposição de todos a informação *on line, real time* pela qual é possível saber o que se passa no mundo das finanças globais e tomar as decisões necessárias para tirar partido dessas informações, ou ser menos ou não prejudicado por elas.” (BASILE, 2002, p. 76)

Kucinski afirma que “o jornalista se tornou um dos principais agentes da democracia, cabendo a ele revelar segredos do poder, informar, educar e esclarecer a população e, portanto, contribuir para a construção da cidadania e do exercício dos direitos civis”, porém, no caso do jornalismo econômico, o autor afirma:

O jornalismo econômico é displicente no trato de problemas estruturais e crônicos, como a fome, o desemprego, a falta de habitação e transporte, as desigualdades mundiais, a desordem monetária internacional, como se isso tudo desafiasse seus fundamentos ideológicos. (...) O jornalismo econômico prefere não pensar a longo prazo. (KUCINSKI, 1996, p. 189)

De acordo com Ribeiro, na cobertura econômica dos meios impressos, é notória a escassez de “matérias saborosas”. A notícia factual ganhou espaço e é cada vez mais direcionada para um público especializado. “Talvez o jornalismo econômico brasileiro, e até em outros países, careça atualmente de maior humanização.” (RIBEIRO, 2006, p. 110)

A cobertura econômica feita hoje no Brasil está diretamente relacionada aos grandes grupos econômicos, e negligencia outros setores da sociedade, como as pequenas e microempresas e a agricultura. “O elitismo decorre também de serem os

executivos e altos quadros do governo as fontes mais usadas pelo jornalista.” (KUCINSKI, 2005, p. 185)

Para Kucinski, o jornalismo no Brasil vive hoje uma crise ética.

Mais do que a incidência de desvios éticos pontuais, a característica dessa crise é o vazio ético. Nas redações, deu-se uma rendição generalizada aos ditames mercantilistas ou ideológicos dos proprietários dos meios de informação. A liberdade de informar e o direito de ser informado tornaram-se letra morta. (KUCINSKI, 2001, p. 17)

Nas redações, a qualidade das mensagens foi deixada de lado. Com o desenvolvimento da tecnologia da comunicação, o mais importante é a quantidade de informações veiculadas. “Como disse enigmaticamente McLuhan ‘o meio é a mensagem’. A mensagem é a tecnologia do meio e não o conteúdo intencional ou objetivo dos programas informativos.” (BLAZQUEZ, 2000, p. 27)

3 Jornalismo cívico

Ainda no século 19, o desenvolvimento dos estudos sobre jornalismo, bem como sua práxis, foi sustentado pelos pilares da democracia. Segundo o pesquisador e professor na Universidade de Nova Lisboa Nelson Traquina, existem três vertentes fundamentais que traçam esse desenvolvimento. A primeira trata da expansão de veículos de imprensa, que teve início no século 19 e se estendeu e progrediu durante o século 20 com a criação de novos meios de comunicação; a segunda se refere à comercialização e à exploração da informação como um produto de venda; e a terceira vertente é a emergência do pólo intelectual, que parte da profissionalização dos jornalistas até o pensamento sobre o papel social da mídia.

No desenvolvimento dessa terceira vertente, entre as teorias e reformulações no jornalismo, cresceram algumas linhas de pensamento cujo fundamento é a preocupação com a afirmação das funções sociais e cívicas do jornalismo e o valor da informação para a construção da democracia.

Ainda no século 19, desenvolveu-se uma teoria democrática que define duas funções para o jornalismo: vigiar o poder público com intuito de defender os interesses do cidadão e fornecer a eles informações necessárias para o desempenho de suas obrigações e direitos cívicos.

No mesmo século houve tentativas de que essas funções fossem postas em prática. Um exemplo claro foi a criação das *penny press*, que eram jornais vendidos por um preço baixo com intuito de envolver um maior número de leitores de classes sociais diversas. “Há assim um novo conceito de audiência: 1) um público mais generalizado e não uma elite educada; 2) um público politicamente menos homogêneo.” (TRAQUINA, 2005, p.50)

No século seguinte – século 20 -, o jornalismo cívico, também denominado “jornalismo público”, “jornalismo comunitário” ou “jornalismo de serviço público”, nasceu como um polêmico movimento em reação às constantes críticas que apontavam a crise de imagem dos meios de comunicação perante a opinião pública.

Uma pesquisa de opinião constatou que houve uma perda significativa da credibilidade nos Estados Unidos no início dos anos 1990. De acordo com Nelson

Traquina, pesquisa da imprensa nacional realizada no ano de 1994 nos Estados Unidos indicou que apenas 25% dos entrevistados concordavam com a afirmação de que os meios de comunicação ajudam a sociedade a resolver seus problemas. A pesquisa apontou ainda que 10% das pessoas entrevistadas tinham muita confiança na mídia enquanto 63% acreditavam que as empresas jornalísticas operavam sob influência dos poderosos. “As sondagens de opinião nos Estados Unidos demonstram de forma clara que a credibilidade dos mídia chegou ao seu ponto mais baixo.” (TRAQUINA, 2001, p.171).

O jornalismo não era considerado aliado da sociedade por contribuir pouco nas questões sociais. Estudiosos passaram a projetar um novo formato para o jornalismo, mais focado nas necessidades do público e contribuição para a construção da cidadania e consciência social.

Para este movimento, não há dúvidas de que o jornalismo está em crise, bem como a própria democracia. Na introdução de seu livro-manifesto, um dos pais fundadores do movimento, o jornalista Daves Merrit, escreve: ‘Existem duas suposições fundamentais; A vida pública não vai bem e o jornalismo está em dificuldade. (TRAQUINA, 2001, p. 172)

De acordo com a interpretação de Traquina, Merrit defende uma “redefinição do jornalismo” e argumenta que os jornalistas têm sido infiéis ao público ao ignorar as funções sociais da profissão e ao contribuir para o “mal-estar” da vida pública.

Escreve Merrit: ‘Temos que esclarecer os nossos valores, realizar o verdadeiro contexto do nosso trabalho, e começar a olhar para nós numa maneira diferente. A mudança necessária não é fácil. Não é uma questão de fazer algumas coisas de uma maneira diferente, ou fazer algumas coisas diferentes. Tem de ser fundamental, a adoção de um papel para além de dar notícias’ (TRAQUINA, 2001, p. 177).

O estudioso Merrit acredita que, após o conhecido caso Watergate, a principal função do jornalismo tornou-se “apanhar ladrões”, o “excessivo negativismo” contribuiu para a perda da credibilidade dos jornalistas.

O jornalismo cívico que Merrit defende envolve as seguintes mudanças: 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública, 2) deixar para trás a noção do 'observador desprendido' e assumir o papel de 'participante justo'; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores, mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. Assim, para o jornalismo cívico, torna-se um imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspectiva – a perspectiva do 'participante justo' – com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho. (TRAQUINA, 2001, p. 178)

De acordo com Traquina, para o professor universitário Jay Rosen - outro pai-fundador do jornalismo cívico - o objetivo da nova proposta para elaborar notícias era claro. “O jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania, melhorando o debate público e revendo a vida pública” (TRAQUINA, 2001, p. 172). Para Rosen, a comunicação é uma solução para a democracia e o jornalismo deve servir como um palco para discussões públicas.

Rosen defende que a objetividade está ligada à credibilidade dos jornalistas.

O que poderá substituir a objetividade? Rosen responde em duas partes. Escreve Rosen: Com todos os seus defeitos o conceito de objetividade ainda exprime valores profundamente acreditados e legítimos: a noção de uma verdade desinteressada, o desejo de separar o fazer jornalismo do fazendo política, a tentativa disciplinada de reprimir inclinações pessoais, utilizando a perspectiva de outra pessoa para encarar as coisas. São valores importantes para nós todos, e em particular para os jornalistas. (TRAQUINA, 2001, p. 182)

3.1 Aplicação do modelo no Brasil

Enquanto nos Estados Unidos o *civic journalism* é um estilo adotado e praticado em alguns jornais, no Brasil não se pode dizer que o jornalismo cívico seja uma rotina em algum dos veículos de imprensa.

Segundo o pesquisador Luiz Martins da Silva, o jornalismo cívico sequer atingiu status de gênero, como o jornalismo econômico ou o jornalismo científico. “O jornalismo público não encontrou no Brasil nem uma tradução definitiva nem uma compreensão do

que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional.” (SILVA, 2002, p.1)

No entanto, a imprensa brasileira adotou critérios desse movimento em sua cobertura. De certa forma, o jornalismo cívico se desenvolveu no Brasil como uma ferramenta de apoio na construção das notícias com engajamento social.

Pode-se dizer que, no Brasil, o jornalismo público está emergindo com características próprias e, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, não houve, aqui, intenções e ações visando especificamente fundar uma categoria jornalística. (SILVA, 2002, p. 1)

Na imprensa brasileira, o jornalismo cívico não faz parte da política editorial, porém pode ser considerado, em alguns veículos, um valor-notícia que complementa a sua função social como imprensa. De acordo com Luiz Martins Silva, um exemplo acontece na *TV Cultura* de São Paulo. Dois programas da emissora adotam o jornalismo cívico como política editorial: *Matéria Pública* e *Diário Paulista*.

Segundo o diretor de jornalismo da emissora, Marco Antônio Coelho Filho, enquanto o jornalismo comunitário mostra o problema e cobra soluções, o jornalismo público mostra como os problemas podem ser tratados pelas políticas públicas. (SILVA, 2002)

3.2 Fundamentos do jornalismo cívico

Como escreveu Luiz Martins Silva: “Não há democracia sem comunicação; não há comunicação sem democracia” (SILVA, 2006, p. 83).

Entre as polêmicas que envolvem mídia e democracia, a prática jornalística é um dos pontos mais questionados. Uma parte desse debate conflituoso se refere aos fundamentos que devem ser incorporados à prática para que o jornalismo torne-se um palco de discussão pública sobre os interesses de uma determinada sociedade ou

comunidade. Sob essa concepção da função social do jornalismo é que se estabelecem os valores-notícia do jornalismo cívico.

Para iniciar uma análise sob os parâmetros desse “novo jornalismo” - mais democrático e mais “público” a partir de uma redefinição de suas funções -, é necessário, em primeiro lugar, definir e limitar alguns dos principais valores-notícia do movimento.

Segundo Traquina, o pesquisador italiano Mauro Wolf afirma que os valores-notícia se referem aos critérios utilizados na seleção dos acontecimentos e na transformação do fato em notícia a partir do contexto adotado para sua elaboração. São os elementos que devem definir quais fatos serão transformados em notícias e quais não serão.

O professor e pesquisador norte-americano da Universidade de Chapel Hill Phillip Meyer (1995) define seis elementos principais para se fazer jornalismo cívico.

Segundo Meyer, são eles:

- Um desejo de reconstituir a noção de comunidade. Isso demanda uma demorada compreensão pelos jornais de que a sua causa e seus problemas são parte do sistema. Como afirmou John Gardner num encontro de jornalistas em 1989, no Knight-Ridder editorial, leitores de jornais não aumentam enquanto a noção de comunidade estiver baixa.

- Uma cobertura mais duradoura. Em vez de pular de evento para evento, um jornal deve se manter com um problema ou opinião - mesmo sob o risco de tornar-se redundante - até que prenda o foco de atenção da comunidade em todos os aspectos, de forma que os cidadãos possam racionalmente deliberar sobre o problema.

- Um desejo de ir a fundo na explicação de sistemas que direcionam as nossas vidas. Reportagens focadas apenas no imediatismo não carecem só de mais tempo, mas de mais profundidade também. Elas não ajudam a audiência a ver além da superfície, ver as origens dos problemas da comunidade.

- Mais atenção nas médias e menos atenção nos extremos. Ao lecionar conceitos estatísticos aos repórteres, notei como eles tendem para os extremos de uma distribuição normal. Eles vêem novidades nos extremos bizarros, mas na democracia a maioria do povo e suas ações são encontradas nos níveis intermediários.

- Uma preferência nas consistências acima das táticas na cobertura do debate político. Com o livro *A Construção do Presidente*, escrito em 1960, Theodore White inspirou um gênero de jornalismo que trata uma eleição da mesma forma que trataria um evento esportivo. Cada movimento é avaliado, não pelo seu efeito para a comunidade, mas pelo seu valor tático no jogo político. A motivação dos políticos é algo que vale a pena saber, mas está longe de ser a única coisa que importa.

- Um desejo de encorajar decisões bem pensadas. Expressar a visão dos veículos e dos jornalistas é uma boa coisa. Tentar compreender honestamente a visão de alguém é igualmente importante. Ajudar e encorajar membros de uma comunidade a fazer a mesma tentativa, buscar um entendimento recíproco, é um aspecto chave do jornalismo cívico que precisamos.

De acordo com Luiz Martins Silva, o jornalismo público no Brasil é caracterizado pela intenção de agregar aos valores-notícia tradicionais alguns elementos de análise e de orientação do público.

As ações sociais com vistas aos desenvolvimentos social, econômico, político, cultural e, em síntese, humano não poderiam prescindir do agendamento e do noticiamento, mas, sobretudo do fornecimento ao público de instruções, roteiros e procedimentos acerca da responsabilidade social de todos na consecução dos meios para a resolução dos problemas representados pelos fatos e suas conseqüências. (SILVA, 2002, p. 3)

Para Luiz Martins Silva, o jornalismo no Brasil pode seguir os seguintes critérios do jornalismo cívico:

- Jornalismo e desenvolvimento humano passariam a formar uma relação intrínseca. A mídia deve exercer um papel revolucionário em contraposição ao velho paradigma do jornalismo de apenas faturar com os dramas do ser humano de forma sensacionalista.

- Organizações – governamentais ou não – teriam contato com a população por meio de notas oficiais ou reportagens sobre suas ações, colaborando para o cumprimento de uma função social da mídia.

- Veículos de imprensa podem adotar uma causa e trabalhar em sua promoção, por meio de campanhas, independente da vontade ou colaboração das organizações interessadas no tema.

- Atuação cooperativa e consorciada entre as organizações sociais e os veículos de imprensa, respeitando a autonomia de cada participante e seus próprios valores-notícia.

- Parceria entre Estado e veículos de imprensa, a despeito das discordâncias sobre a condução de políticas públicas.

Luíz Martins Silva acredita que o jornalismo cívico pode vir a se consolidar no Brasil, mas não como um movimento de revolução, e sim como um amadurecimento dos meios que se desenvolvem como mídias democráticas.

4 Metodologia

O método Análise de Conteúdo se difere da análise do discurso e análise semiótica por cumprir requisitos de “sistematicidade” e “confiabilidade”, na avaliação do pesquisador Jorge Duarte. Segundo ele, trata-se de uma “técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto”. (DUARTE, 2005, p. 284)

De acordo com Duarte, em concepção ampla, a Análise de Conteúdo se refere a um método das ciências sociais e humanas destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa.

A adoção da Análise de Conteúdo como metodologia aconteceu pela primeira vez em meados do século 20, mas os instrumentos metodológicos dessa concepção são utilizados em pesquisa desde o século 18. “É tributária do positivismo, cuja principal característica é a valorização das ciências exatas como paradigma científico e a referência ao espírito humano em seu estágio mais elevado”. (DUARTE, 2005, p.280)

A análise de conteúdo evita a “análise de intenções” e de fatores não-quantificáveis, dando ênfase aos aspectos quantitativos e associando a comunicação como objeto de estudo. As primeiras escolas norte-americanas de jornalismo utilizavam esses critérios de objetividade para análise de periódicos.

Segundo Jorge Duarte, atualmente pode-se considerar a Análise de Conteúdo uma técnica híbrida, pois faz uma ponte entre as estatísticas e a análise qualitativa de materiais. Ou seja, a Análise de Conteúdo valoriza aspectos quantitativos e qualitativos do objeto de pesquisa dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador.

4.1 Procedimento adotado

Foram selecionados os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* para uma análise das editoriais de economia de acordo com critérios do jornalismo cívico. O estudo analisa as matérias que tratam da crise do subprime nas edições que vão do dia 18 de março até o dia 21 de março de 2008, um dos instantes em que os efeitos se intensificaram no Brasil.

A chamada “crise do subprime” começou em julho do ano passado (2007) nos Estados Unidos por consequência do aumento de preço e alta liquidez (volume de dinheiro que circula no mercado) de imóveis e aumento de crédito dado por bancos para aquisição de imóveis. Empréstimos foram feitos com taxas de juro menores. Com o aumento do preço das hipotecas, quando a chamada “bolha” (um nicho de mercado muito lucrativo) estourou por conta do excesso de oferta e pouca procura para compra, muitos clientes não conseguiram pagar suas hipotecas e os bancos não conseguiram recuperar o dinheiro emprestado. A crise ocasionou vários problemas em outros bancos por conta da dificuldade de empréstimo entre instituições. O impacto no mercado mundial é ocasionado quando há redução do consumo de produtos internacionais e retirada do dinheiro investido em setores de alto risco. O Brasil, considerado um “país emergente” por não ser uma potência, porém possuir um mercado onde circula um grande capital, poderia ser um dos países mais afetados pela crise do subprime.

Na análise serão utilizadas somente as matérias do caderno “Dinheiro”, da *Folha de S.Paulo*, e do caderno “Economia”, do jornal *O Globo*, que trataram a crise do subprime durante os cinco dias avaliados.

Para esta análise, foram separados quatro critérios de noticiabilidade descritos no Guia de Princípios do jornalismo público elaborado pela diretoria de jornalismo da TV Cultura de São Paulo.

De acordo com o Guia, o jornalismo cívico propõe uma redefinição do pacto entre quem produz e quem recebe notícias.

O jornalismo público age movido pela certeza de que a informação é um bem precioso (um meio de “educação permanente”), de posse do qual o receptor compreende melhor a realidade que o circunda, forma juízos, reconsidera posições e se abre para o resto da humanidade. (...) O objetivo é atingir o telespectador – cidadão, não o indivíduo fragmentado, entendido na sua dimensão exclusivamente pessoal. (TV CULTURA DE SP, 2004, p. 31)

Entre os principais fundamentos para a produção de notícias nesse viés estão a clareza e o didatismo, o equilíbrio e a reflexão.

Clareza e didatismo se complementam com um único objetivo: a preocupação com a linguagem utilizada nas notícias. Esse primeiro critério estabelece que a informação deve ser transmitida de forma límpida, independente da natureza do assunto. “Textos, abordagens e edições nebulosas comprometem uma das nossas principais tarefas – a de traduzir fatos. Ao falharmos, em vez de compartilhar conhecimento, marginalizamos o telespectador”. (TV CULTURA DE SP, 2004, p. 69). O didatismo parte do princípio de que o receptor nunca está familiarizado com a notícia, e que, por conta disso, tudo deve estar detalhado e explicado. “Para driblar as armadilhas da chatice, o remédio é investir na concisão, na clareza.” (TV CULTURA DE SP, 2004, p. 69).

Esses dois critérios, portanto, estão inseridos em um único fundamento: a utilização de uma linguagem acessível e explicativa.

O critério equilíbrio está relacionado à pluralidade de fontes. De acordo com o Guia, a imparcialidade é um mito, mas a busca da equidade não. “Ao cobrir um assunto, devemos assegurar às partes envolvidas o mesmo tratamento editorial, reservando-lhes espaço e destaque similares.” (TV CULTURA DE SP, 2004, p. 69)

O terceiro critério, reflexão, é um ponto polêmico. De acordo com o Guia, reportagens desnecessárias e caudalosas não fazem parte desse critério. A reflexão é o fundamento relativo à análise dos fatos, com ajuda de especialistas ou reportagens complementares. “Confundir análise com aborrecidos jogos retóricos só produz desinteresse no telespectador, e acaba por privá-lo de visão mais ampla sobre determinado assunto”. (TV CULTURA DE SP, 2004, p. 71)

5 Análise dos dados

5.1 Panorama da cobertura do jornal *Folha de S.Paulo*

Na cobertura do jornal *Folha de S.Paulo* é possível perceber o destaque dado ao tema pela quantidade de matérias publicadas no período. Foram veiculadas um total de 37 matérias sobre a crise do subprime. Elas foram distribuídas no caderno Dinheiro no formato de 1 artigos opinativo e 2 análises, 6 entrevistas, 8 matérias derivadas de agências de notícia e 20 matérias elaboradas por repórteres ou colaboradores da redação.

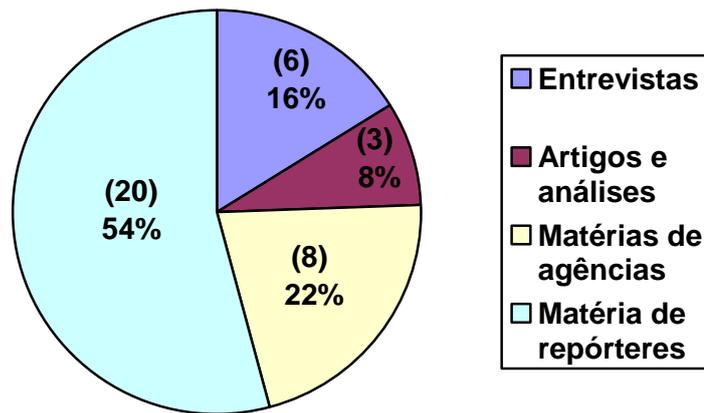


Gráfico 1 - Composição da cobertura da *Folha de S. Paulo*

Esses números demonstram o investimento e a preocupação do veículo com o tema. O caderno de economia da *Folha de S.Paulo*, chamado “Dinheiro”, é um dos pontos fortes da publicação.

O quadro a seguir mostra quais critérios de noticiabilidade foram encontrados em cada matéria analisada.

Tabela 1- Tabela de Matérias do jornal *Folha de S.Paulo*

Data/ Matéria	Clareza	Didatismo	Equilíbrio	Reflexão
18/03 – Socorro a banco dos EUA assusta mercado <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
18/03 – Medo de contágio afeta ações na Europa e agrava crise de liquidez <i>(Matéria de agência)</i>	-	-	X	-
18/03 – Bush convoca “força tarefa” para a crise <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
18/03 – Economista vê abalo na credibilidade do sistema financeiro norte-americano <i>(Entrevista com a economista brasileira Marcelle Chauvet)</i>	-	-	X	X
18/03 – Ações de bancos recuam pelo mundo <i>(Matéria de agência)</i>	-	-	-	-
18/03 – Crise terá graves conseqüências e longa duração, alerta FMI <i>(Matéria de agência)</i>	-	-	X	X
18/03 – Estrangeiro foge do risco, e Bolsa de SP recua 3,19% <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
18/03 – Lula avalia que BC errou ao sinalizar elevação dos juros <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
18/03 – Jamais teremos um modelo perfeito de risco, por Alan Greenspan para o <i>Financial Times</i> <i>(Artigo opinativo)</i>	-	X	-	X
19/03 – A queda dos juros nos EUA acalmará os mercados? <i>(Entrevista com o diretor do Bradesco, Octavio de Barros e com o economista da Moody’s Alfredo Coutiño)</i>	-	-	X	X
19/03 – EUA ficam com juros reais negativos <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
19/03 – BC americano corre risco de atuar demais	X	-	-	X

<i>(Análise da notícia pelo Financial Times)</i>				
19/03 – Bovespa sobe 3,2% com atuação do Fed <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	-	X
19/03 – Lucros de bancos caem pela metade, mas superam expectativa de investidores <i>(Matéria de agência)</i>	-	-	-	-
19/03 – Crise nos EUA é 30 vezes mais grave que a da Ásia, diz Lula <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	X	X	-	-
19/03 – Diferencial de juro estimula especulação <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	X	X	X
19/03 – ONU defende “ação global” contra turbulência <i>(Matéria de agência)</i>	-	-	X	-
19/03 – Larry Summers vê recessão mais profunda <i>(Entrevista)</i>	-	-	-	X
19/03 – “Não acompanho o Brasil”, diz economista Lawrence Henry <i>(Entrevista)</i>	-	-	-	-
19/03 – Crise dos EUA eleva preço do petróleo, diz Petrobras <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	-	X
20/03 – Bovespa tem a segunda maior queda do ano e recua 5% <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	-
20/03 – Sobe-e-desce de commodities agrícolas coloca mais tensão sobre produtor brasileiro <i>(Análise da notícia)</i>	-	-	-	X
20/03 – Estrangeiros tiram R\$2,1 bi da Bovespa <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	X	X
20/03 – Governo dos EUA eleva recursos para hipotecas <i>(Matéria elaborada por repórter)</i>	-	-	-	-
20/03 – Crise ajudará o governo a impedir a queda do dólar? <i>(Entrevista com o economista Flavio Serrano e a diretora de cambio Miriam Tavares)</i>	X	-	X	X

20/03 – Política industrial vê turbulências até 2009 (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	X	X
20/03 – Brasil tem a maior alta nas expectativas à UE (<i>Matéria de agência</i>)	-	-	-	X
20/03 – Com crise nos EUA, bancos do Brasil avançam em ranking (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	X	X
20/03 – Indústria já admite não poder atender demanda (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	-	-
21/03 – Commodities têm maior baixa em 52 anos (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	X	X
21/03 – Economistas vêem demanda forte (<i>Entrevistas</i>)	-	-	X	X
21/03 – “Fundamentos da valorização não mudaram” e “Patamar atual não se sustenta” (<i>Entrevistas com Christian Broda, professor da Universidade de Chicago e Miguel Daoud, analista da Global Financial Advisor</i>)	-	-	X	X
21/03 – Bolsa fecha semana com desvalorização de 4,85% (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	-	X
21/03 – Emergentes serão menos afetados, diz OCDE (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	-	X
21/03 – Economistas levaram ‘bordoada’ com crise, diz Lula (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	X	-	X
21/03 – FMI prevê queda moderada das commodities (<i>Matéria de agência</i>)	X	-	-	X
21/03 – Crise assusta instituições financeiras na Europa (<i>Matéria elaborada por repórter</i>)	-	-	-	-

Na cobertura está explícita a exploração do tema em diversas vias. Criou-se um espaço apenas para expor pontos de vista de especialistas sobre um tópico de abordagem econômica em toda a editoria. Entre eles estavam tópicos sobre a crise do subprime, como aconteceu na edição do dia 19/03/2008. A pergunta aos especialistas era “A queda dos juros nos EUA acalmará os mercados?”. O diretor do banco Bradesco, Octávio de Barros, respondeu:

Difícil dizer, mas está tudo bem orquestrado para evitar algo sistêmico mais grave. Os rumores sobre novos cadáveres vão continuar. Disso não tenho dúvida, apesar de as notícias vindas dos resultados do Goldman Sachs e do Lehman Brothers terem sido boas. Tem muita gente subestimando o Fed e os demais bancos centrais na gestão dessa crise. (...) (FOLHA DE S.PAULO – 19/03/2008)

Em contrapartida, o economista da Moody's, Alfredo Coutinho, responde:

Acredito que a redução dos juros vá trazer certo alívio. Os investidores já reagiram positivamente a essa notícia, embora esperassem diminuição maior. No entanto, será um alívio momentâneo apenas, porque os problemas que as instituições financeiras enfrentam nos Estados Unidos continuam existindo. Veremos mais bancos com problemas e isso causará volatilidade nas próximas semanas. (...) (FOLHA DE S.PAULO – 19/03/2008)

Apesar de cumprir nesse debate o critério de equilíbrio, por consultar fontes com pontos de vista distintos, e o critério de reflexão, por expor pensamento de especialistas sobre o tema, os textos não cumprem os outros dois critérios referentes à linguagem empregada, o didatismo e a clareza. No texto sobre o pensamento do diretor do Bradesco, por exemplo, na citação “novos cadáveres vão continuar” não está explícito sobre o que exatamente se refere o diretor.

Além da exposição desses pontos de vista, na cobertura é possível observar que a maioria das matérias cumprem o critério da reflexão por meio de entrevistas com especialistas ou matérias coordenadas.

Embora a crise seja nos Estados Unidos, muitas matérias foram dedicadas a expor e explicar os efeitos da crise no Brasil e em seu comércio. Têm caráter reflexivo, também, os artigos traduzidos de jornais especializados de grande credibilidade que circulam em outros países, como por exemplo o *Financial Times*, do Unidos.

Um dos textos que fazem reflexão sobre os efeitos da crise do subprime no Brasil é a análise publicada no dia 20/03/2008 “Sobe-e-desce de commodities agrícolas coloca mais tensão sobre produtor brasileiro”.

Na análise está escrito:

A soja, após atingir preços recordes na primeira semana deste mês, já recuou 19%. O café, 21%, e o açúcar, 23%. O trigo perdeu 16% na última semana. Essa queda de preços das commodities agrícolas se deve a um ajuste provocado pelos fundos de investimento. Diante da crise financeira dos EUA, muitos fundos estão reduzindo posições para cobrir buraco em outros investimentos ou porque simplesmente estão perdendo liquidez com a saída de investidores, temerosos desses dias cinzentos. (FOLHA DE S.PAULO – 20/03/2008)

Faz reflexão, mas não utiliza na sua linguagem clareza e didatismo. Termos técnicos como “liquidez” e frases como “muitos fundos estão reduzindo posições”, ambos sem esclarecimentos adicionais, demonstram que a linguagem empregada é técnica demais.

Por outro lado, no dia 18 de março de 2008, a matéria elaborada por repórteres publicada com o título “Lula avalia que BC errou ao sinalizar elevação dos juros” afirma o seguinte:

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais ministros avaliaram em reunião ontem que o Banco Central errou ao sinalizar na semana passada que poderia elevar os juros, segundo apurou a Folha.

Na semana passada, a divulgação da ata da reunião Copom (Comitê de Política Monetária) indicou que poderia haver elevação na Selic (taxa básica de juros, hoje em 11,25% ao ano). Na reunião semanal de Lula com seus principais auxiliares, o ministro da Fazenda Guido Mantega, disse que as notícias ao final de semana mostraram que a crise nos EUA é profunda. Afirmou que, por ora, não há forte efeito negativo sobre o Brasil, mas que será preciso monitoramento constante para evitar a alta de juros (...) (FOLHA DE S.PAULO – 18/03/2008)

A matéria apresenta uma linguagem mais didática e clara que as demais publicadas. Situa no texto o que é a taxa Selic e a influência na elevação dos juros. Apesar de explicar o ponto de vista do ministro Guido Mantega, além de trazer as informações do presidente Lula, a matéria não mantém o equilíbrio por não consultar nenhum outro especialista ou fonte que pudesse acrescentar um ponto de vista diverso ao apresentado pelo governo.

A cobertura é completa e recheada de informação. Contudo, não é o suficiente para que a mensagem chegue ao receptor com clareza e didatismo. Mais uma vez, o conteúdo está comprometido para os leitores pouco familiarizados com o tema.

A linguagem não é clara e acessível, e os conceitos não estão distribuídos nas matérias de forma explicativa. O texto também não está escrito de forma didática, acessível a todos. Por esse motivo e baseando-se nos fundamentos do jornalismo cívico, a cobertura não cumpre o papel do jornalismo de levar a informação a todos os cidadãos, nem os jornalistas cumprem o papel de “tradutores” de temas.

5.2 Panorama da cobertura do jornal *O Globo*

De maneira geral, as matérias analisadas refletem uma cobertura sucinta sobre o tema. Entre os dias 18 e 22 de março foram publicadas ao todo 18 matérias no caderno de economia do jornal, que se dividem em quatro tipos como mostra o quadro a seguir.

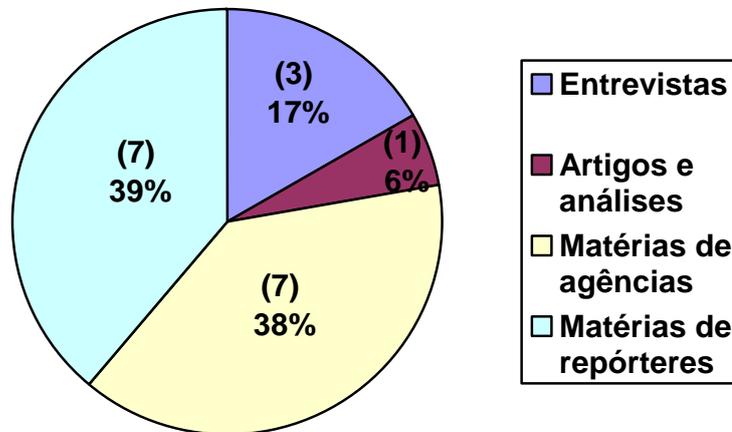


Gráfico 2 - Composição da cobertura do jornal O Globo

Entre as 18 matérias publicadas, 7 (38%) são matérias elaboradas por agências de notícia, 7 (38%) são matérias elaboradas por repórteres, 3 (18%) são entrevistas e 1 (6%) é artigo opinativo. O quadro a seguir mostra os critérios de noticiabilidade encontrados em cada matéria analisada.

Tabela 2 - Matérias publicadas no jornal O Globo

Data/ Matéria	Clareza	Didatismo	Equilíbrio	Reflexão
18/03 - Crise escolhe próxima vítima (Matéria de agência)	x	-	x	
18/03 – Dólar no nível mais baixo de 12 anos (Matéria de agência)	-	-	x	-
18/03 – BCs anunciam socorro de mais de U\$14 bilhões (Matéria de agência)	-	-	x	-
18/03 – “É justo que os bancos sofram um pouco”, John Williamson (Entrevista)	-	-	-	x

18/03 – “Os bancos brasileiros estão sólidos”, Guido Mantega (Entrevista)	-	-	-	X
18/03 – Singh, do FMI: crise pode afetar emergentes (Matéria elaborada por repórter)	-	-	X	X
18/03 – Para Fundo, riscos de contágio são altos (Matéria de agência)	-	-	X	X
18/03 – O mundo B, por Paul Krugman, colunista do NY Times (Artigo opinativo)	-	-	X	X
19/03 – EUA cortam juro e bolsas reagem (Matéria de agência)	-	-	X	X
19/03 – Lula: crise dos EUA é mais grave que a da Malásia e Brasil não foi atingido (Matéria elaborada por repórter)	-	X	X	X
19/03 – Analistas vêem possibilidade, mas compra de ativos de má qualidade e sem transparência preocupa (Matéria elaborada por repórter)	-	-	X	X
20/03 – A vez dos “commodities” (Matéria de agência)	-	-	-	-
20/03 – “Turbulência dura até o fim”, Joey Deep, analista financeiro (Entrevista)	-	-	-	X
20/03 – EUA entre a recessão e a pressão inflecionária (Matéria elaborada por repórter)	-	-	X	X
21/03 – Sob o signo da recessão (Matéria de agência)	-	-	X	X
21/03 – Nova queda de ‘commodities’ impede recuperação mais forte da Bovespa (Matéria elaborada por repórter)	-	-	-	X
21/03 – Brasil pode ter enxurrada de dólares (Matéria elaborada por repórter)	-	-	-	X
21/03 – Governo olha crise com lupa, diz Lula (Matéria elaborada por repórter)	X	X	-	-

Para compensar a complexidade que os assuntos sobre economia apresentam, várias ferramentas são utilizadas, entre elas artigos, entrevistas com especialistas, matérias sobre a opinião da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Consultar fontes especializadas aumenta o caráter reflexivo das notícias em geral, cumprindo, dessa forma, o papel do critério de noticiabilidade reflexão.

O trecho de matéria a seguir, publicado no jornal *O Globo* em 18 de março, é de uma entrevista em forma de texto corrido e obedece ao critério da reflexão ao mostrar o pensamento do ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a crise do subprime.

- Houve um agravamento da crise internacional, que se deu em função de algumas instituições financeiras que ficaram inviabilizadas. As conseqüências (para o Brasil) são uma movimentação nos mercados de renda variável. Também pode haver alguma saída de capitais externos que estão aqui, de instituições que precisam desses recursos para cobrir os buracos lá (no exterior). Mas não há, por enquanto, qualquer repercussão no nível de investimento, do consumo, da atividade econômica propriamente dita. (O GLOBO, 18/03/2008)

A matéria apresentou a explicação do ministro sobre os efeitos da crise no Brasil. Poderia tornar-se uma matéria mais didática e clara se no texto pudesse ser encontrada a explicação de termos técnicos, como por exemplo “mercado de renda variável”.

Nesse caso – de matérias que promovem uma reflexão, porém não possuem os critérios relacionados à linguagem, como o didatismo e clareza -, se perdem alguns públicos: a parcela de leitores que não estão familiarizados com o tema e desconhecem termos técnicos empregados.

Com matérias pouco claras e nada didáticas, os textos do tipo reflexivos e explicativos, como entrevistas sobre os riscos da crise e a preocupação das organizações, tornam-se complexos e não cumprem a função de explicar, muito menos de refletir sobre a crise.

Um outro exemplo disso é a matéria publicada no dia 20 de março no jornal *O Globo* sobre o impacto da crise no comércio exterior. A matéria “A vez da commodities”,

proveniente de uma agência de notícias, diz respeito à importação e exportação de matéria prima. Esse é um dos fatores da crise que atingem o Brasil.

Uma forte correção nos preços das commodities, refletindo as preocupações persistentes com a desaceleração da economia americana, levou os mercados globais novamente ao vermelho ontem e afetou ações de empresas brasileiras, sobretudo as exportadoras. O ouro, por exemplo, registrou a maior queda diária desde 1980. Movimento similar ocorreu com o petróleo, que não perdia tanto desde 1991. Com desvalorizações nas ações do setor de energia e mineração, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu 2,36%, eliminando quase 75% do ganho da véspera. (...) Dada a expectativa de desaceleração dos EUA, com desdobramentos mundiais, aumentou ontem a percepção de que os preços das commodities não poderiam se sustentar em patamares tão elevados quanto os vistos recentemente. (O GLOBO – 20/03/2008)

Apesar da relevância do tema e da ótima oportunidade de explicar os efeitos da crise no Brasil, nessa matéria não foi encontrado nenhum dos quatro critérios de noticiabilidade.

A clareza e o didatismo são critérios fundamentais na aproximação com o cidadão de acordo com o jornalismo cívico. Logo, matérias que não cumprem esses requisitos não enriquecem a atuação do indivíduo como cidadão e participante da política e economia do país.

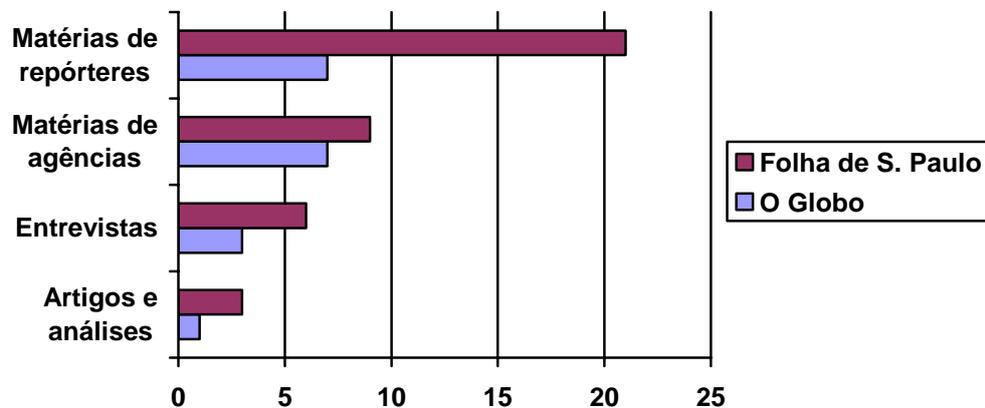
Entre as 18 matérias analisadas no jornal *O Globo* apenas uma delas combina esses dois critérios – clareza e didatismo. O texto aborda o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise do subprime quando questionado sobre um possível aumento no preço da gasolina.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seu governo está “tranquilo” e “cauteloso” diante da turbulência nos mercados internacionais desencadeada pela crise no setor imobiliário dos Estados Unidos. Segundo Lula, tanto a situação lá fora quanto seus efeitos sobre os mercados financeiro e de capitais domésticos estão sendo acompanhados com lupa pelo governo. (O GLOBO, 21/03/2008)

Apesar de se tratar de uma matéria com apenas uma fonte – o presidente – e também não se encaixar no critério da reflexão, é a única vez em toda a cobertura em que o texto faz a relação direta e clara de que a crise é uma consequência de um problema com o mercado imobiliário norte-americano.

5.3 Comparação entre as coberturas

Numa comparação das duas coberturas, nota-se que há pouca diferença na distribuição de reportagens. Proporcionalmente há a mesma porcentagem de artigos e entrevistas nas editorias, assim como há a mesma porcentagem de matérias elaboradas por agências ou por repórteres. A diferença está na quantidade de matérias veiculadas. O gráfico abaixo demonstra essa proporção.



Quadro 3 - Gráfico comparativo

As matérias, em geral, fazem uma reflexão sobre a crise do subprime e sobre seus efeitos no Brasil de uma maneira geral e são completas em informação. O equilíbrio também é um critério constante na elaboração do conteúdo, mantendo a pluralidade de fontes e obtendo mais informações por meio de entrevistas e artigos de especialistas, inclusive de jornais americanos como o *The New York Times* e o especializado inglês *Financial Times*. Principalmente na cobertura do jornal *Folha de*

S.Paulo, as entrevistas são uma ferramenta de compreensão e reflexão do tema bastante explorada e bem trabalhada.

Porém, apesar da evidente qualidade da cobertura em relação à exploração do tema, esse trabalho é em parte perdido por não poder ser aproveitado por uma boa parcela dos leitores do jornal. Isso acontece pela evidente falta de clareza e didatismo na linguagem empregada nas matérias.

Do ponto de vista da linguagem, na aplicação dos critérios clareza e didatismo, as coberturas de ambos se aproximam novamente. Tanto no jornal *Folha de S.Paulo* quanto no jornal *O Globo*, a explicação dos temas e explicitação dos acontecimentos não é uma preocupação na hora de publicar. A linguagem não é clara e a cobertura parece não atingir a totalidade de leitores dos jornais citados.

A falta de explicação e didatismo na cobertura afasta os leitores desse tema. Transforma a cobertura econômica em uma produção de conteúdo “elitizada”, ou seja, destinada aos investidores, funcionários do governo e outras pessoas familiarizados com o tema.

Das 55 matérias analisadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, 84% (37 matérias) cumprem algum dos critérios de noticiabilidade estabelecidos pelo jornalismo cívico.

No jornal *Folha de S. Paulo*, 16% (6 matérias) do total de matérias analisadas não cumpre nenhum dos critérios.

O critério reflexão foi o mais encontrado na cobertura. Das 37 matérias analisadas, 73% (27 matérias) fazem alguma reflexão sobre o tema. O critério equilíbrio aparece em 19 matérias, o que representa 51% do total.

Já os critérios didatismo e clareza ocupam o mesmo percentual em relação ao resto da cobertura. A clareza aparece em 4 das 37 matérias analisadas, o equivalente a 11% da cobertura. O didatismo aparece também em 4 matérias, ocupando espaço semelhante (11%). Entretanto, os critérios clareza e didatismo aparecem combinados em apenas uma matéria publicada, o que representa apenas 3% da cobertura.

Nenhuma matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo* apresentou os quatro critérios combinados.

No jornal *O Globo*, o resultado é quase o mesmo. O critério reflexão é o mais utilizado, aparece em 13 das 18 matérias analisadas, o equivalente a 72% da cobertura. Já o critério equilíbrio aparece em 61% (11 matérias) da cobertura.

Clareza e didatismo ocupam novamente o mesmo percentual em relação às outras matérias publicadas. Das 18 matérias analisadas, apenas 2 (11%) cumprem o critério clareza e 2 (11%) cumprem o critério didatismo. Contudo, esses critérios aparecem combinados em apenas 1 matéria publicada pelo jornal, ou seja, em 6% da cobertura.

Nenhuma matéria publicada no jornal *O Globo* apresentou os quatro critérios combinados.

6 Considerações finais

Apesar da diferença na quantidade de matérias publicadas por cada veículo analisado, a cobertura segue os mesmos critérios proporcionalmente. No conteúdo publicado há artigos e matérias coordenadas que refletem sobre o tema. Nas matérias, há equilíbrio entre as fontes. O principal problema encontrado ao fazer essa análise foi a utilização da linguagem.

Entre as matérias há análises, artigos opinativos e opiniões de especialistas da área. Porém, por conta da linguagem técnica e falta de didatismo, tornou-se exclusivista, elaborada apenas para um seletos público de leitores que estão familiarizados com o tema.

A partir dos fundamentos do jornalismo cívico, pode-se notar que a cobertura se afasta do cidadão pela linguagem recheada de termos técnicos, e, dessa forma, não cumpre a principal função social do jornalismo, que seria traduzir os fatos de forma que todos pudessem ter acesso à informação de uma maneira democrática.

Na questão da crise no mercado imobiliário americano que atingiu economicamente outros países na economia mundial, entre eles o Brasil, o próprio nome dado ao episódio - crise do subprime - é uma forma de separar o tema para os mais familiarizados, como investidores e funcionários de altos cargos em bancos ou órgãos governamentais, e afastá-lo dos outros públicos, já que em pouquíssimas matérias analisadas há uma explicação sobre o que esse título quer dizer.

Numa análise comparativa dos critérios de noticiabilidade do jornalismo cívico encontrados em cada matéria analisada, o critério reflexão aparece em 73% da cobertura elaborada pelo jornal *Folha de S.Paulo* e em 72% da cobertura elaborada pelo jornal *O Globo*, e mais de 50% das matérias de cada jornal apresentaram o critério equilíbrio. Porém, na análise foi constatado que apenas 11% das matérias publicadas em cada jornal utilizou um dos critérios referentes à linguagem – clareza ou didatismo. Apenas metade deste percentual usou os dois critérios combinados.

Isso faz com que todo investimento em qualidade depositado nessa cobertura ao consultar especialistas, ao comprar matérias de agências e ao traduzir artigos de especialistas de outras regiões, e até mesmo ao investir em colaboradores e repórteres

especiais para essa cobertura, seja destinado a uma minúscula parcela de leitores do jornal.

Dessa forma o jornalismo econômico perde o foco principal, a compreensão de seu conteúdo por todos os leitores que passarem os olhos por aquelas páginas.

Não podemos considerar, então, que essa cobertura seja elaborada para cidadãos, e sirva como um palco de discussão dos problemas da sociedade brasileira, como propôs o jornalismo cívico.

Os jornais analisados pouco contribuem para a construção desse cenário, apesar da carência de seu público por conhecimentos econômicos e da necessidade latente da aplicação desses conceitos na contribuição para o crescimento democrático do país.

Referências

- BASILE, Sidnei. *Elementos de Jornalismo Econômico*. São Paulo: Negócio, 2002.
- BLAZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 2000.
- DUARTE, Jorge. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: ATLAS, 2005.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. São Paulo: Edusp, 1996.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Unesp, 2001
- MEYER, Phillip. *Public Journalism and the problem of Objectivity*. IRE conference on computer assisted reporting, 1995.
- QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. *Jornalismo Econômico no Brasil depois de 1964*. São Paulo: ACIR, 1987.
- RIBEIRO, Ivo. *A cobertura setORIZADA*. In: VILAS-BOAS, Sergio (org.). *Formação e informação econômica: jornalismo para iniciados e leigos*. São Paulo: Summus, 2006, 109-124 pp.
- SILVA, Luiz Martins. *Jornalismo e interesse público*. In: SEABRA, Roberto e SOUSA, Vivaldo (org.). *Jornalismo político*. Rio de Janeiro: Editora RCB, 2006, pp. 47-84.
- SILVA, Luiz Martins da. *Civic journalism: um gênero que no Brasil ainda não emplacou*. Jornal de Debates, Observatório da Imprensa, edição de 25/05/2002.
- SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo público: o social como valor-notícia*. Livro do XI COMPÓS - Estudos de Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2003, pp. 387-410.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. Rio Grande do Sul: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, volume I, Porque as notícias são como são*. Editora Insular, 2005.

TV CULTURA – SÃO PAULO. *Jornalismo público: guia de princípios*. Fundação Padre Anchieta, 2004.

Anexos

Anexo A – Matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Socorro a banco dos EUA assusta mercado

Bush chama "comitê de crise" para discutir próximos passos; mercado pede corte agressivo hoje nos juros americanos

Bovespa cai 3,19% com saída de estrangeiro; alta de 10% na ação do JP Morgan, agente do socorro ao Bear Stearns, segura o Dow Jones

TONI SCIARRETTA
DA REPORTAGEM LOCAL

Os mercados globais tiveram ontem um novo dia de forte pessimismo. Dessa vez, as perdas foram motivadas pela desconfiança provocada pela ação agressiva do Federal Reserve [BC dos EUA] de adotar, em pleno domingo, medidas de socorro ao sistema financeiro.

O Fed costurou a venda do Bear Stearns, que já foi o quinto maior banco de investimento americano, por um valor irrisório, abriu uma linha emergencial de crédito direto para bancos em dificuldades e ainda reduziu o juro dessas operações, a chamada taxa de redesconto.

Na visão do mercado, as iniciativas do Fed mais assustaram do que acalmaram os investidores, sugerindo que outras instituições enfrentam problemas semelhantes. Motivou ainda o mercado a pedir uma redução agressiva nos juros -pela primeira vez, falou-se em corte de até um ponto percentual, levando a taxa de 3% para 2%. A decisão sai hoje.

Com o desastre provocado, o presidente George W. Bush teve de convocar um "comitê de crise" para discutir as próximas ações, com a participação do secretário do Tesouro, Henry Paulson, o presidente do Fed, Ben Bernanke, o presidente da SEC (CVM americana), Christopher Cox, e Walter Luken, interino na supervisão dos negócios com futuros e commodities. Os bancos centrais britânico, japonês e australiano injetaram dinheiro para dar liquidez para os bancos honrarem eventuais pedidos de resgate.

As medidas adotadas pelo Fed levaram a uma das maiores corridas no ano para venda de ações, moedas, papéis de dívida e commodities. O resultado foi uma queda generalizada das Bolsas globais -incluindo o Brasil, que até a semana passada mantinha algum "descolamento" do pessimismo internacional. A Bovespa terminou o dia com baixa de 3,19%.

Nem as commodities escaparam das baixas, como o petróleo, que na sexta alçou o recorde de US\$ 110,21 o barril. Ontem, recuou 4% e voltou a US\$ 105,88 com a perspectiva de queda no consumo. O dólar americano recuou 2,25% em relação ao iene e bateu na menor cotação em 12 anos.

A Bolsa de Nova York teve perdas de 0,9% no índice S&P 500, que mede o desempenho de 500 ações americanas. O índice Dow Jones -termômetro de só 30 empresas- subiu 0,18%, mas a alta foi consequência da valorização de 10,32% das ações do JPMorgan, agente do socorro ao Bear Stearns, e que terá de injetar US\$ 6 bilhões no banco. O mercado viu uma oportunidade única para o JPMorgan de levar uma carteira importante de clientes e uma posição privilegiada em Wall Street.

Demais bancos tiveram perdas expressivas, inclusive na Europa e na Ásia. Os papéis do Citigroup recuaram 5,86%, e os do Lehman Brothers, 19,13%. Com atuação parecida com o Bear Stearns, o Lehman é apontado como o próximo a assumir perdas consideráveis. A Bolsa de Londres caiu 3,86%, e a de Frankfurt, 4,18%. Em Tóquio, a baixa foi de 3,71%.

"Há crises conjunturais como as que estamos vivendo que vão durar bastante e ter graves conseqüências", afirmou o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn.

"Não foi o Fed quem perdeu o controle do mercado, mas foi o mercado que perdeu o controle de si próprio. Nenhuma técnica de avaliação de risco sobreviveu ileso. Todas fracassaram. A crise atingiu um dos mais importantes mercados de crédito do mundo e por isso deve ser profunda e duradoura. Essas perdas são sempre subdimensionadas", disse Marcio Holland, economista da FGV.

Na corrida por investimentos seguros de curto prazo, os títulos de três meses do governo americano viram seu retorno desabar para menos de 1% ao ano, chegando a 0,652%, o menor desde maio de 1958.

"Recolamento" do Brasil

No Brasil, os investidores viram mais uma vez repetir o "recolamento" da Bovespa com o mercado externo, típico de momentos de grandes incertezas, com saída de estrangeiros.

"Para sair, o estrangeiro vende o que tiver e a qualquer preço. Por isso, as ações da Vale e da Petrobras foram as mais penalizadas", disse Kelly Trentin, da corretora SLW. As ações ON da Vale e da Petrobras tiveram perdas de 6,06% e 5,31%.

Para Fernando Cardim, professor da UFRJ, o que assustou o mercado não foi a redução da taxa de desconto, mas a novidade de o Fed socorrer bancos de investimento. O Fed só podia socorrer bancos comerciais, que têm correntistas. "O Fed estaria temendo algum contágio no setor de investimento. A influência do Fed é indireta, no mercado de títulos, e nem sempre muito eficaz. Outras quebras virão. Não há dúvida de que o destino de muitas dessas instituições já está decidido e é dramático", disse Cardim.

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Medo de contágio afeta ações na Europa e agrava crise de liquidez

MARCELO NINIO
DE GENEVRA

Os mercados europeus reagiram ontem com as maiores quedas em dois anos e meio à quebra do banco americano Bear Stearns, que reforçou os temores de um efeito dominó em instituições financeiras.

Diante da crescente crise de liquidez, o Banco da Inglaterra anunciou a injeção de 5 bilhões de libras (cerca de R\$ 17,1 bilhões) no mercado. "Juntamente com outros bancos centrais, o Banco da Inglaterra está monitorando de perto as condições do mercado", disse o BC inglês em um comunicado.

As ações do UBS, o maior banco suíço e um dos mais afetados pela crise deflagrada no ano passado pelo mercado imobiliário dos Estados Unidos, desabaram ontem 13,9%, num dia de perdas generalizadas para o setor. Nos últimos 12 meses, as ações do UBS acumulam desvalorização de 64%.

Outros bancos seguiram o mesmo caminho ontem, com queda de 8,6% nas ações do Credit Suisse em Zurique e de 4,3% do Deutsche Bank em Frankfurt. Apesar do aparente contágio, analistas consideravam improvável que essas instituições possam entrar em colapso por falta de liquidez.

"Credit Suisse, UBS e Deutsche Bank parecem ainda estar imunes à quebra", disseram os analistas Matthew Clark e Vasco Moreno, da consultoria Keefe, Bruyette & Woods em um comunicado a clientes.

As principais Bolsas européias fecharam em baixa. Na Alemanha, o índice DAX teve queda de 4,2%; no Reino Unido, o FTSE 100 caiu 3,9%; e, na França, o CAC 40 fechou em baixa de 3,5%. Embora os bancos estejam no olho do furacão, as maiores perdas foram do gigante alemão Siemens, cujas ações despencaram 17% depois que atrasos em projetos e cancelamentos de encomendas levaram o grupo a rever sua previsão de lucros.

"As decisões do Fed têm ressaltado o tamanho do problema de liquidez no mercado financeiro", disse à Folha Lena Komileva, economista da corretora Tullent Prebon, em Londres.

Com agências internacionais

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Bush convoca "força-tarefa" para a crise

Sob críticas por ter ajudado mais rápido o banco Bear Stearns do que mutuários devedores, presidente diz que momento é "desafiador"

Preocupação do governo era com liquidez do sistema bancário, defende Paulson, que acena com medidas para resgatar "dólar forte"

SÉRGIO DÁVILA
DE WASHINGTON

Após dizer que convocara uma "força-tarefa" para lidar com a crise do setor bancário que ameaça a economia norte-americana e afirmar que seu secretário do Tesouro mostrou aos EUA e ao mundo que estava "no controle da situação", o presidente George W. Bush reconheceu ontem a gravidade do momento. "Uma coisa é certa", disse, "nós estamos em tempos desafiadores". O tom contrastava com o de sexta-feira, quando um Bush bem-humorado discursou ao Clube Econômico de Nova York em meio a tiradas, arrancando risos ao dizer que chegava ali numa hora "interessante". Entre as duas falas, a tal força-tarefa, liderada pelo Fed (o banco central norte-americano), saiu em socorro do Bear Stearns a um custo de US\$ 30 bilhões aos cofres federais.

O presidente tem sido criticado por agir com mais rapidez e complacência no caso do banco de investimentos do que na crise de hipotecas, que atingiu milhões de mutuários, deflagrou uma crise global e pode ter ajudado a levar os EUA à recessão. Ao anunciar um pacote de medidas que lidavam com aquela situação, meses atrás, Bush deixou claro que o governo não ajudaria "caloteiros".

Ao sair da reunião da "força-tarefa", ontem, na Casa Branca, o secretário do Tesouro defendeu a ação do fim de semana. Indagado sobre a diferença de ritmo e intenção entre atender o cidadão inadimplente e os banqueiros, Henry Paulson disse que "é isso o que acontece quando você tem um problema de liquidez." "Esse resultado é bem melhor do que se houvesse um pedido de concordata", argumentou. "Foi uma decisão fácil, e o resultado é o correto."

Tanto Paulson quanto Bush deixaram a porta aberta para novas medidas, além das anunciadas anteontem. "Obviamente vamos continuar a monitorar a situação e, quando necessário, agir decisivamente, de maneira a continuar a trazer ordem ao mercado financeiro", disse Bush, antes da reunião.

Na saída, Paulson não descartou uma intervenção no câmbio mundial, onde o dólar enfrenta queda-livre diante de várias moedas. "Temos uma política de dólar forte, isso é do interesse de nosso país", afirmou. "Mas não vou especular sobre hipóteses", disse, após afirmar que os fundamentos da economia dos EUA a longo prazo são fortes e que isso se refletiria no mercado cambial.

"Julgamento da história"

Não foi o suficiente para evitar que a Casa Branca enfrentasse uma saraivada de críticas, liderada pelos dois pré-candidatos democratas à sucessão de Bush. Hillary Clinton não citou o presidente

pelo nome, mas disse que havia falado com Paulson e relatado suas preocupações. "Acredito que, sem lidar com o aspecto da crise do "subprime" [hipotecas de alto risco], não vamos ter o progresso de que precisamos."

Mais duro, o senador Barack Obama afirmou acreditar que "a história não vai julgar gentilmente Bush por ter deixado de agir de uma maneira que poderia ter prevenido ou aliviado a crise econômica". "Poucos governos estiveram tão descolados das preocupações e das lutas de trabalhadores americanos e tão reféns de lobistas e de grupos interesses especiais."

Até a conclusão desta edição, o senador republicano John McCain não havia se manifestado a respeito dos novos desdobramentos da crise. Mas os eleitores, sim. Segundo pesquisa de opinião divulgada ontem pela emissora CNN, 74% acreditam que o país já está em recessão. É um salto em relação aos 66% que responderam da mesma maneira há um mês e aos 46% que viam o quadro em outubro do ano passado.

Instados a elencar a importância dos assuntos na hora de votar, 42% dos entrevistados escolheram a economia, o dobro do percentual de outubro, quando a Guerra do Iraque era a primeira colocada. Entre os democratas, o país está em recessão para 9 em cada 10; entre republicanos, para 54%. Foram ouvidos 1.019 adultos entre sexta e domingo, com margem de erro de 4,5 pontos.

Hoje, é a vez de o Fed se reunir para decidir a taxa básica da economia. Analistas vêem corte de 0,75 ponto percentual, o que baixaria os juros para 2,25%, na quinta queda consecutiva desde setembro.

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Economista vê abalo na credibilidade do sistema financeiro norte-americano

DE WASHINGTON

Neste momento, é muito importante conter não só a crise de crédito mas de credibilidade. A opinião é da economista brasileira Marcelle Chauvet, especializada no estudo de ciclos econômicos. Em artigo de 16 de dezembro no "New York Times", a professora da Universidade da Califórnia em Riverside respondia "os fatos dizem que não" à pergunta feita pelo jornal sobre se os EUA estavam em recessão. Hoje, acredita, "a probabilidade se encontra perto de 50%." Leia entrevista à Folha, concedida por e-mail na tarde de ontem. (SÉRGIO DÁVILA)

FOLHA - Estamos falando de diminuição de crédito, crise de crédito ou caso isolado?

MARCELLE CHAUVET - Crise de crédito que está sendo agravada por um abalo da estabilidade e da credibilidade do sistema financeiro dos EUA.

FOLHA - Como avalia a atuação do Fed e de Ben Bernanke?

CHAUVET - Bernanke é um acadêmico que, entre outras áreas, é especialista em erros de política monetária pelo Fed, sobretudo durante a Grande Depressão. Sua atuação tem sido muito pertinente, e as ações, efetivas, utilizando o Fed como um prestador de última instância e como um instrumento para estabilizar e manter a credibilidade do sistema financeiro. Se as ações são pertinentes, alguns podem criticá-lo por essas não terem sido tomadas antes.

FOLHA - O Fed ter saído em auxílio de um banco em risco é bom ou ruim para a economia?

CHAUVET - Essencialmente bom. Há um efeito meio perverso de curtíssimo prazo, mas um efeito positivo fundamental de médio e longo prazos. No curtíssimo prazo, as ações do Fed podem causar um pouco de pânico, porque os bancos podem interpretar a ação forte como sinal de que a situação de insolvência pode se alastrar para outros bancos. No médio e longo prazos, é importante porque visa estabilizar o mercado e tirar a pressão de curto prazo dos bancos, para que eles possam renegociar seus papéis.

Nesse momento, é muito importante conter não só uma crise de crédito mas uma crise de credibilidade. A atuação do Fed como âncora do sistema financeiro deve evitar um pânico no mercado que pode transformar medos em realidade no médio prazo -as profecias que se autocumprem. O problema não é só uma crise de crédito. Mesmo aumentando a oferta, a falta de credibilidade, a incerteza e o risco podem fazer com que empréstimos não sejam efetuados.

FOLHA - Há recessão nos EUA?

CHAUVET - A probabilidade de recessão tem aumentado substancialmente nos últimos meses. No momento, encontra-se perto de 50%.

FOLHA - Como os fatos recentes podem afetar ("contagiar") o resto do mundo?

CHAUVET - Um possível contágio de curto prazo poderia ocorrer por meio do mercado de ações e de uma onda de falta de confiança como efeito dominó. No médio prazo, a recessão americana pode afetar o comércio internacional. Mas os fundamentos das economias de cada país irão determinar o quanto essas serão afetadas.

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Ações de bancos recuam pelo mundo

Temor de crise sistêmica afugenta investidores, e papéis do Lehman Brothers têm o quarto maior declínio entre 500 empresas

Recuo nesta década do índice S&P 500 se aproxima do dos anos 1930 e 1970, os dois piores períodos para as Bolsas dos EUA em 80 anos

DA REDAÇÃO

O temor de que os problemas do Bear Stearns se espalhem para outras instituições fizeram com que as ações de bancos tivessem um dia de quedas expressivas, ajudando a derrubar os mercados pelo mundo. Os papéis do Lehman Brothers, que é visto como um dos bancos de investimento mais expostos à crise, atingiram o seu menor nível em seis anos.

Apesar das declarações do seu presidente-executivo, Dick Fuld, de que as medidas de anteontem do Fed (Federal Reserve, o BC dos EUA) "tiraram a questão da liquidez de sobre a mesa para toda a indústria [financeira]", as ações do Lehman Brothers tiveram a quarta maior queda (19,13%) entre os 500 papéis que compõem o índice S&P 500, da Bolsa de Nova York, que caiu 0,90% ontem.

O S&P 500 caiu 19% desde que atingiu seu recorde, em 9 de outubro de 2007, e perdeu 13% de seu valor desde o início desta década. O declínio se assemelha às quedas registradas nas décadas de 1930 e 1970, os dois piores períodos para o mercado de ações norte-americano dos últimos 80 anos.

A maior desvalorização do S&P 500 foi a do Bear Stearns, que caiu 83,97% ontem, mas outros bancos também estiveram entre os que mais perderam. Os papéis do Washington Mutual retrocederam 12,75%, os do Morgan Stanley, 8,02%, e os do Merrill Lynch, 5,36%. As ações do Citigroup tiveram a segunda maior perda entre as 30 empresas do índice Dow Jones, também de Nova York, de 5,36% -só não foi pior que a da General Motors.

Na Europa, o setor também teve um dia de queda, com as ações do UBS caindo 13,9%, e as do Credit Suisse, 8,6% no mercado de Zurique. Na Bolsa de Londres, os papéis do Barclays retrocederam 9,4%.

Já os bancos brasileiros, registrando lucros recordes, não vêm tendo grandes oscilações em seu valor de mercado por estarem menos expostos à crise aguda no mercado imobiliário dos EUA, epicentro dos problemas atuais.

Com a Bloomberg

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Crise terá graves conseqüências e longa duração, alerta FMI

DA FOLHA ONLINE

A crise financeira "vai a durar bastante tempo" e terá "graves conseqüências", afirmou ontem o diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Dominique Strauss-Kahn.

"Há crises conjunturais como as que estamos vivendo", que vão "durar bastante, com graves conseqüências", disse Strauss-Kahn em uma conferência organizada em Paris pelo FMI e pela OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) sobre as reformas estruturais na Europa.

De acordo com o chefe do FMI, os países emergentes também serão afetados pela crise financeira, que no momento atinge principalmente os Estados Unidos e os países desenvolvidos. "Não há desconexão" entre países desenvolvidos e emergentes, e sim um "tempo diferente" na crise, afirmou. "Infelizmente, os países emergentes serão afetados" e as previsões de crescimento do FMI para essas nações já foram diminuídas entre 0,75 ponto percentual e 1 ponto percentual, acrescentou o dirigente francês.

O mexicano Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, também afirmou que não há "desconexão", embora tenha considerado que os países de América Latina parecem "melhor preparados" para enfrentar os problemas da economia mundial.

Europa

A Europa não está ameaçada por enquanto por uma recessão, embora o Fundo vá rever para baixo suas previsões de crescimento para a região, disse Michael Deppler, diretor do FMI para a Europa.

Questionado sobre a eventualidade de uma recessão na Europa devido à crise nos Estados Unidos, o dirigente respondeu que "isso não está entre as previsões" do FMI. Para ele, a intensidade da crise na Europa será inferior à nos EUA.

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Estrangeiro foge do risco, e Bolsa de SP recua 3,19%

Medo da crise faz investidores se abrigarem nos títulos do Tesouro dos EUA

Queda de commodities metálicas e agrícolas afeta ações de empresas que atuam no setor; dólar sobe 0,76% e vai a R\$ 1,726

DENYSE GODOY

DA REPORTAGEM LOCAL

A Bolsa de Valores de São Paulo teve ontem a pior baixa em quase seis semanas enquanto os investidores estrangeiros se desfaziam das suas aplicações no mercado acionário local para cobrir perdas sofridas no exterior ou buscar refúgio em ativos mais seguros, como os títulos do Tesouro norte-americano. Na mínima do dia, a Bovespa chegou a recuar 4,27%, mas, com a pequena recuperação da Bolsa de Nova York no final do expediente, a brasileira terminou a sessão em queda de 3,19%, aos 60.011 pontos. No dia 6 de fevereiro, ela tinha caído 3,45%. As perdas acumuladas em 2008 chegam a 6,06%.

Em todo o mundo, houve uma fuga das commodities metálicas e agrícolas principalmente rumo aos treasuries. "Boa parte das empresas brasileiras que têm ações negociadas na Bolsa atua nesse setor, daí a desvalorização dos papéis", comenta Alexandre Póvoa, diretor da Modal Asset Management. Os preferenciais da Companhia Vale do Rio Doce caíram 4,13%, para R\$ 46,60, e os ordinários recuaram 5,43%, a R\$ 55,70.

"Cresceu a preocupação com a saúde dos bancos nos EUA e, pela dificuldade em ponderar a extensão do problema, aumenta fortemente a aversão ao risco. Na dúvida, os investidores avaliam que é melhor tirar [seu dinheiro de determinadas aplicações]", diz Ricardo Martins, gerente da área de pesquisa da corretora Planner. Devido a essa movimentação dos estrangeiros, o dólar comercial subiu 0,76% ontem, vendido a R\$ 1,726. No momento de maior tensão, chegou a R\$ 1,738.

Os temores em relação às instituições americanas foram exacerbados após o Fed (Federal Reserve, banco central americano) anunciar a redução da taxa de redesconto -os juros cobrados nos empréstimos de curto prazo concedidos a elas. O mercado desesperou-se, achando que outros bancos também se encontram à beira da insolvência. No domingo, o JPMorgan informou que vai adquirir o Bear Stearns por apenas US\$ 236 milhões, bem abaixo do seu valor de mercado. Foi por conta disso que a segunda-feira começou amarga em Wall Street. No entanto, a Bolsa de Nova York acabou fechando em alta de 0,18%. "Os investidores parecem se convencer de que o Fed está muito comprometido em garantir que haja liquidez suficiente no sistema bancário para atravessarmos essa crise de crédito", explica Andy Brooks, operador da administradora de recursos americana T. Rowe Price. O mercado amanhece hoje de olho no BC americano, cujo comitê de política monetária se reúne para definir o rumo dos juros. As expectativas variam de um corte de 0,5 ponto percentual a até um ponto.

Os analistas destacam que não é possível fazer previsões acerca do comportamento na Bolsa no curto prazo.

"Porém é da volatilidade que surgem boas oportunidades de compras de ações", afirma Martins.

"Especialmente porque continuamos esperando um bom crescimento da economia brasileira neste ano e, conseqüentemente, resultados positivos das empresas nacionais." De acordo com o

analista, os pequenos investidores que aplicam pensando no longo prazo não devem mexer nos seus papéis neste momento. Já os mais ousados podem aproveitar os momentos de fortes quedas para adquirir ações de companhias sólidas que estejam com preços atraentes.

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Lula avalia que BC errou ao sinalizar elevação dos juros

KENNEDY ALENCAR
JULIANNA SOFIA
JULIANA ROCHA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais ministros avaliaram em reunião ontem que o Banco Central errou ao sinalizar na semana passada que poderia elevar os juros, segundo apurou a Folha.

Na semana passada, a divulgação da ata da reunião Copom (Comitê de Política Monetária) indicou que poderia haver elevação na Selic (taxa básica de juros, hoje em 11,25% ao ano). Na reunião semanal de Lula com seus principais auxiliares, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que as notícias do final de semana mostraram que a crise nos EUA é profunda. Afirmou que, por ora, não há forte efeito negativo sobre o Brasil, mas que será preciso monitoramento constante e evitar a alta dos juros.

Mantega disse que a crise dos EUA reforçava os argumentos dos críticos do BC, segundo os quais a instituição deveria reduzir os juros e não aumentá-los. Em entrevista no Ministério da Fazenda, Mantega foi claro quando indagado se havia necessidade de o BC elevar os juros. Ele respondeu: "Aqui no Brasil não há necessidade. Pelo contrário. As taxas de juros estão baixando nos EUA. A preocupação é com nível de atividade e com o crédito".

Lula concorda com a avaliação de Mantega, segundo apurou a Folha. A recente valorização do real em relação ao dólar e efeitos futuros sobre a balança comercial reacenderam a tensão entre a Fazenda e o BC. Se o BC elevar a Selic, Lula fará pressão política nos bastidores.

Em entrevista, Mantega disse ser tarefa dos bancos centrais americano e europeu impedir que a crise internacional contagie todas as economias. Segundo ele, houve um agravamento do cenário de turbulência, o que se refletiu ontem em todos os mercados do mundo, inclusive o brasileiro. Mantega disse estar confiante em que o Fed (banco central dos EUA) promoverá nova redução nas taxas de juros hoje, depois de ontem ter reduzido em 0,25 ponto percentual a taxa de redesconto. "A quebra do Bear Stearns causou certa comoção, porque era o quinto maior banco de investimento americano. Acredito que o Fed está tomando as medidas que poderão acalmar os mercados."

Algumas conseqüências

Ele voltou a afirmar que o Brasil tem uma situação sólida, mas admitiu que a crise poderá causar estragos, principalmente no mercado de renda variável: "O Brasil tem condições de rápida recuperação, mesmo que haja conseqüências maiores. (...) É claro que algumas conseqüências acontecem, mas nós podemos passar por isso com as menores conseqüências possíveis. Pode haver alguma saída de capitais externos, de instituições que precisam (...) cobrir buracos lá".

Para ele, a segurança da economia brasileira se deve a fundamentos sólidos. "Temos reservas de US\$ 195 bilhões agora. Há uma grande confiança no desempenho da economia."

O ministro destacou que as empresas brasileiras estão sólidas, a exemplo dos bancos nacionais, que não estão envolvidos "nessa crise".

Folha de S.Paulo - 18/03/2008

Jamais teremos um modelo perfeito de risco

ARTIGO

Ex-presidente do Fed (BC dos EUA) diz que é preciso reavaliar modelos diante da crise financeira sem ameaçar a flexibilidade do mercado e livre competição

ALAN GREENSPAN
ESPECIAL PARA O "FINANCIAL TIMES"

A ATUAL crise financeira nos Estados Unidos provavelmente será vista em retrospecto como a mais dolorosa depois da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Ela terminará quando os preços das casas se estabilizarem, e com eles o valor de capital dos imóveis que serve de lastro aos títulos hipotecários que estão em crise.

A estabilização dos preços das casas restaurará uma clareza muito necessária ao mercado, porque os prejuízos terão se concretizado, em lugar de existirem como perspectiva. Uma fonte de contágio grave será eliminada. As instituições financeiras se recapitalizarão ou fecharão as portas. A confiança na solvência das empresas restantes será gradualmente restaurada, e as emissões de títulos e concessões de empréstimos lentamente voltarão ao normal. Ainda que o estoque de residências vagas pertencentes a construtoras e investidores tenha atingido seu pico recentemente, até que esse estoque comece a ser liquidado de forma consistente, o nível em que os preços se estabilizarão continuará a ser problemático.

A bolha da habitação dos Estados Unidos atingiu seu pico no começo de 2006 e foi seguida por uma abrupta e rápida retirada ao longo dos dois últimos anos. Desde a metade de 2006, centenas de milhares de proprietários de imóveis, alguns dos quais impelidos pela execução de hipotecas, trocaram suas casas próprias por moradias de aluguel, o que gerou um excedente de cerca de 600 mil imóveis residenciais vagos, em larga medida controlados por investidores, e estas unidades continuam à venda. Os construtores apanhados pela rápida contração de mercado elevaram esse total involuntariamente em cerca de 200 mil unidades cuja construção foi concluída depois que a crise começou, reforçando o segmento de "casas vazias à venda".

Os preços dos imóveis residenciais vêm recuando rapidamente, ao peso desse estoque excedente. A construção de imóveis residenciais se reduziu em 60% do começo de 2006 para cá, mas apenas recentemente caiu abaixo da demanda por moradia. De fato, esse nível muito reduzido de novas unidades ainda por chegar ao mercado, somado ao aumento de cerca de 1 milhão de unidades no número de novos domicílios que devem ser formados este ano nos Estados Unidos, bem como à demanda implícita por casas de férias e por imóveis de substituição, implicarão, combinados, um declínio de cerca de 400 mil unidades no estoque de casas vazias à venda, ao longo do ano de 2008.

O ritmo de redução do estoque provavelmente se acelerará à medida que a construção de novas unidades se reduzir ainda mais. O nível de preço das casas provavelmente se estabilizará tão logo esse ritmo de redução de estoque atinja seu ponto mais elevado, o que acontecerá bem antes da eliminação completa do estoque excedente. Mas esse momento está ainda a um número indeterminado de meses de distância.

Colapso na avaliação

A crise causará muitas baixas. Um segmento que sofrerá danos graves será o atual sistema de avaliação de riscos financeiros, que exibiu colapso de algumas de suas partes mais importantes, quando exposto a desgaste severo. As pessoas que acreditavam que as instituições de crédito agiriam, em seu próprio interesse, para defender o capital dos acionistas certamente estão chocadas, atônitas. Mas espero que uma das vítimas da crise não venha a ser a idéia de vigilância por parte do próprio mercado, e em termos mais amplos o uso da auto-regulamentação como forma de propiciar equilíbrio fundamental às finanças mundiais.

Os problemas, pelo menos nos estágios iniciais da crise foram mais pronunciados entre os bancos, cujo sistema de regulamentação é bastante elaborado já há muitos anos. É certo que os sistemas utilizados para estabelecer requisitos de capitalização bancária desenvolvidos ao longo das duas últimas décadas passarão por substancial reforma, à luz das recentes experiências. De fato, os investidores privados já estão exigindo cauções e capital mais fortes, e os especialistas reunidos sob os auspícios do Banco de Compensações Internacionais (BIS) certamente emendarão as regras do acordo regulatório Basileia 2, recentemente assinado. Outro fator questionado, ao menos tangencialmente, são os elegantes modelos matemáticos de previsão econômica que uma vez mais se provaram incapazes de antecipar uma crise financeira ou o início de uma recessão.

Os sistemas do mercado de crédito e seus graus de endividamento e liquidez têm por raiz a confiança em que as contrapartes são solventes. Essa confiança sofreu sério abalo em 9 de agosto de 2007, quando o BNP Paribas revelou grandes prejuízos imprevistos em suas transações com títulos "subprime" (alto risco) americanos. Os sistemas de administração de risco e os modelos que os embasam supostamente deveriam nos proteger contra prejuízos superdimensionados. O que saiu errado?

O que deu errado?

O problema essencial é que os nossos modelos tanto os de risco quanto os econométricos, por mais complexos que se tenham tornado, ainda assim são simples demais para capturar a ampla gama de variáveis que definem e propõem a realidade econômica mundial.

Um modelo representa necessariamente uma abstração, com relação aos detalhes plenos do mundo real. Respeitando a antiga tradição de que diversificação representa redução de risco, os computadores trabalham com imensos volumes de dados históricos em busca de correlações negativas entre os preços dos ativos negociáveis, correlações que poderiam ajudar a isolar as carteiras de investimentos contra as oscilações mais amplas da economia. Mas quando esses preços de ativos, em lugar de compensarem os movimentos uns dos outros, despencaram em uníssono, em 9 de agosto do ano passado, surgiram prejuízos imensos em virtualmente todas as classes de ativos de risco.

A explicação mais confiável quanto ao desempenho tão medíocre de modelos estatísticos desenvolvidos segundo as mais modernas técnicas é que os dados subjacentes utilizados para estimar a estrutura dos modelos são extraídos tanto de períodos de euforia quanto de períodos de medo, ou seja, de regimes que apresentam dinâmicas diferentes em muitos aspectos importantes. A fase de contração dos ciclos de crédito e negócios, propelida pelo medo, historicamente vem sendo muito mais curta e muito mais abrupta do que a fase de expansão, propelida por um acúmulo lento mas cumulativo de euforia. Ao longo dos últimos 50 anos, a economia norte-americana só esteve em contração um sétimo do tempo. Mas é o momento em que esses períodos se iniciam que é o objetivo dos sistemas de administração de risco. Correlações negativas entre

classes de ativos, tão evidentes durante uma expansão, podem entrar em colapso quando todos os preços de ativos caem juntos, o que solapa a estratégia de melhorar o equilíbrio entre risco e recompensa por meio da diversificação.

Se pudéssemos modelar adequadamente cada fase do ciclo, em separado, e adivinhar que sinais nos indicariam que um regime está a ponto de mudar, os sistemas de administração de riscos poderiam ser muito melhorados. Um problema difícil é que boa parte do comportamento dúbio dos mercados financeiros que emerge cronicamente durante uma fase de expansão resulta não da ignorância ou de uma má avaliação dos riscos, mas da preocupação de que, ao menos que uma empresa participe da euforia em curso, ela perderá mercado de maneira irrecuperável.

Vulnerabilidade

A administração de riscos procura maximizar os níveis de retorno sobre o capital, ponderados de acordo com o risco; muitas vezes, no processo, o capital subutilizado é considerado como "desperdício". Os dias em que os bancos se orgulhavam de suas excelentes classificações de crédito e em que chegavam a dar a entender (muitas vezes com razão) que possuíam reservas financeiras secretas, o que lhes conferia uma aura de invulnerabilidade, há muito são coisa do passado.

Hoje, ou pelo menos antes do 9 de agosto de 2007, os ativos e o capital que definem uma classificação de crédito excelente, ou costumavam fazê-lo, são caros demais em termos de competitividade.

Não quero dizer que os sistemas atuais de administração de risco ou previsão econométrica não tenham, em larga medida, raízes sólidas no mundo real. A exploração dos benefícios da diversificação nos modelos de administração de riscos é inquestionavelmente sólida, e o uso de um modelo macroeconômico elaborado gera disciplina nas previsões. Ele requer, por exemplo, que a poupança equivalha ao investimento, que a propensão marginal de consumo seja positiva e que os estoques não sejam negativos. Essas restrições, entre outras, eliminaram a maior parte das incômodas inconsistências nas projeções financeiras de meio século atrás.

Ciclos de euforia e medo

Mas esses modelos não capturam com exatidão aquilo que foi, até o momento, apenas um adendo periférico à modelagem de ciclos de negócios e financeiros: as respostas humanas inatas que resultam em oscilação entre euforia e medo, as quais se repetem de geração em geração, com poucos indícios que haja uma curva de aprendizado em ação. As bolhas nos preços dos ativos se acumulam e explodem hoje como o fazem desde o começo do século 18, quando os mercados competitivos modernos começaram a evoluir. É certo que tendemos a classificar essas respostas comportamentais como não racionais. Mas as preocupações de quem realiza previsões não deveriam se dirigir à racionalidade ou não das respostas humanas, e sim apenas ao fato de que elas sejam passíveis de observação, e sistemáticas.

Esta, para mim, é a grande "variável explanatória" ausente tanto nos modelos de administração de risco quanto dos macroeconômicos. A prática atual envolve introduzir o conceito de "vigor animal", como diria John Maynard Keynes, na forma de "fatores de adição".

Ou seja, nós alteramos arbitrariamente o resultado das equações de nossos modelos. Mas adicionar fatores é um reconhecimento implícito de que esses modelos, na forma pela qual os empregamos atualmente, padecem de uma deficiência estrutural; eles não tratam em extensão suficiente do problema da variável ausente.

Jamais seremos capazes de antecipar todas as discontinuidades nos mercados. Elas representam, necessariamente, surpresas. Os eventos antecipados são computados nos modelos. Mas se, como suspeito fortemente, os períodos de euforia são difíceis de suprimir em seu processo de

acumulação, eles não entrarão em colapso até que a febre especulativa passe sem ajuda. Paradoxalmente, na medida em que a administração de risco pode obter sucesso na identificação de episódios como esse, ela se torna capaz de prolongar e ampliar o período de euforia. Mas a administração de risco jamais atingirá a perfeição. Ela terminará por fracassar, e uma realidade perturbadora será exposta, revelando uma resposta descontínua inesperada e intensa. Na crise atual, como em crises anteriores, podemos aprender muito. E as futuras decisões econômicas serão influenciadas por essas lições. Mas não podemos esperar que seja possível antecipar os detalhes específicos de futuras crises, ao menos não de forma confiante. Por isso se torna importante, ou mesmo crucial, que quaisquer reformas e ajustes à estrutura do mercado e da regulamentação não inibam nossas mais confiáveis e efetivas salvaguardas contra os erros econômicos cumulativos: a flexibilidade do mercado e a livre competição.

ALAN GREENSPAN foi presidente do Federal Reserve (1987-2006) e é autor de "A Era da Turbulência" (ed. Campus)

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

A queda dos juros nos EUA acalmará os mercados?

"Muita gente subestima Ben Bernanke"

Octavio da Barros, diretor do Bradesco:

"Difícil dizer, mas está tudo bem orquestrado para evitar algo sistêmico mais grave. Os rumores sobre novos cadáveres vão continuar. Disso não tenho dúvida, apesar de as notícias vindas dos resultados do Goldman Sachs e do Lehman Brothers terem sido boas. Tem muita gente subestimando o Fed e os demais bancos centrais na gestão dessa crise. Gosto sempre de lembrar que [Ben] Bernanke é considerado o maior especialista do mundo sobre a Crise de 1929. Ao mesmo tempo, parece-me precipitado achar que o Fed vá cair na mesma armadilha do Japão nos anos 90. Ou seja, ficar sem munição se a atividade não deslanchar. A situação americana é bem diferente. Especificamente quanto ao 0,75 ponto, ficou abaixo do que o mercado esperava, mas o Fed deu sinais de que vai continuar a cortar juros."

"Será apenas um alívio momentâneo"

Alfredo Coutinho, economista da Moody's:

"Acredito que a redução dos juros vá trazer certo alívio. Os investidores já reagiram positivamente a essa notícia, embora esperassem diminuição maior. No entanto, será um alívio momentâneo apenas, porque os problemas que as instituições financeiras enfrentam nos Estados Unidos continuam existindo. Veremos mais bancos com problemas no balanço e isso causará volatilidade nas próximas semanas. O Fed vai esperar, agora, para ver como os mercados assimilam esse corte antes de tomar atitude mais agressiva. Ele também age de olho na desvalorização do dólar -uma redução maior abriria espaço para quedas adicionais da moeda, o que não é desejado. Creio que uma solução definitiva para a crise requer um plano que seja fruto de acordo entre o governo, as instituições e a sociedade."

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

EUA ficam com juros reais negativos

Fed baixa taxa básica em 0,75 ponto percentual, para 2,25%, com inflação em 2,3%, reanimando as Bolsas pelo mundo

Bush acena com "novas ações, se necessário"; para Nouriel Roubini, redução nos juros indica que país já está em recessão

SÉRGIO DÁVILA
DE WASHINGTON

Em mais uma tentativa de golpear a recessão que ronda a economia norte-americana e reanimar os mercados, o Federal Reserve (o banco central dos EUA) baixou a taxa básica de juros dos EUA em 0,75 ponto percentual, para 2,25%. É o sexto corte desde setembro passado, quando a crise imobiliária começou a contaminar outros setores.

A medida reanimou os mercados após as fortes perdas da véspera. A Bolsa de Nova York subiu 3,5%, e a Bovespa, 3,2%.

Agora, a taxa se iguala à de dezembro de 2004. "A ação deve ajudar a promover um crescimento moderado por algum tempo e amenizar os riscos da atividade econômica", afirma o Fed, em comunicado. "Os riscos para o crescimento, no entanto, continuam." Na mesma reunião, a autoridade monetária americana baixou a taxa de desconto em 0,75 ponto percentual, para 2,50%.

Com a ação de ontem, a economia americana passou a ter juros reais negativos. Ou seja, descontada a média da inflação dos últimos 12 meses, o total é menor que zero - a taxa de inflação norte-americana atual é de 3,1%, e o núcleo da inflação, de 2,3%, ante os 2,25% da nova taxa de juros.

"É isso o que acontece quando você tem uma recessão, e a última vez que isso ocorreu foi logo após o 11 de Setembro de 2001", disse à Folha o economista Nouriel Roubini, conhecido por sua visão pessimista. Esse último período citado por ele acabaria no final de 2004.

Como o cálculo do índice de preços ao consumidor americano (CPI, na sigla em inglês) mudou nos últimos anos, não é possível apontar com certeza todas as outras vezes em que isso aconteceu, mas é consenso que ocorreu no auge da crise do petróleo nos anos 1970 e na Grande Depressão dos anos 1920 e 1930. Para Roubini, o país está num ciclo recessivo que deve durar 18 meses, ao final do qual Ben Bernanke, presidente do Fed, terá baixado os juros para perto de zero.

Com ele concordam diversas projeções de cortes futuros feitas tão logo o novo índice foi divulgado. O Goldman Sachs acredita em juros de 2% ao final do ano, número idêntico ao previsto pelo Citibank para o meio do ano e que baixa para 1,75% para o JPMorgan.

A medida foi tomada para baratear o dinheiro disponível no mercado e tentar conter a diminuição da oferta de crédito ao consumidor final pelas instituições financeiras, estimulando a economia.

Com isso, traz embutida o risco de um aumento da inflação, daí a decisão não ter sido unânime.

Dos dez votantes, o presidente do Fed de Dallas, Richard Fisher, e o da Filadélfia, Charles Plosser, "preferiam uma ação menos agressiva", segundo a ata do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês).

A preocupação com a inflação foi registrada pela ata, mas não é a principal. "A inflação subiu, e alguns indicadores de projeção de inflação também." Mas o comitê diz esperar "inflação moderada nos próximos trimestres". Ainda assim, afirma que "aumentou a incerteza sobre as perspectivas de inflação" e que será preciso "continuar monitorando atentamente a evolução dos preços".

A reunião de ontem mais as ações dos últimos dias levaram analistas a se perguntar se as duas armas básicas do Fed, mexer nas taxas e injetar dinheiro na economia, não são limitadas demais para lidar com a complexidade da economia globalizada atual. "Não espere outros arroubos heterodoxos como o empréstimo de US\$ 30 bilhões feito a uma só instituição", disse Roubini, citando a compra do Bearn Stearns pelo JPMorgan com apoio do Fed.

"Qualquer coisa que fizerem", disse à Folha Mark Weisbrot, do progressista Centro para Pesquisa Econômica e de Políticas, de Washington, "ficará a impressão de que, para essa administração, os banqueiros são mais importantes do que o cidadão comum."

Bush

Respondendo a essa preocupação do mercado, o presidente George W. Bush voltou a acenar, em discurso em Jacksonville, na Flórida, com novas medidas. "Se houver necessidade para novas ações, nós a tomaremos", disse. Fará isso, afirmou, "de uma maneira que não danifique a saúde de longo prazo de nossa economia".

Bush não foi claro ao que se referia, mas políticos em Washington acreditam que era uma resposta velada às propostas de pacotes feitas nas últimas horas por lideranças da oposição democrata e pelos dois pré-candidatos do partido à sucessão na Casa Branca, Hillary Clinton e Barack Obama. Um dos pontos comuns é o perdão da dívida de mutuários inadimplentes que se encaixem em certas condições, o que é visto com maus olhos pela equipe econômica da Casa Branca.

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

BC americano corre risco de atuar demais

Análise
DO "FINANCIAL TIMES"

Então o Federal Reserve cortou a taxa de juros em 0,75 ponto percentual em vez de 1 ponto percentual: quando os números são suficientemente grandes, uma pequena diferença pode parecer sem importância. Mas, com a taxa de juros em apenas 2,25%, cada ponto básico faz uma diferença significativa para a política monetária corajosa, mas arriscada do Fed.

Havia muitas más notícias para o Fed avaliar, como evidências de que está difícil tomar dinheiro emprestado, quedas aceleradas nos preços das casas, fraca criação de empregos e a quase falência do Bear Stearns. O foco do Fed para a redução do perigo de recessão severa pede uma política mais frouxa que a atual inflação justificaria normalmente, e, se o BC quer taxas abaixo de 2%, o certo é ir para lá rapidamente.

Mas é difícil escapar a uma crescente sensação de inquietação sobre os perigos e as consequências dessa política monetária agressiva. As taxas de juros reais estão negativas hoje, com a inflação média em 3,1% e até o núcleo dos preços ao consumidor, em 2,3%, acima da taxa de juros nominal. Desde o primeiro corte do Fed, em setembro, o dólar ponderado pelas trocas comerciais caiu cerca de 6%, enquanto uma cesta ampla de commodities está em alta de aproximadamente 19%. O risco de acender as expectativas inflacionárias é grave.

A inflação não é um problema que possa ser enfrentado mais tarde, depois que a recessão for evitada. Se os investidores não confiarem na vontade do Fed de combater a inflação, vão exigir retornos maiores sobre os títulos em dólares de longo prazo. Por isso as taxas baixas podem não afetar as de longo prazo que os hipotecadores e as corporações realmente pagam -isto é, se os bancos estressados estiverem dispostos e forem capazes de fazer algum empréstimo. O BC dos EUA estava certo ao comentar que "aumentou a incerteza sobre a previsão de inflação".

Um teste dessa política é iminente. De 2001 a 2003, uma taxa de fundos do Fed de cerca de 2% (a caminho de 1%) provocava ondas de mutuários de hipotecas refinanciando seus empréstimos por taxas menores, o que reforçava o consumo. Desta vez pode ser diferente.

Na febre e no medo de uma perturbação dos mercados, com instituições conhecidas de repente prestes a desmoronar, é fácil exigir demais da política monetária. Ela não pode reaver magicamente os empréstimos imprudentes e desalavancar os fundos de hedge. Tudo o que o Fed pode fazer é cortar as taxas de juros à medida que os riscos de inflação permitirem.

Ele não pode evitar todas as recessões e não deve tentar isso. Tem de ajudar os bancos importantes para o sistema e ajudar os mercados, mas isso exigirá medidas inconventionais. O Fed também não deve correr para um socorro semifiscal, que é basicamente uma opção de Washington.

Tradução de LUIZ ROBERTO M. GONÇALVES

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Bovespa sobe 3,2% com atuação do Fed

Corte de juros do BC americano passa confiança aos mercados, que se recuperam das fortes baixas do dia anterior

Para que bom humor se mantenha, porém, analistas esperam mais medidas que ataquem diretamente a raiz da crise imobiliária

DENYSE GODOY
DA REPORTAGEM LOCAL

Na Bolsa de Valores de São Paulo, a reação ao corte de 0,75 ponto percentual nos juros efetuado pelo Fed (Federal Reserve, banco central americano) ontem foi idêntica à dos mercados em todo o mundo: primeiro, dúvida; depois, euforia.

A Bolsa brasileira fechou aos 61.932 pontos, com uma elevação de 3,2% -é a maior alta desde 24 de janeiro, quando tinha disparado 5,95%. Mesmo assim, ainda há perdas acumuladas de 3,06% no ano.

Das ações mais negociadas na Bovespa, destacaram-se a preferencial da Companhia Vale do Rio Doce, que subiu 2,6%, a R\$ 47,70, e a da Petrobras, que avançou 1,5%, a R\$ 74,95.

A Bolsa de Nova York teve na terça-feira o maior avanço percentual desde março de 2003, 3,51%, enquanto a Nasdaq (que negocia ações de empresas de tecnologia) subiu 4,19% -também recorde em mais de cinco anos. A Bolsa de Londres teve alta de 3,5%; a de Paris, 3,42%; e a de Frankfurt, 3,41%.

As asiáticas, que fecharam antes de sair a decisão do Fed, também subiram, esperando pela redução. A do Japão avançou 1,5% e a de Hong Kong registrou elevação de 1,42%.

A véspera havia sido de forte pessimismo global. O Fed tinha anunciado um corte extraordinário na sua taxa de redesconto e o JPMorgan informou que estava adquirindo o combalido Bear Stearns. No entanto, se na segunda-feira essas notícias fizeram crescer os temores de que o sistema financeiro dos EUA estivesse prestes a sofrer uma quebra, combinadas à atuação do Fed, ontem, elas acalmaram os ânimos.

O BC americano mostra, para analistas, grande esforço em conter o problema antes que se espalhe e parece estar tomando todas as medidas que julga apropriadas neste momento. As providências vão além da política monetária, concentrando-se em garantir que haja recursos suficientes no sistema financeiro e que as instituições encontrem apoio se necessário.

Os balanços dos bancos de investimentos Goldman Sachs e Lehman Brothers, que saíram logo no início do dia trazendo números melhores do que o esperado, também ajudaram a animar os investidores.

"O Fed acertou no corte de 75 pontos-base. Se cortasse um ponto percentual, daria sinais de estar sendo comandado pelas expectativas do mercado, além de indicar que a situação é mais grave do que se imagina. O comunicado mostrou um Fed mais preocupado com a inflação, sinalizando que há outros instrumentos para lidar com a situação", comenta Mailson da Nóbrega, sócio da consultoria Tendências.

Não se sabe até quando vai durar o bom humor, entretanto. "O problema não está na taxa de juros, e sim em um determinado setor da economia americana", comenta Johnny Kneese, diretor da corretora Levycam. "É preciso solucionar essa questão com medidas específicas para o

segmento de crédito imobiliário." Kneese afirma que os indicadores divulgados nos últimos dias que mostram uma desaceleração da atividade refletem mais a desconfiança geral do que uma efetiva queda da produção.

Commodities

A forte desvalorização do dólar tem contribuído para a escalada de preços das commodities nos últimos meses. Em resposta ao sexto corte de juros realizado pelo Fed, o petróleo avançou 3,54%, negociado a US\$ 109,42 o barril para venda em abril na Nymex (Bolsa de Mercadorias de Nova York).

Mas a moeda americana avançou ante o euro (0,64%) e o iene (2,5%) após a redução ter se mostrado menor do que o esperado -alguns economistas apostavam em uma diminuição de até 1,25 ponto percentual.

No mercado brasileiro, porém, o dólar teve baixa de 1,97% e terminou o expediente vendido a R\$ 1,69. Assim, uma série de três altas foi interrompida. De acordo com os economistas, a baixa aconteceu porque juros menores nos EUA fazem com que os investidores busquem retornos mais atrativos em outros países, e o Brasil é um dos destinos favoritos desses recursos por causa dos altos juros no país.

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Lucros de bancos caem pela metade, mas superam expectativa de investidores

DA REDAÇÃO

Os lucros do Goldman Sachs e do Lehman Brothers, dois dos maiores bancos de investimento dos EUA, caíram mais da metade neste início do ano, mas, ainda assim, superaram a expectativa de investidores. Os resultados das instituições eram muito aguardados, pois são os primeiros do ano do setor financeiro -que vive uma grave crise- e colaboraram para o dia positivo nas Bolsas. O Goldman Sachs ganhou US\$ 1,51 bilhão no período de três meses encerrado em 29 de fevereiro, queda de 53% ante o primeiro trimestre fiscal do ano passado. O resultado encerrou o período de dez trimestres consecutivos de alta no lucro em relação ao mesmo período do ano anterior. O banco foi um dos poucos cujo lucro cresceu no quarto trimestre de 2007, quando as instituições financeiras começaram a sentir os efeitos da crise.

"As condições de mercado estão claramente muito difíceis", afirmou, em comunicado, o presidente-executivo do Goldman Sachs, Lloyd Blankfein. O faturamento da instituição caiu 35% em relação ao primeiro trimestre fiscal do ano passado, para US\$ 8,34 bilhões.

Apesar do resultado inferior ao do começo de 2007, as ações do Goldman Sachs subiram 16,27% e tiveram uma das maiores altas nas Bolsas dos EUA, em um dia de recuperação para os mercados, especialmente para os papéis de bancos. As ações do rival Morgan Stanley avançaram 17,81%, e as do Merrill Lynch, 13,24%.

Mas a principal alta do dia foi a dos papéis do Lehman Brothers, que, após dois pregões seguidos de desvalorizações expressivas, subiram 46,43% -o maior avanço entre as 500 empresas que compõem o índice S&P 500, em Nova York.

O lucro de US\$ 489 milhões no primeiro trimestre fiscal deste ano superou a expectativa dos investidores, apesar de representar queda de 57% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Após o acerto de venda o Bear Stearns para o JPMorgan Chase, o Lehman Brothers era considerado como o banco de investimento mais provável a ser derrubado pela crise.

As ações do Bear Stearns chegaram a subir 45% ontem na Bolsa de Nova York, triplicando o valor oferecido pelo JPMorgan, de US\$ 236 milhões. Os operadores do mercado aumentaram suas apostas de que a resistência dos investidores forçará a apresentação de uma oferta mais elevada.

No final do pregão, os papéis do quinto maior banco de investimento dos EUA avançaram 22,87%, valendo US\$ 5,91 -na última quinta-feira, eles estavam cotados a US\$ 57. Já as ações do JPMorgan subiram 5,95% ontem.

O segundo maior acionista do Bear Stearns, o britânico Joseph Lewis, afirmou anteontem que a oferta do JPMorgan Chase é "irrisória".

Com a Bloomberg

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Crise nos EUA é 30 vezes mais grave que a da Ásia, diz Lula

*Em 97, o Brasil quase quebra; agora, não acontece nada com o país, diz o presidente
Os investimentos do PAC farão a diferença em relação a outros ciclos de crescimento já vividos pelo país, afirmou o presidente*

RODRIGO VARGAS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em solenidade de inauguração de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em Campo Grande (MS), que a crise na economia dos Estados Unidos é "30 vezes" mais grave do que a iniciada na Ásia em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

"Vocês estão lembrados de que em 1998 [na verdade, 1997] teve uma crise na Malásia. E o Brasil quase quebra. Agora, nós estamos com uma crise certamente 30 vezes mais forte que a da Malásia, na maior economia do mundo. E até agora não aconteceu nada com o nosso querido Brasil", disse Lula.

O motivo da blindagem, na opinião de Lula, é algo que "não se aprende nos bancos de escola". "Eu trabalhei 27 anos dentro de uma fábrica. Vivi de salário a vida inteira. E sempre tive a noção de que eu não podia gastar mais do que eu ganhava."

O presidente citou ainda os números relativos à evolução das reservas internacionais desde 2003. "Quando tomei posse, o Brasil tinha US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 16 bilhões eram do FMI. Ou seja, só tinha US\$ 14 bilhões. Temos hoje quase US\$ 200 bilhões."

Sobre os investimentos do PAC, Lula disse que o programa fará a diferença em relação a outros ciclos de crescimento já vividos pelo país -quando, segundo ele, não havia distribuição de renda. E revisitou a antiga analogia da divisão do "bolo" do crescimento econômico.

"Antigamente, no Brasil, alguns comiam a massa e o chantilly, enquanto para a população pobre ficava aquele chumbinho que colocavam de enfeite em cima do bolo", disse. "[Com o PAC] Vamos fazer uma inversão. Só vamos ter um país socialmente justo quando o crescimento for distribuído de forma equânime", completou.

Lula foi irônico ao rebater as afirmações da oposição de que seu governo teria tido sorte ao se beneficiar de um período de crescimento da economia mundial. "Tem gente que fala que isso é sorte do presidente Lula. A sorte depende de decisões políticas que também temos de ter a sorte de tomar. Na verdade nem é sorte, é coragem", disse Lula.

O mesmo tom foi empregado para qualificar o processo que levou ao fim da CPMF, no final de 2007. Para Lula, a medida foi tomada por iniciativa de um "grupo de pessoas" que têm "uma imaginação extraordinária". "Eles disseram: 'Olha, não vamos deixar passar. Imagina se o presidente Lula tiver R\$ 120 bilhões até 2010? Ele vai querer eleger o seu sucessor'."

Para Lula, a decisão foi uma tentativa malsucedida de impedir a concretização de medidas como o PAC da Saúde, que prevê investimentos de R\$ 40 bilhões -dos quais R\$ 24 bilhões, segundo Lula, sairiam da receita da CPMF. "Como eu tenho sorte, vou arrecadar os R\$ 40 bilhões que eles retiraram, vou fazer os mesmos programas na área da Saúde e eles vão ficar com muito mais raiva ainda."

Apesar de o ministro Guido Mantega (Fazenda) ter avaliado, na semana passada, que em 2008 a economia crescerá 5% (menos que os 5,4% registrados no ano passado), o presidente foi bem mais otimista e definiu a atual fase de crescimento como um "caminho sem volta".

"Neste ano de 2008, o Brasil vai crescer mais do que em 2007 e, em 2009, vai crescer mais do que em 2008. Estamos tendo o maior cuidado para não permitir que este momento mágico que estamos vivendo se transforme em sofrimento."

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Diferencial de juro estimula especulação

Análise

TONI SCIARRETTA
DA REPORTAGEM LOCAL

Com juros reais negativos nos EUA, o Brasil fica ainda mais atraente para o investidor estrangeiro por conta do diferencial entre os juros internacionais e os locais. Os títulos do governo brasileiro pagam hoje uma média de sete pontos percentuais a mais que os papéis do Tesouro americano, já descontadas as respectivas inflações.

No caso da Bolsa, o país também pode oferecer perspectivas melhores de retorno para as empresas, considerando que a economia americana enfrenta -ou caminha para- uma recessão, com crescimento anual previsto de 1%, enquanto no Brasil a previsão é de alta de 5% do PIB. Os efeitos de curto prazo desse diferencial de juros na economia se traduzem em uma apreciação do real, que se soma a uma desvalorização internacional do dólar -política que ajuda os EUA a venderem mais no exterior e a atraírem capitais, financiando o fim da recessão.

Quando entra no Brasil, o estrangeiro lucra duas vezes: primeiro, com o retorno maior, seja por juro alto ou alta das ações; depois, com o câmbio, já que o real tem comprado sempre mais dólares meses depois, na saída.

O esquema permite uma das operações financeiras mais rotineiras envolvendo países emergentes, o chamado "carry trade". Investidores emprestam dinheiro com juro baixíssimo nos EUA, Europa e Japão para investir em emergentes como Brasil, Leste Europeu e Turquia. Com o ganho no país emergente, pagam o empréstimo original e ainda embolsam uma soma considerável.

"A redução dos juros nos EUA torna ainda maior o nosso diferencial de taxa. Além de um porto seguro, o Brasil ainda paga sete pontos percentuais a mais de juros. Isso vai trazer mais dólares. Não sei como o governo pensa em equacionar a questão cambial", disse Jason Viera, da UpTrend.

E esse quadro pode ser acentuado, caso o Banco Central brasileiro resolva subir os juros para conter eventual pressão inflacionária, como sinalizou o Copom. "A ata do Copom foi alarmista. Não há motivo para subir o juro. Os outros países estão baixando os juros, e não há perspectiva de aumento inflacionário", disse Alcides Leite, da Trevisan.

Leite reconhece que o diferencial de juros existe, mas relativiza seu impacto em momentos de turbulência. Ele afirma que o diferencial servirá para "tapar o buraco" que se abre com o aumento da aversão ao risco, que prejudica o Brasil. "Um anula o outro, e fica na mesma. O diferencial de juros é grave, mas não maior do que já era."

Para Fernando Blanco, presidente da Coface, empresa de seguro de crédito, o governo brasileiro não deixará o país virar um "cassino" para especulação com diferencial de juros. "Quem vai peitar um Banco Central com US\$ 190 bilhões de reservas? O governo já mostrou que está atento e não vai deixar a moeda se fortalecer por uma questão temporária. Depois que o mundo se regulariza, esse dinheiro sai e causa volatilidade. O país é um porto seguro porque a economia está blindada."

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

ONU defende "ação global" contra turbulência

MARCELO NINIO
DE GENEVRA

Uma "ação global" é necessária para impor disciplina e transparência nos mercados financeiros, a fim de devolver a estabilidade à economia mundial. A opinião é do secretário-geral da Unctad (Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento), Supachai Panitchpakdi. Segundo ele, o Brasil está "bem posicionado" para suportar as turbulências, mas não é possível falar em "descolamento" numa época de crescente interdependência econômica entre os países.

Supachai criticou a frouxa regulamentação do mercado de derivativos, que para ele foi o que levou à crise do "subprime" nos EUA. "Há muita disciplina no comércio internacional, mas o mesmo não ocorre nos mercados financeiros", disse Supachai. "Temos que admitir que a crise atual ocorreu devido à falta de transparência nas transações financeiras."

Para o secretário-geral da Unctad, possíveis ações coordenadas para disciplinar os mercados poderiam ser feitas a nível regional ou por meio de uma organização multilateral como o Fundo Monetário Internacional, que tem ressaltado a necessidade de regular as transações financeiras. No próximo mês a Unctad realizará, em Acra, capital de Gana, seu 12º encontro ministerial. Entre os cerca de 3.000 delegados, está prevista a participação de mais de cem ministros e pelo menos dez chefes de Estado. O presidente Lula, segundo a Unctad, é um dos que já confirmaram presença.

Doha em Acra

Além de discutir assuntos de desenvolvimento, Supachai acha que o evento no país africano será uma boa oportunidade para dar um empurrão nas negociações da Rodada Doha. "É um momento particularmente bom para isso, agora que as negociações entraram na fase final", disse Supachai, que na última conferência da Unctad, há quatro anos, em São Paulo, ocupava justamente o cargo de diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Supachai era o mediador da Rodada Doha na Conferência de Cancún, em 2003, que consolidou a divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento em temas como subsídios agrícolas e acesso a mercados, que até hoje, mais de seis anos após o lançamento da rodada, impedem o acordo final.

Para ele, porém, a conferência não foi um fracasso. "Foi um divisor de águas, pois colocou a voz dos países em desenvolvimento acima das outras." Seu sucessor na OMC, o francês Pascal Lamy, agora tenta tirar a rodada do impasse em mais uma reunião ministerial, prevista para abril, em Genebra.

Caminho do Brasil para grau de investimento está 'mais difícil', diz Fitch

O caminho do Brasil para conseguir o "investment grade" (grau de investimento) está "mais difícil" com a crise do crédito afetando bancos e seguradoras em todo o mundo e reduzindo o crescimento econômico, disse ontem em entrevista Peter Shaw, analista da agência de classificação de risco Fitch. "É difícil fazer qualquer comentário, mas os eventos recentes não estavam nas nossas considerações há seis ou nove meses", afirmou. (DA BLOOMBERG)

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Larry Summers vê recessão mais profunda

Para ex-secretário do Tesouro no governo Clinton, recessão agora será mais intensa que as últimas sofridas pelos EUA

Para o economista de Harvard, o Federal Reserve não tinha alternativa a não ser ajudar na venda do Bear Stearns ao JPMorgan

FERNANDO RODRIGUES
EM CAMBRIDGE (EUA)

A mão invisível do mercado às vezes não resolve tudo. As autoridades então devem agir e evitar o pânico generalizado.

Por essa razão, o Federal Reserve (banco central dos EUA) teria acertado ao abençoar um acordo de venda do Bear Stearns. Sem essa intervenção, "todo o sistema financeiro teria implodido com conseqüências catastróficas", diz o ex-secretário do Tesouro norte-americano Lawrence Summers.

Um dos mais duros economistas da safra liberal que prosperou na década de 1990, Summers tem surpreendido a muitos na atual crise. Defende abertamente o uso de dinheiro público para que o seu país combata os efeitos da recessão iminente. Esteve em Washington para pressionar o governo Bush a baixar um pacote de estímulo -a ajuda de US\$ 170 bilhões para consumidores em situação de insolvência por causa da crise do mercado imobiliário. Agora, Summers avalia ser correta a operação para não deixar o Bear Stearns afundar.

Por que a ajuda financeira oficial é aceitável agora, e não quando países subdesenvolvidos como Brasil, Argentina e México se esfalfavam com suas dívidas externas nos anos 1980 e 1990? Para Summers, que no momento voltou a dar aulas de economia em Harvard, há grande diferença entre a crise dos EUA hoje e as dos países latino-americanos no passado.

Primeiro, nos EUA, "trata-se de um problema interno". Os estrangeiros não perderam a confiança nos ativos dos EUA. Corporações norte-americanas ainda conseguem levantar dinheiro no exterior. O governo continua em totais condições de emitir títulos. "A solvência dos EUA não está sendo colocada em questão", diz. "O que existe é um problema de excessos internos. Muito diferente das crises que o Brasil historicamente enfrentou -com perda de confiança no exterior para a sua moeda e na sua capacidade de honrar dívidas."

A seguir, trechos da entrevista concedida por Summers na segunda-feira, em seu escritório em Harvard.

FOLHA - É possível prever algum desfecho para a atual crise?

LAWRENCE SUMMERS - É muito difícil. Qualquer crise financeira previsível já teria acontecido, uma vez que ninguém colocaria dinheiro em uma instituição que pudesse ficar insolvente.

FOLHA - Mas há alguma diferença identificável entre a crise atual e as outras que os EUA enfrentaram nas décadas passadas?

SUMMERS - Tolstói dizia que cada família feliz é igual e que cada família infeliz é também semelhante de alguma forma. Toda crise financeira é diferente, mas há elementos comuns a

todas: alavancagem [empréstimos concedidos sem a devida cobertura], medo e falência. Em algum momento, quando os preços das ações despencam, em vez de mais gente se apresentar para comprar (o que ajudaria a estabilizar a crise), mais pessoas querem vender (o que tende a desestabilizar). Essa é a dinâmica crucial que se instala.

Algumas vezes tem a ver com os seguros das carteiras de ações, como em 1987. Algumas vezes ocorre contágio, como nas crises dos mercados emergentes. E, agora, tem a ver com falta de capital e falências por causa da liquidação de ações. Mas alavancagem e medo são elementos comuns a todas as crises.

FOLHA - O Federal Reserve tem agido de maneira correta na atual crise?

SUMMERS - Tem sido uma política de reação. Eu tinha preocupação de que se procurasse uma direção construtiva, mas parece que neste caso a velocidade e intensidade da crise tendem a superar a velocidade e a intensidade da política adotada para conter os efeitos da crise. Portanto, a despeito de todas as medidas já tomadas, nós poderemos ter ainda mais incerteza hoje do que em todos os momentos desde o início da crise.

FOLHA - O nível da recessão nos EUA será maior do que tem sido em casos recentes ou o sr. acha também impossível de prever?

SUMMERS - A pergunta sempre é qual será a gravidade da recessão. Nossas outras recessões, como a de 2000, foram relativamente suaves. A recessão em 1990 foi um pouco mais séria, mas ainda leve sob o aspecto histórico. Eu não ficarei surpreso se esta recessão for mais profunda do que as duas últimas, dada a magnitude dos excessos financeiros -mas eu não estou fazendo uma previsão propriamente.

FOLHA - Há gente no mercado dizendo que não foi correta a atitude do Federal Reserve ao interceder na montagem da operação de venda do Bear Stearns. O sr. concorda?

SUMMERS - Não creio que houvesse uma alternativa viável. Não creio que fosse viável fechar o banco. Também não creio que seria viável manter o Bear Stearns funcionando como estava.

FOLHA - Por que não teria sido uma boa saída deixar o banco ir à falência?

SUMMERS - Todo o sistema financeiro teria implodido com conseqüências catastróficas. Essa não teria sido uma estratégia viável.

FOLHA - Por que o sistema todo teria implodido?

SUMMERS - Porque havia fluxos financeiros enormes devidos para o Bear Stearns e a serem cobrados pelo Bear Stearns. Mesmo que os valores desses fluxos fossem relativamente pequenos [se comparados a todo o sistema financeiro do país], uma vez que você entra em processo de falência, resolver o problema ficaria quase que impossível. Teríamos a possibilidade de um sentimento de pânico se espalhar para as outras instituições.

FOLHA - Mas o mercado hoje [segunda-feira] reagiu em pânico...

SUMMERS - Sim, mas, se o Federal Reserve não tivesse agido, teria sido pior. Em minha opinião.

FOLHA - Uma leitura possível também é que agora uma porta foi aberta e não será mais fechada. Se outras instituições estiverem em situação ruim, o Fed terá de agir e ajudar...

SUMMERS - Eu acho que durante toda esta crise o Fed tem atuado com uma responsabilidade imposta. Não há alternativa.

FOLHA - Em que sentido esse tipo de situação nos EUA tem semelhança com as crises financeiras dos países subdesenvolvidos nos anos 1980 e 1990? Esses países nunca puderam se habilitar para pacotes de ajuda, sob a ótica de que seria uma aberração no sistema capitalista.

SUMMERS - Há duas diferenças. A mais importante é que a situação dos EUA é semelhante à do Japão no início da década de 1990. Trata-se de um problema interno. Não se trata de os estrangeiros estarem perdendo a confiança nos ativos dos EUA. Não é o caso em que as corporações dos EUA estejam incapacitadas de vender suas ações. Não é o caso em que o governo dos EUA esteja impossibilitado de vender seus títulos ainda por um preço alto e com baixo custo para o país. O que existe é um problema de excessos internos.

Muito diferente das crises, por exemplo, que o Brasil historicamente enfrentou -com perda de confiança no exterior para a sua moeda e na sua capacidade de honrar dívidas.

A solvência dos EUA não está sendo colocada em questão no curso desta crise. Embora o dólar esteja em queda, essa é uma resposta ao que está acontecendo, e não a causa. É como a crise do Japão no início dos anos 90, que foi muito diferente das crises depois na Coréia do Sul ou no Brasil.

FOLHA - E a segunda diferença?

SUMMERS - Então, a primeira é que nos EUA o problema é interno, e não externo. A segunda é que a dívida é em moeda local, e não em moeda estrangeira.

FOLHA - Em termos estritamente capitalistas, não teria sido exemplar ao longo da crise que alguns dos atores envolvidos tivessem sido apenas abandonados à sorte do mercado?

SUMMERS - Em algumas circunstâncias, sim. Mas o Bear Stearns estava muito integrado ao sistema para esse ter sido um curso viável. O que importa, em certo sentido, é que o valor das ações do Bear Stearns foi aniquilado. Os acionistas do Bear Stearns ficaram aniquilados. Em algumas circunstâncias, é bom deixar instituições irem à falência e não fazer nada. Mas eu não acho que seria apropriado quando você está lidando com uma instituição tão grande e integrada como o Bear Stearns.

FOLHA - Mas e no caso da crise do mercado imobiliário, com o governo distribuindo dinheiro para a população que contraiu dívida e não conseguiu pagar?

SUMMERS - Nesse caso, houve a falência de um número considerável de firmas especializadas em empréstimos imobiliários. Acho que foi apropriado. Já os proprietários de imóveis estão recebendo dinheiro como forma de estímulo fiscal para minimizar o efeito da recessão. É uma forma de encorajar o consumo doméstico e uma maneira de responder à recessão.

FOLHA - O sr. tem dito em suas aulas em Harvard que a diferença entre ricos e pobres nunca foi tão grande na história da humanidade. Com a globalização em curso, essa tendência vai se acentuar, será revertida ou não é possível prever?

SUMMERS - Para combater a desigualdade, será necessário promover mais impostos progressivos [quem é mais rico paga mais], colaborar de forma mais exitosa no campo internacional para estabilizar os impostos sobre capital, promovendo direitos trabalhistas, reduzir lucros excessivos em mercados competitivos -isso tudo aqui em casa, nos Estados Unidos.

FOLHA - O sr. acha que algum dos candidatos presidenciais estará disposto a ir por esse caminho?

SUMMERS - Eu acho que os candidatos democratas têm sido muito claros no sentido de demonstrarem desejo de ver um sistema de impostos funcionando melhor e mais impostos progressivos.

FOLHA - Qual é sua avaliação do governo de George W. Bush?

SUMMERS - Não sei se a história vai avaliá-lo com simpatia. Os EUA desperdiçaram uma capacidade substancial de liderança moral quando o presidente rejeitou multilateralismo em esferas variando do ambiente à Guerra do Iraque. E, agora, sua liderança na área econômica está em questão, dependendo de como conseguirá gerenciar a atual crise.

FOLHA - Então, pela sua análise, está mais fácil para a vitória de um democrata?

SUMMERS - Os mercados estão mostrando que isso é provável. Eu espero que um democrata seja eleito. Nós temos dois pré-candidatos fortes.

FOLHA - Como o sr. votou nas primárias?

SUMMERS - Prefiro não dizer.

FERNANDO RODRIGUES é bolsista no ano acadêmico 2007/2008 do programa da Fundação Nieman (www.nieman.harvard.edu) para jornalistas da Universidade Harvard, em Cambridge, Massachusetts (EUA).

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

"Não acompanho o Brasil", diz o economista

perfil

EM CAMBRIDGE (EUA)

O economista Lawrence Henry "Larry" Summers, 53, é protagonista de vários episódios marcantes.

O mais recente foi sua renúncia em 2006 ao cargo de reitor de Harvard, a mais antiga universidade dos Estados Unidos (criada em 1636).

Summers se indis pôs com os professores por uma série de declarações polêmicas. Uma delas sobre as diferenças fisiológicas entre os sexos que supostamente explicariam por que há menos mulheres bem-sucedidas em alguns campos da ciência.

Com fama de arrogante, Summers afastou-se de quase tudo por um ano. Acaba de voltar a lecionar em Harvard.

Todas as terças e quintas-feiras, ministra com outro colega economista, Lant Pritchett, o curso "O conteúdo da globalização: assuntos, atores e decisões". É comum ser aplaudido ao final das sessões. Cerca de 300 alunos assistem à sua aula.

A carreira de Summers foi meteórica. Aos 16 anos, entrou para o prestigiado MIT (Massachusetts Institute of Technology). Queria estudar física. Acabou em economia.

Com 28 anos, ele já era professor titular em Harvard. Deixou a universidade em 1991. Tornou-se economista-chefe do Banco Mundial.

Logo depois de assumir o cargo, envolveu-se numa polêmica ao assinar um memorando interno no qual afirmava ser "impecável" a lógica econômica de despejar lixo tóxico em países subdesenvolvidos. Desculpou-se quando o papel vazou.

Na metade dos anos 1990, Summers ocupou vários postos na equipe econômica do então presidente Bill Clinton (democrata).

De 1999 a 2001, foi secretário do Tesouro (o equivalente ao ministro da Fazenda no Brasil).

Descontraído, sem gravata, na segunda-feira à tarde deu uma entrevista para a Folha com os pés sobre uma mesa de centro em sua sala em Harvard.

Falou pouco sobre assuntos dos quais considera ter pouca informação. "Eu não acompanho o Brasil", disse. A declaração é útil e contém, pelo menos, duas revelações. Primeiro, sabe-se que um dos principais economistas dos Estados Unidos é desinformado deliberadamente sobre o Brasil. Segundo, que o otimismo panglossiano do presidente Lula e de seu governo ainda não atingiu nem contagiou parte do establishment do mundo desenvolvido. (FR)

Folha de S.Paulo – 19/03/2008

Crise dos EUA eleva preço do petróleo, diz Petrobras

*Presidente da empresa defende mudar lei para descobertas na camada pré-sal
Gabrielli afirma que instabilidade internacional, por si só, não será razão para reajustes dos
preços de combustíveis no Brasil*

JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

O aumento recente nas cotações do barril de petróleo está relacionado à crise do mercado americano, na avaliação do presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Na Bolsa Mercantil de Nova York, o petróleo fechou ontem a US\$ 109,42. Segundo ele, há uma procura por ativos de maior rentabilidade.

Isso significa que uma parcela dos investidores passa a avaliar o mercado de petróleo como alternativa para maximizar ganhos, com aumento do capital especulativo no setor. "A taxa de juros americana muito baixa e a crise do "subprime" provocam busca por retorno mais elevado. É puramente um movimento financeiro", disse.

Segundo a Petrobras, a Nymex (Bolsa Mercantil de Nova York) estima que mais de 95% dos contratos futuros de energia não resultam diretamente em entregas físicas.

Nos últimos anos, a cotação do barril tem se mostrado mais rentável do que outros índices. De 2003 a 2007, a cotação do barril de petróleo tipo Brent acumulou alta de 17,42%. O S&P 500, índice que reúne as 500 maiores empresas que têm ações negociadas na Bolsa de Nova York, teve alta de 10,07% e o índice da Nasdaq, de 13,6%.

A perspectiva é de oscilação de preços, segundo Gabrielli. O presidente da Petrobras avalia que, se a crise atingir a economia real americana, o mercado de petróleo será afetado.

"Antes da última agudização da crise, minha expectativa era de uma crise leve e curta. Essa última crise do Bear Stearns e do Lehman pode levar a um problema de ajuste de portfólio dos investidores que não sei até quando pode chegar ao consumidor e quando pode chegar à economia real", disse.

O presidente da Petrobras avalia que o nível dos estoques em faixa inferior ao patamar histórico faz com que quaisquer problemas geopolíticos tenham impacto direto no preço no curto prazo.

Gabrielli afirmou que a instabilidade do cenário internacional, por si só, não fará a empresa reajustar os preços de combustíveis no país e que outros aspectos precisam ser levados em conta nessa análise.

A crise no mercado americano não afetará os planos de investimento da companhia, de US\$ 112,7 bilhões até 2012, mas pode dificultar a forma de financiar o investimento. A Petrobras pretende captar ainda neste ano US\$ 5 bilhões.

O plano de investimentos deve ser revisto no segundo semestre e incluir grandes descobertas, como as de Tupi e de Júpiter. Segundo Gabrielli, se o mercado "ficar mais difícil", a empresa poderá aumentar a parcela de recursos próprios.

O cenário de custos altos da indústria fez com que as grandes empresas investissem mais, mas não conseguissem aumentar a produção, segundo a Petrobras. De um grupo de nove empresas, apenas três conseguiram aumentar a produção de petróleo e gás. No ano passado, a produção da estatal brasileira cresceu 0,1%.

Revisão da lei

Gabrielli voltou a defender ontem a revisão da lei do petróleo com novos modelos de concessão para descobertas na área do pré-sal. Ele afirma que o sistema regulatório brasileiro foi montado para remunerar o risco exploratório, que teria mudado de forma significativa com as descobertas de petróleo na camada pré-sal.

Para Nelson Narciso, diretor da ANP (Agência Nacional do Petróleo), não são necessárias "mudanças radicais" na lei para contemplar a alteração de cenário. A agência trabalha na formulação de uma proposta a ser entregue ao governo.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Capa.Bovespa tem a 2a. maior queda do ano e recua 5%

Um dia após reagir bem às medidas do Fed para tentar resolver a crise no sistema financeiro dos EUA, os mercados mundiais voltaram ao pessimismo que dá o tom dos negócios nas últimas semanas. A Bovespa recuou 5,01%, segunda pior baixa do ano; a maior, de 6,6%, ocorreu em janeiro. Para analistas, a aversão ao risco e a queda nos preços das commodities foram os principais motivos.

Bolsa recua 5% no 2º pior pregão do ano

Com aversão ao risco e temor de freada mundial, estrangeiro revê aplicações no setor de commodities; dólar sobe quase 2%

Dúvidas sobre eficiência de medidas do Fed fazem investidor buscar ativo mais seguro; ações da Vale e da Petrobras caem mais de 7%

DENYSE GODOY
DA REPORTAGEM LOCAL

Um dia após comemorarem as medidas tomadas pelo Fed (Federal Reserve, banco central americano) para tentar resolver a crise na qual mergulhou o sistema financeiro dos EUA, os mercados no mundo inteiro voltaram a sucumbir ao pessimismo que dá o tom dos negócios nas últimas semanas. A Bovespa sofreu a segunda pior queda no ano: 5,01%, para 58.827 pontos. A maior baixa em 2008, de 6,6%, havia sido registrada no dia 21 de janeiro.

"O que se viu nesta quarta-feira foi uma forte aversão ao risco", explica Álvaro Bandeira, diretor da corretora Ágora. "Na véspera, o mercado tinha subido bastante, então já amanheceu um pouco de ressaca. O clima piorou de vez à tarde, com a queda dos preços das commodities." Grande parte das companhias brasileiras listadas na Bolsa é desse setor, daí a sua acentuada queda. A Bolsa de Valores de São Paulo começou o dia com pequena elevação, chegou a registrar alta de 0,71%, mas depois inverteu e passou a cair, acelerando o ritmo de baixa no final do expediente.

A Bovespa acompanhou, dessa forma, o movimento das principais Bolsas mundiais. As asiáticas foram exceção, porque operaram ainda na esteira do bom humor da terça-feira -a do Japão subiu 2,48% e a de Hong Kong teve elevação de 2,26%. Mas as européias padeceram. A de Londres recuou 1,07%, a de Paris teve queda de 0,58%, e a de Frankfurt, de 0,5%. O índice Dow Jones da Bolsa de Nova York teve baixa de 2,36%, e a Nasdaq (onde se negociam papéis de empresas de tecnologia) caiu 2,57%.

No início da sessão de ontem, saiu o balanço do banco de investimentos Morgan Stanley. Seu lucro líquido caiu 42% no primeiro trimestre fiscal, para US\$ 1,55 bilhão (aproximadamente R\$ 2,6 bilhões) ou US\$ 1,45 por ação, quando se esperava um ganho de apenas US\$ 1,03 por ação.

"Foram bons números. Entretanto, não ajudaram, pois surgiram boatos de que alguns ativos estavam superavaliados", comenta Mário Battistel, gerente de câmbio da corretora Fair.

Outra notícia positiva foi ignorada no meio do pânico. O governo americano reduziu a reserva compulsória de recursos das gigantes do segmento de financiamento à habitação Fannie Mae e

Freddie Mac, o que deve liberar recursos para aliviar a situação de mutuários que não estão conseguindo pagar as prestações da casa própria. As turbulências todas tiveram início na inadimplência entre os consumidores do segmento "subprime" (de alto risco). Os empréstimos concedidos a eles eram a garantia de títulos que as financeiras lançavam no mercado. Outros bancos adquiriam esses bônus e também criavam títulos lastreados neles, e assim ocorria várias vezes sucessivas, daí estarem tantas instituições enfrentando dificuldades.

Mundo real

Nesse cenário, as perspectivas para a economia americana é que continuam desanimando. Investidores e especialistas temem que a atuação do Fed seja insuficiente para conter os problemas no segmento de empréstimos imobiliários e que eles causem uma crise em todo o sistema financeiro do país. A maior parte dos analistas já acredita que os EUA estejam entrando em recessão, porém a sua duração e profundidade dependem muito do tamanho das perdas enfrentadas pelos bancos. "O mercado está inseguro diante das incertezas a respeito da dimensão do rombo", afirma Battistel.

Por isso, os investidores fogem do risco de perder mais dinheiro do que já imaginam ter perdido. Uma recessão nos EUA, maior economia global, provocaria o desaquecimento de outros países e, conseqüentemente, diminuiria a demanda por commodities agrícolas, metálicas e petróleo. Os preços desses produtos recuaram muito ontem, enquanto quem estava colocando seu dinheiro neles resolveu correr para ativos considerados mais seguros, especialmente os títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

Assim, as ações de empresas ligadas ao setor de commodities foram castigadas. Na Bovespa, as preferenciais (PN) da Petrobras tiveram desvalorização de 7,4%, a R\$ 69,40, e as ordinárias caíram 5,91%, a R\$ 84,69. As PN da Companhia Vale do Rio Doce recuaram 7,2%, a R\$ 44,26, e as ON registraram baixa de 6%, a R\$ 53,65. "A queda desses quatro papéis deve ter respondido por cerca de dois pontos do total da baixa do Ibovespa [principal índice da Bolsa paulista]", diz Bandeira. "Eles têm grande liquidez, por isso é deles que os investidores se livram primeiro."

A retirada dos estrangeiros ficou bem evidente no mercado de câmbio. O dólar comercial terminou a quarta-feira vendido a R\$ 1,721, com uma valorização de 1,83%.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Sobe-e-desce de commodities agrícolas coloca mais tensão sobre produtor brasileiro

ANÁLISE

MAURO ZAFALON
DA REDAÇÃO

A soja, após atingir preços recordes na primeira semana deste mês, já recuou 19%. O café, 21%, e o açúcar, 23%. O trigo perdeu 16% na última semana.

Essa queda de preços das commodities agrícolas se deve a um ajuste provocado pelos fundos de investimentos. Diante da crise financeira nos EUA, muitos fundos estão reduzindo posições para cobrir buraco em outros investimentos ou porque simplesmente estão perdendo liquidez com a saída de investidores, temerosos desses dias cinzentos.

O mercado de commodities agrícolas continua testando os nervos dos investidores. Após atingir limites de alta na terça -o máximo que um produto pode subir por dia na Bolsa-, a maioria dos produtos fechou com limite de baixa ontem. Os limites servem para proteção de investidores em períodos de acentuadas altas e quedas.

O sobe-e-desce dos agrícolas deve continuar. Os chamados fundamentos do mercado não apontam com firmeza nem para cima nem para baixo.

Esse nervosismo do mercado só coloca mais tensão sobre os produtores brasileiros, que estão em período de colheita. A maior parte da produção deste ano já foi comercializada antecipadamente, e a preços bem abaixo dos atuais.

Os novos patamares recordes de preços são a esperança dos produtores de compensar o que deixaram de ganhar com as vendas antecipadas.

O comportamento das commodities é importante, ainda, para a balança comercial. Nos patamares atuais, o país pode trazer US\$ 100 bilhões de receitas neste ano entre agrícolas e metais. O desaquecimento de preços geraria receita menor.

Os preços das commodities estão aquecidos no momento e podem sofrer um recuo. As condições de safra e de demanda, no entanto, não permitem uma queda muito forte, pelo menos até meados de julho, quando será conhecida a produção de grãos dos EUA, líder mundial em soja e milho.

Mas, se é difícil prever uma queda, também não há motivos para apostas em altas ainda maiores, já que os preços de grande parte dos agrícolas atingiram recordes neste mês. O mercado olha para julho porque, se vier uma supersafra nos EUA, haverá espaço para reajustes para baixo dos preços.

Se a safra se comportar dentro do previsto, o mercado já assimilou esse patamar de produção e o repassou para os preços. Mas uma queda na produção, principalmente porque aquele é um período de "veranicos", fará o mercado buscar outro patamar de preços, e para cima.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Estrangeiros tiram R\$ 2,1 bi da Bovespa

Até a segunda semana do mês, saída líquida de investimentos do mercado acionário do país chega a R\$ 6 bilhões no ano

Apesar da fuga de recursos da Bolsa, fluxo total de capital estrangeiro ao Brasil teve crescimento em março, aponta levantamento do BC

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA DA REPORTAGEM LOCAL

Assustados com os problemas no sistema financeiro americano, os investidores estrangeiros tiraram R\$ 2,109 bilhões da Bolsa de Valores de São Paulo no mês de março (até o dia 14). O valor é a diferença entre compras de ações no valor de R\$ 19,854 bilhões e vendas de R\$ 21,964 bilhões.

Em janeiro passado, o saldo negativo havia sido de R\$ 4,731 bilhões. No entanto, em fevereiro, o clima melhorou um pouco e os estrangeiros voltaram: o saldo ficou positivo em R\$ 865,4 milhões. No ano, porém, até a última sexta, está negativo em R\$ 5,975 bilhões.

Há duas explicações principais para a fuga desses investidores. Uma é a necessidade de cobrir prejuízos sofridos no exterior com a crise que começou no setor imobiliário dos EUA, está afetando bancos e ameaça contaminar as demais áreas da economia, levando o país a uma recessão e provocando uma desaceleração mundial.

A outra, segundo especialistas, é uma aversão generalizada ao risco -fechando os olhos para os bons números que o Brasil e as empresas nacionais exibem, os estrangeiros se rendem ao medo de perder mais dinheiro e buscam ativos tidos como seguros em tempos de elevada incerteza. Os títulos do Tesouro americano são o destino favorito desses recursos.

Como os juros brasileiros estão entre os maiores do mundo, essa debandada deve ser temporária, na avaliação dos especialistas. Os investidores de fora tendem a voltar para o mercado local em busca de rendimentos maiores, tão logo passe o momento de nervosismo.

Números divulgados ontem pelo Banco Central indicam que a segunda opção pode ser mais plausível. Apesar da fuga de recursos da Bovespa em março, no mesmo período o fluxo total de capital estrangeiro ao Brasil teve crescimento.

Nas duas primeiras semanas de março, diz o BC, o ingresso líquido de dólares ficou em US\$ 9,760 bilhões, mais que o dobro dos US\$ 3,246 bilhões que ingressaram no país ao longo de todo o mês de fevereiro.

Os números se referem à diferença entre os recursos que entraram no Brasil e as remessas feitas ao exterior e incluem todas as operações de câmbio -envio de lucros ao exterior, exportações, importações, pagamento de empréstimos externos, entre outros itens.

O resultado parcial registrado neste mês responde por quase todo o saldo positivo de US\$ 10,649 bilhões acumulado neste ano, embora fique abaixo dos US\$ 14,734 bilhões apurados em igual período de 2007.

Porém, ao contrário do que vinha ocorrendo anteriormente, neste mês a principal fonte de dólares do Brasil não foi a balança comercial. As chamadas operações financeiras -que se referem a todas as transações cambiais efetuadas no país, exceto as de comércio exterior- registraram saldo

positivo de US\$ 7,133 bilhões no período. Nas duas primeiras semanas de março de 2007, o saldo dessas operações fora positivo em US\$ 1,317 bilhão.

O economista-chefe do BNP Paribas, Alexandre Lintz, afirma que essa maior entrada de dólares nas operações financeiras não deve se repetir de agora em diante, pois é consequência da maior taxaço, decidida na semana passada, sobre investimentos estrangeiros em títulos públicos negociados no mercado brasileiro.

Na última quarta-feira, depois do fechamento dos mercados, o governo anunciou que passaria a cobrar IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) desse tipo de aplicação, como parte de um conjunto de medidas para tentar conter a queda do dólar. A cobrança, porém, só começou efetivamente no começo desta semana, dando aos investidores um prazo de dois dias úteis para adaptar suas carteiras às novas regras.

"Essa entrada [de dólares neste mês] foi forte por causa do IOF. Quem já estava decidido [em investir em títulos brasileiros] acabou se antecipando", afirma Lintz.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Governo dos EUA eleva recursos para hipotecas

DO "NEW YORK TIMES"

Com as bençãos do governo de George W. Bush, a agência que regulamenta as duas maiores empresas de crédito hipotecário do Estados Unidos manteve seus esforços para relaxar as restrições que afetam as companhias, em um esforço para acalmar os mercados financeiros e estabilizar os problemas no setor imobiliário.

As autoridades regulatórias e funcionários do governo anunciaram que as mais recentes medidas reduzirão os requisitos de capitalização que incidem sobre as duas empresas, Fannie Mae e Freddie Mac, e permitirão que as duas gigantes do setor invistam US\$ 200 bilhões a mais em hipotecas.

Combinadas ao relaxamento de restrições em fevereiro, que permitirá que as empresas ajudem a financiar maior variedade de hipotecas, bem como empréstimos imobiliários muito mais dispendiosos, as novas medidas, calcula o governo, permitirão que as empresas adquiram ou garantam US\$ 2 trilhões em hipotecas neste ano.

Criadas pelo Congresso, as duas empresas de capital aberto adquirem hipotecas de instituições de crédito e as retêm como investimentos ou as revendem para investidores na forma de títulos lastreados em hipotecas. Elas desempenham papel vital no financiamento ao mercado da habitação. Mas, depois dos significativos problemas contábeis sofridos nos últimos anos, desde 2004 elas tiveram de elevar o requisito de uma capitalização mínima para 30%, o que limitou a capacidade delas de adquirir hipotecas.

Como parte do acordo com as autoridades regulatórias, elas poderão reduzir esse adicional para 20%. No caso da Fannie Mae, isso significa a liberação de US\$ 3,2 bilhões em capital, e, no da Freddie Mac, o montante é de US\$ 2,6 bilhões.

Em troca, as gigantes do financiamento hipotecário se comprometeram a levantar "capital significativo" no futuro, ainda que a promessa pareça vaga. As autoridades regulatórias também planejam suspender em breve os termos de um acordo assinado com o governo para resolver queixas contra as duas companhias.

No final do ano passado, a Fannie Mae detinha US\$ 45 bilhões em capital, e a Freddie Mac tinha US\$ 37 bilhões. Esse fundo serve de sustentação a mais de US\$ 1 trilhão em dívidas agregadas.

Em declaração divulgada depois do anúncio, Henry Paulson, secretário do Tesouro dos EUA, disse que a decisão liberaria mais recursos financeiros para hipotecas. "O capital adicional permitirá que as empresas ajudem mais proprietários de residências e reforçará os fundamentos subjacentes do mercado de hipotecas."

O anúncio representou uma espantosa e, diriam alguns, arriscada mudança de curso para o governo e a autoridade regulatória que fiscaliza as empresas. Ainda no final do ano passado, importantes funcionários do governo estavam instando o Congresso norte-americano a adotar regulamentação mais severa para as empresas, o que limitaria a flexibilidade delas na retenção de hipotecas. A preocupação de alguns funcionários, entre eles o atual presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Ben Bernanke, e seu predecessor, Alan Greenspan, era a garantia implícita de apoio governamental em caso de moratória das empresas, cujas dívidas são imensas.

O governo Bush afirmou repetidamente que essa garantia não existe, mas os investidores continuam a acreditar -como é demonstrando pela sua disposição em emprestar dinheiro à Fannie Mae e ao Freddie Mac com juros mais baixos- que elas são "grandes demais para falir" e que a Casa Branca montará uma operação de resgate usando o dinheiro dos contribuintes, em caso de crise.

Mas ao menos no curto prazo a decisão de ontem reduz as reservas de capital que protegem os créditos das empresas e também pode representar um obstáculo a um resgate público das companhias caso elas venham a enfrentar problemas sérios.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Crise ajudará o governo a impedir a queda do dólar?

"O problema não é o real, mas o dólar fraco"

Flavio Serrano, economista-chefe da López León

Não. A crise não chegará nem a mexer com a trajetória do dólar no Brasil. [A valorização recente] É um movimento de curto prazo, ligado à venda de posição em commodities com a expectativa de demanda menor nos Estados Unidos. O estrangeiro vende commodities, sai de Vale e de Petrobras, retira dinheiro e mexe no câmbio. O movimento é claro: deixar risco e ir para porto seguro. Depois isso tudo muda, e volta a entrar dinheiro. O problema agora não é o real. É o dólar [americano] que está fraco. Quando mais a crise se aprofunda nos Estados Unidos, mas o dólar vai ficar desvalorizado.

"Sem a crise, o dólar poderia caminhar para R\$ 1,50"

Miriam Tavares, diretora de câmbio da corretora AGK

Sim. Se não fosse a crise, as cotações do dólar poderiam estar caminhando já para R\$ 1,60, R\$ 1,50. Se a crise mundial, desencadeada por uma desaceleração da economia norte-americana, mostrar-se moderada, como de fato esperamos, podemos ver todos falando novamente de um grau de investimento para o Brasil. E aí o câmbio despencaria. No entanto, se os problemas forem mais profundos e a demanda pelas commodities cair, a moeda norte-americana não teria tanto espaço para desvalorizações adicionais, porque esses produtos têm grande peso na pauta de exportações brasileira.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Política industrial vê turbulência até 2009

Medidas não devem trazer socorro imediato a exportador, mas incentivo à produção para a fase em que EUA superarem crise

Para Miguel Jorge, medidas são planejadas para 2 anos, com a meta de elevar taxa de investimento de 17% para 21% do PIB até 2010

JULIANA ROCHA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A política industrial do governo, que deverá ser anunciada no início de abril, não terá como objetivo socorrer as empresas exportadoras imediatamente, e sim prepará-las para que estejam competitivas quando a crise financeira nos Estados Unidos se dissipar.

Por isso, o principal viés da política industrial será incentivar os investimentos dessas empresas para que aumentem sua capacidade de produção.

A Folha apurou que a equipe econômica trabalha com o cenário de que a crise terá acabado na metade de 2009, dado que a recessão na maior economia do mundo já começou.

O ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, confirmou ontem que os objetivos da política industrial devem ser atingidos em dois anos. Segundo ele, a expectativa é elevar, até 2010, a taxa de investimento do país para 21% do PIB. Atualmente, os investimentos representam 17% da soma de riquezas produzidas pelo país.

"O fato de termos uma situação da economia mundial mais nervosa dá mais importância para esse trabalho que estamos fazendo. Temos que nos preocupar em incentivar e fortalecer a capacidade de exportação da economia brasileira", disse Jorge, que se reuniu ontem com o ministro Guido Mantega (Fazenda) e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Jorge informou que a política industrial foi desenhada com medidas de desoneração tributária, linhas de financiamento mais baratas e o "uso da capacidade de compra do governo". Ele negou que esse último pilar signifique que o governo vai gastar mais para garantir a rentabilidade dessas empresas.

"O governo não vai consumir mais. Vai coordenar a política porque ele já consome hoje, compra fármacos, aparelhos ortopédicos. Vamos fazer um projeto em que a capacidade de compra possa estimular uma produção melhor, com mais qualidade", explicou.

Ao final da reunião no Ministério da Fazenda, Miguel Jorge disse que a política industrial será um pacote com cerca de 50 medidas "de toda natureza".

Entre os 25 setores que serão beneficiados pelo pacote está a indústria automobilística, cujo desempenho foi recorde em 2007. O governo quer garantir que a indústria mantenha em alta as exportações de automóveis quando houver mercado.

O ministro espera que, com o apoio da política industrial, o setor automobilístico possa investir para ampliar a capacidade produtiva de 3,5 milhões de unidades por ano para 5,5 milhões de unidades em 2010. Para aumentar os parques industriais, o investimento necessário é de US\$ 20 bilhões -metade nas fábricas de autopeças e metade nas montadoras.

Miguel Jorge nega, porém, que seja um auxílio apenas para as vendas externas do setor. "Vemos consumidores esperando até dois meses por um carro. A indústria automobilística já chegou ao limite."

Ele disse que a meta de atingir US\$ 180 bilhões em exportações neste ano foi mantida. Coutinho disse que a aprovação do Orçamento tornou mais claro o espaço que o governo terá para conceder benefícios na política industrial. "É possível para o Ministério da Fazenda avaliar o esforço que pode ser feito em termos de incentivo à política industrial. Estamos rodando várias simulações para ver os instrumentos mais eficientes e o custo deles."

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Brasil tem a maior alta nas exportações à UE

MARCELO NINIO
DE GENEVRA

O Brasil foi o país com o maior crescimento em exportações para a União Européia em 2007, ficando na frente dos grandes emergentes, como China e Índia. O relatório da balança comercial dos 27 países do bloco divulgado ontem mostra ainda que as exportações européias para os Estados Unidos tiveram no ano passado a primeira queda em quatro anos, reflexo da queda do dólar e da desaceleração americana.

As exportações brasileiras em 2007 cresceram 20% -mais que as da China (19%) e da Índia (16%). De acordo com o relatório da UE, as vendas do Brasil para o bloco europeu no ano passado totalizaram 32,5 bilhões, enquanto o volume em 2006 havia sido de 27,2 bilhões. Entre os principais parceiros comerciais da UE, o Brasil ocupa a décima posição, atrás dos outros três países do chamado Bric. A China (com vendas de 231 bilhões) está em segundo, e a Rússia (143,4 bilhões) em terceiro. Apesar de ter exportado menos (26,2 bilhões), a Índia está em nono, porque importou mais que o Brasil.

Mas o aquecimento da economia brasileira também colocou o país entre os três mercados que mais compraram da UE. Com alta de 20% em relação a 2006, as importações brasileiras chegaram a 21,3 bilhões. O crescimento do Brasil como mercado para os europeus só perdeu para Rússia, com 23%, e Índia, com 21%.

Euro forte

A queda na competitividade das exportações européias causadas pela valorização do euro em relação ao dólar levou ao aumento do déficit comercial europeu com o resto do mundo, que pulou de 26 bilhões em janeiro do ano passado para 30,7 bilhões no mesmo mês de 2008. As exportações para os EUA recuaram 3%, para 194 bilhões, na primeira queda desde 2003. Em 2006, as vendas européias para o mercado americano haviam crescido 8%.

Nos últimos 12 meses, o valor do euro subiu 18% em relação ao dólar, com a economia americana assombrada pelo risco de recessão durante boa parte do período. A contínua queda do dólar levou o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, a fazer duros alertas sobre o fenômeno. Na última reunião de presidentes de BCs mundiais, há pouco mais de uma semana em Basileia (Suíça), Trichet voltou a criticar a "excessiva volatilidade" do câmbio.

Com agências internacionais

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Com crise nos EUA, bancos do Brasil avançam em ranking

Bradesco e Itaú assumem 4º e 5º posto entre as instituições de maior lucro nas Américas. Em situação mais favorável, instituições financeiras do país estão menos ameaçadas por problemas enfrentados pelos bancos americanos

TONI SCIARRETTA
DENYSE GODOY
DA REPORTAGEM LOCAL

Os bancos brasileiros apareceram pela primeira vez no topo do ranking de lucros do sistema financeiro internacional. Levantamento da consultoria Economática mostra que Bradesco e Itaú só lucraram menos do que os americanos Goldman Sachs, JPMorgan e Wells Fargo no quarto trimestre do ano passado nas Américas.

Os motivos foram mais externos do que internos. Enquanto os brasileiros aumentam os ganhos com a expansão do crédito e a bancarização, as instituições americanas tiveram de assumir perdas contábeis pesadas por conta da crise das hipotecas americanas de segunda linha ("subprime").

Os bancos brasileiros são bem menores do que as instituições financeiras americanas. Em valor de mercado, por exemplo, o Bradesco e o Itaú somavam na última terça-feira US\$ 57,6 bilhões e US\$ 55,4 bilhões, respectivamente. Já os gigantes Bank of America, JPMorgan e Citigroup, embora depreciados com a crise, valem US\$ 172,9 bilhões, US\$ 145,1 bilhões e US\$ 107,8 bilhões, respectivamente. Mesmo assim, os brasileiros já ultrapassaram instituições de prestígio global como Morgan Stanley (US\$ 47,3 bilhões) e Merrill Lynch (US\$ 45,2 bilhões).

E a confortável situação das instituições financeiras nacionais garante que elas não sejam contaminadas pelos problemas que as outras enfrentam. "A chance de os bancos brasileiros serem afetados por problemas dessa natureza é absolutamente nula", avalia Antonio Bento Furtado de Mendonça Neto, vice-presidente da consultoria francesa Solving International, especializada em estratégia empresarial. "Eles não têm, em seu poder, títulos do mercado imobiliário americano. E aqui no Brasil não há os mecanismos de financiamento habitacional que existem por lá. Só agora esse setor de crédito começa a se desenvolver melhor no país", afirmou.

Para Alcides Leite, professor de finanças da Trevisan, os bancos brasileiros vivem uma realidade oposta à das instituições americanas, que foram depreciadas por estar no epicentro da crise imobiliária. Ele destaca ainda o impacto da valorização do real, que tornou os lucros obtidos por eles no país mais altos em dólares.

"Os bancos brasileiros tiveram um resultado excepcional com o aumento do crédito e a venda de ativos [Serasa, BM&F e Bovespa]. Estão ganhando muito com melhora operacional, redução de custos, migração de cheques e transações nas agências para os meios eletrônicos e internet, além da gestão de recursos internacionais. A importância dos bancos tende a crescer ainda mais na economia", comentou.

Para Einar Rivero, autor do estudo da Economática, o levantamento reconhece a saúde do sistema financeiro brasileiro, que adota práticas de risco mais conservadoras do que as instituições americanas. "É agradável ver os dois maiores bancos brasileiros entre as instituições financeiras

de maior lucro do mundo. E isso vai continuar porque o mercado de crédito está em pleno aquecimento", disse.

Folha de S.Paulo – 20/03/2008

Indústria já admite não poder atender demanda

Hipótese é cogitada por 31% das empresas, diz FGV

DEISE DE OLIVEIRA
DA FOLHA ONLINE

A indústria prevê para 2008 a maior expansão da capacidade de produção dos últimos cinco anos, segundo pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgada ontem. Por outro lado, um quarto das empresas admite a possibilidade de esgotar a capacidade produtiva em até 12 meses caso a demanda se mantenha em patamares elevados.

Com base no planejamento ou em decisões já aprovadas pelas empresas consultadas, a ampliação dos investimentos em capacidade produtiva deve ser de 11% para este ano e de 22% para o triênio 2008/2010 -também o maior percentual da série reconstituída desde janeiro de 2005.

Segundo a pesquisa, 31% das empresas cogitam a hipótese de não poder atender às encomendas em decorrência de eventual esgotamento da capacidade produtiva caso se mantenha o ritmo atual de expansão da demanda.

Em 2005, quando a pesquisa foi realizada pela primeira vez, 29% das empresas mencionaram essa possibilidade. Na ocasião, o segmento vinha de forte expansão da demanda, em 2004, sem que os investimentos em capacidade produtiva tivessem acompanhado.

"O resultado foi mais equilibrado entre os setores em 2008 em relação a 2005 e, estatisticamente, a diferença não é relevante. Mas não se pode ignorar o risco de esgotamento da capacidade de produção caso o ritmo da demanda vigente na virada do ano seja mantido. É preciso ficar de olho aberto", alerta Aloísio Campelo Júnior, coordenador do Núcleo de Pesquisas e Análises Econômicas do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV.

Segundo Campelo, há variáveis positivas, no início deste ano, que reduzem as chances de esgotamento da produção: a estabilidade do nível da capacidade instalada (em 84,3% em janeiro e 84,7% em fevereiro, ante o patamar de 86% em dezembro de 2007) e a intenção das empresas em investir mais.

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Commodities têm maior baixa em 52 anos

Preços de matérias-primas ainda estão nos níveis mais altos da história, mas recuo recente pode afetar diretamente o Brasil

Mercados têm dúvidas se o recuo histórico nos preços de commodities se deve a um ajuste pontual ou o fim de um ciclo de valorização

TONI SCIARRETTA
DA REPORTAGEM LOCAL
MAURO ZAFALON
DA REDAÇÃO

Os preços das commodities tiveram sua maior desvalorização em uma única semana desde pelo menos 1956, com a possibilidade de redução no consumo global vinda com uma desaceleração no crescimento do mundo. Um dos indicadores de preço de matérias-primas mais relevantes, o índice CRB da Reuters/Jefferies caiu 8,3% da sexta-feira da semana passada até ontem. O indicador mede o desempenho de uma cesta de 19 produtos, como petróleo, cobre, soja e milho, entre outros.

De todos os desdobramentos da recente crise nos mercados, o recuo no preço das commodities é o que mais prejudica o Brasil, um dos maiores produtores de metais e de alimentos do mundo. Tanto que a Bolsa brasileira caiu 4,85% só nesta semana, sendo que as ações ON da Petrobras e da Vale, ambas ligadas ao setor, caíram 11,43% e de 10,47%, respectivamente.

Em trajetória de alta de preços desde 2001 devido à emergência do consumo na China, o recuo dos produtos primários nesta semana foi visto ontem como resultado de uma necessidade pontual de caixa de grandes fundos e bancos para desmontarem operações de investimento com alavancadas -com dinheiro emprestado.

Os mais pessimistas, porém, viram sinais do que poderia ser o início do "estouro da bolha" das commodities, que comandou o crescimento do mundo emergente desde o início da década, incluindo o Brasil.

"Se for só uma correção, passada essa necessidade [de caixa], o mercado pode melhorar e rápido. Mas é difícil saber se é só isso. A idéia de que a Ásia vai continuar crescendo indefinidamente sofreu um baque nesta semana. Ela vai sentir os efeitos da crise nos EUA. Ninguém sabe se é uma correção ou se um problema mais grave", disse Vladimir Caramaschi, economista-chefe da corretora do banco Fator.

Para Marcelo Ribeiro, da Pentágono Asset, o eventual fim do ciclo de alta das commodities dependerá de uma piora na economia chinesa, a mesma que motivou a valorização dos preços das matérias-primas. "A inflação pode levar a um aumento nos juros na China. E isso pode esfriar o consumo e reduzir o preço de commodities."

No Brasil

No país, a grande pergunta é até quanto o mercado continuará fazendo ajustes nos preços das commodities. O momento assusta, mas traz um novo aprendizado sobre os mecanismos de preços do mercado, afirmam os especialistas. A soja, por exemplo, subiu US\$ 14 por saca em seis

meses, uma alta bem acima das previsões mais otimistas. Mas apenas neste mês já recuou US\$ 7. A forte alta ocorreu devido ao atrativo que as commodities trouxeram aos fundos de investimentos, que agora liquidam posições no mercado futuro e derrubam os preços.

A fuga dos fundos das commodities para cobrir buracos em outros investimentos não elimina o perigoso desequilíbrio entre oferta e demanda de produtos que deve vigorar ao longo deste ano. Se de um lado a queda nos preços das commodities exportáveis derruba o valor das receitas brasileiras com exportações, essa turbulência também provoca uma valorização do dólar no mercado interno. A valorização do dólar, base dos pagamentos das commodities, pode compensar, em parte, a queda atual dos preços.

As Bolsas de commodities estarão fechadas hoje, mas, se a tendência de queda continuar, o mercado viverá tensão ainda maior. Os limites de baixa ou de alta da soja na Bolsa de Chicago -o quanto o produto pode subir ou cair em um dia- aumentará de 50 pontos para 70 pontos no final do mês. Ou seja, os ganhos ou as perdas podem ser ainda maiores nas operações.

As quedas foram mais acentuadas nos preços dos produtos agrícolas, que perderam até 21% nesta semana em Nova York, como foi o caso do cacau. Café e açúcar tiveram perdas superiores a 12%, enquanto o algodão recuou 10%. O suco de laranja teve perdas de 4%.

Já em Chicago, a liderança nas quedas ficou com o trigo, que caiu 15% na semana. Apesar da queda, os preços atuais ainda superam em 113% os de igual período de 2007. A soja recuou 10%, pouco acima dos 9% do óleo de soja e dos 8% do farelo de soja. O milho, um dos propulsores desses aumentos das commodities agrícolas nos últimos meses, teve recuo de 7%, e os preços atuais só superam em 25% os de há um ano.

As commodities minerais também tiveram quedas acentuadas na semana. Chumbo (10,3%), zinco (9,3%), níquel (8,3%) e alumínio (7,02%) estiveram entre as principais baixas. O ouro terminou a semana com baixa de 7,9%. Já o petróleo recuou 7,6% em Nova York.

Com a Bloomberg e a Reuters

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Economistas ainda vêem demanda forte

DENISE MENCHEN
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, NO RIO
JANAINA LAGE
DA SUCURSAL DO RIO

O impacto da queda das commodities sobre a "economia real" brasileira divide especialistas ouvidos pela Folha. Parte dos economistas avalia que há indícios de uma bolha especulativa nos preços das commodities e que, pela primeira vez desde o início da crise, existem chances significativas de um contágio na economia brasileira.

Mas ainda predomina a leitura de que, mesmo inflado pela entrada de capital de curto prazo, o setor de commodities mantém demanda forte, impulsionado pelo crescimento da China.

"O indício de uma bolha especulativa foi o que aconteceu com os preços [anteontem]. A China talvez não cresça 11%, mas pode crescer de 7% a 8%. Podemos ter uma pequena bolha se formando, mas ainda há um caráter estrutural de escassez de matérias-primas", disse Leonardo Mello de Carvalho, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Independentemente da avaliação sobre a extensão desses efeitos na economia, há um consenso de que o país estava menos imune do que se pensava em relação ao contágio da crise.

Para Francisco Eduardo Pires de Souza, professor da UFRJ, a arbitragem nos preços de ações de companhias negociadas no Brasil e no exterior e o fato de que cerca de 60% dos novos lançamentos de ações foram adquiridos por capital estrangeiro justificam a queda do mercado brasileiro. "Em momentos de maior estresse no mercado, esses investidores retiram os recursos. Apesar das melhoras, o Brasil ainda não é grau de investimento."

O responsável pela área de pesquisas da corretora Ágora, Marco Melo, explica que a instabilidade dos últimos dias está ligada à saída de investidores que haviam migrado de ativos menos lucrativos para esse mercado. "O movimento de queda é saudável, porque os preços estavam muito altos, mas não muda nossa visão de que a demanda por esses produtos continuará forte".

Júlio Capua, sócio da XP Investimentos, também espera que o crescimento externo, principalmente da China, continue puxando as exportações brasileiras. Ele duvida da tese do "descolamento completo", mas acredita que o Brasil está menos exposto aos "solavancos" da economia mundial.

Segundo Souza, o crédito abundante, a taxa de investimento e o consumo das famílias seriam suficientes para uma expansão de 4% a 4,5% do PIB em 2008. Perdas com a queda de preço de produtos exportados poderiam ser compensadas pela possível valorização do dólar.

Os efeitos de uma eventual queda nos preços das commodities seriam nas exportações. Souza destaca que, apesar dos efeitos negativos, o impacto pode ser pequeno, porque, em 2007, as importações já cresciam em ritmo mais acelerado do que as exportações e o país teve contribuição negativa do setor externo para o crescimento.

Para o economista, o pior cenário para a expansão do PIB seria uma elevação dos juros pelo Banco Central.

O economista Antônio Porto Gonçalves, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), é menos otimista. Ele prevê uma queda significativa no fluxo de comércio mundial, com conseqüências para a balança comercial brasileira. Como efeito, o país amargaria déficit em conta corrente e redução dos investimentos privados. "Esse freio na economia americana não será indolor para o Brasil."

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

"Fundamentos da valorização não mudaram"

Christian Broda, Professor da Universidade de Chicago

"Os fundamentos para o aumento dos preços não mudaram. Então, o cenário de preços de commodities elevados permanece para o médio prazo. Entretanto, as incertezas financeiras se espalharam substancialmente na última semana e os preços das commodities não ficaram imunes às turbulências em outras classes de ativos. Isso sugere que a volatilidade nas commodities persistirá nas próximas semanas."

"Patamar atual não se sustenta"

Miguel Daoud, Analista da Global Financial Advisor

"No longo prazo, os preços vão cair muito. Os níveis atuais não se sustentam, pois os valores foram inflados pelo excesso de liquidez no sistema financeiro, e não pela lei da oferta e da procura. Os investidores buscaram esses ativos "reais" como forma de se proteger da desvalorização do dólar, mas, diante da perspectiva de uma recessão nos EUA, estão fugindo. Os preços devem ficar de 20% a 25% menores do que agora."

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Bolsa fecha semana com desvalorização de 4,85%

*Ontem, Bovespa teve dia de oscilação, mas conseguiu fechar em leve alta de 0,27%
Ações de empresas voltadas ao consumo interno sobem; matérias-primas seguirão ditando
rumos do mercado, afirmam especialistas*

DENYSE GODOY
DA REPORTAGEM LOCAL

Dividida entre a melhora do humor em Wall Street e o enfraquecimento dos preços das commodities nos últimos dias, a Bolsa de Valores de São Paulo teve uma quinta-feira de muita oscilação. Caiu até 1,7% no início do dia, intercalou vários momentos de elevação e baixa, mas conseguiu se sustentar em território positivo a partir do meio da tarde. Fechou em alta de 0,27%, aos 58.987 pontos. Na semana encurtada pelo feriado da Sexta-Feira Santa, a Bolsa acumula perdas de 4,85%. No ano, são de 7,66%.

A queda do preços das commodities é explicada tanto pela expectativa de que o desaquecimento da economia dos Estados Unidos provoque uma forte desaceleração mundial -levando à diminuição da demanda pelas matérias-primas agrícolas e metálicas e pelo petróleo- quanto pela busca de ativos de menor risco por parte dos grandes investidores.

"Ao longo dos últimos dias, o desenvolvimento da crise no sistema financeiro americano fez muitas pessoas revisarem as suas expectativas quanto ao grau de desaquecimento da economia dos EUA e se perguntarem se o crescimento da Ásia seguraria os preços das commodities", comenta Vladimir Caramaschi, economista-chefe da Fator Corretora. "Eu acho que o segundo movimento teve mais força, entretanto. Havia muitos "hedge funds" apostando nas commodities usando elevada alavancagem [dinheiro emprestado], e o que aconteceu com o Bear Sterns está fazendo as Bolsas pedirem mais garantias das aplicações realizadas. Por isso, os investidores precisam tirar seus recursos de alguns lugares para cobrir as suas posições. Isso se reflete também nas cotações do dólar."

A moeda americana subiu 0,69%, para R\$ 1,733. Tem alta de 1,17% na semana e registra baixa de 2,48% em 2008.

Boa parte das empresas listadas na Bovespa é ligada ao setor de commodities. Ontem o papel preferencial (PN) da Companhia Vale do Rio Doce ficou estável, a R\$ 44,20, mas na semana tem desvalorização acumulada de 9,01%. O ordinário (ON) recuou 0,8%, a R\$ 52,73, com perdas de 10,47%. Os da Petrobras também estão entre os que mais sofreram. O PN se manteve em R\$ 69,40 ontem, com queda de 9,56% na semana. O ON caiu 0,65%, para R\$ 83,25, acumulando desvalorização de 11,42% na semana.

Já as ações de empresas voltadas ao consumo interno tiveram desempenho menos ruim. A ON da Sadia ganhou 3,15% ontem, chegando a R\$ 9,80. A queda na semana é de 2,87%. Ainda devido ao balanço positivo divulgado no dia 18, a ON da construtora Tecnisa disparou 9,58% na quinta-feira, a R\$ 8, acumulando alta de 12,7% na semana.

Segundo especialistas, é muito difícil prever o comportamento da Bolsa no curto prazo. "Se esse cenário de queda dos preços das commodities se mantiver, o mercado segue fraco", avisa Fausto Gouveia, analista da Alpes Corretora.

Trégua em NY

Depois das fortes quedas da véspera, a Bolsa de Nova York e a Nasdaq (onde se negociam papéis de empresas de tecnologia) tiveram considerável alta, enquanto os investidores aproveitavam o preço relativamente baixo de alguns papéis para comprar. O índice Dow Jones avançou 2,16%, e o da Bolsa eletrônica subiu 2,18%.

A queda de 0,68% do petróleo, que terminou o expediente a US\$ 102,54 na Nymex (Bolsa de Mercadorias de Nova York), mas chegou a ficar abaixo de US\$ 100 durante a sessão, ajudou a desanuviar o mercado. O produto mais barato alivia a pressão sobre a inflação nos Estados Unidos.

Embora os pedidos de auxílio-desemprego tenham crescido mais do que o esperado nos EUA (leia texto à pág. B7), o pretexto para os investidores deixarem um pouco de lado o pessimismo foram os números do Fed (Federal Reserve, banco central americano) mostrando que a atividade industrial no país caiu menos em março do que o previsto.

Fora dos EUA, os mercados se mostraram desanimados. A Bolsa de Hong Kong recuou 3,5%. A de Londres teve baixa de 0,91%; a de Frankfurt recuou 0,65%; a de Paris perdeu 0,49% (leia à pág. B6).

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Emergentes serão menos afetados, diz OCDE

Crescimento econômico e commodities não salvarão da crise países como o Brasil, mas impacto deve ser reduzido, afirma organização

OCDE espera crescimento "em torno de zero" nos EUA nos dois primeiros trimestres do ano, mas evita falar em recessão

CÍNTIA CARDOSO

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE PARIS

Um período "nefasto" é o prognóstico da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para a economia americana nos próximos meses. Mas, pelo menos a princípio, a Europa e os países emergentes devem sofrer um abalo menor.

Historicamente os primeiros a serem atingidos por abalos na economia americana, desta vez os países emergentes parecem estar menos vulneráveis, apesar de não estarem imunes.

"O desenvolvimento das economias dos emergentes, especialmente Brasil, China, África do Sul e Índia, permitirá que eles tenham um caminho mais independente", disse à Folha Colm Foy, do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

O economista destaca dois pontos fortes: "O crescimento econômico e a alta dos preços das commodities servem como um colchão. Isso não deve salvar essas economias, mas ajuda a protegê-las dos impactos negativos de problemas das economias dos países da OCDE, especialmente os EUA".

Apesar do revés da disparada do preço do barril de petróleo, para muitos países em desenvolvimento, é justamente a renda das exportações do produto que têm assegurado uma certa blindagem dessas economias. Segundo Foy, quando investidores miram o cenário de longo prazo, as economias emergentes parecem bastante atraentes. Por isso, é possível esperar que investimentos continuem apesar dos altos preços dos petróleo.

"Hoje, há fonte variada de investimentos. A América Latina já foi extremamente dependente dos EUA. Nos anos 90, passou a ser mais dependente da Europa. Hoje, há novos "players", como Índia e China, que investem nesses países. Ao mesmo tempo, vemos latino-americanos diversificarem seus mercados de exportação."

No rol de fatores que contribuem para uma certa proteção dos emergentes, está a atuação dos fundos soberanos -os SWFs (Sovereign Wealth Funds), administrados por organismos estatais. Os SFWs eram utilizados, principalmente, por países exportadores de petróleo com reservas internacionais excedentes. Nos últimos anos, porém, houve uma expansão do mercado de SFWs, que, estima-se, movimentem US\$ 2,5 trilhões.

Além do aumento da atuação desses fundos, também cresceu o apetite pelo risco. Na carteira de investimentos dos fundos soberanos, cresce a importância de títulos de dívidas de empresas, ações e de imóveis.

"Eles [fundos soberanos] ainda preferem investir nas economias desenvolvidas, mas também investem nos emergentes e devem aumentar a exposição ao risco, porque o retorno é mais alto e porque é mais fácil aplicar nos países emergentes que nos da OCDE", pondera Foy.

Países ricos em crise

Segundo o relatório preliminar sobre a saúde econômica dos países ricos divulgado ontem em Paris, o PIB (Produto Interno Bruto) dos EUA deve crescer 1,4% neste ano, contra 2% projetados anteriormente.

Para o primeiro e o segundo trimestres deste ano, a taxa deve ficar "em torno de zero, mas não sabemos ainda se será positiva ou negativa", disse Jürgen Elmeskov, economista-chefe interino da OCDE.

A organização tem evitado usar a palavra recessão para caracterizar a crise dos EUA. Em passagem pela sede da OCDE nesta semana, o diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Dominique Strauss-Kahn, disse que o "ambiente econômico está se deteriorando", mas enfatizou que não é hora de falar em recessão.

Os indicadores, porém, são bastante ruins. O recuo do mercado imobiliário corrói um ponto percentual do PIB americano e o estrago pode ser ainda maior, alerta a OCDE. O nível do consumo doméstico, a locomotiva da economia dos EUA, também está em queda.

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Economistas levaram "bordoada" com crise, diz Lula

Presidente critica analistas de bancos estrangeiros que dão "palpites" sobre a dívida brasileira e "esqueceram de cuidar deles mesmos"

Lula afirma que crise nas Bolsas "não é uma coisa tão anormal" e que o país tem condições de superar seus impactos

DIMITRI DO VALLE
DA AGÊNCIA FOLHA, EM FOZ DO IGUAÇU

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem economistas de bancos estrangeiros que dão "palpites" sobre a dívida brasileira e não lembraram de reagir contra a crise hipotecária norte-americana. Lula disse que o caso representou "uma bordoada" nos analistas das instituições financeiras.

"Quantos palpites os bancos deram sobre nós. Eles nem conheciam países como o Brasil, a Argentina e a Bolívia, e, agora, quase todos eles, economistas de 29, 30 anos, tomaram uma bordoada com a crise americana. Eles queriam tanto cuidar dos outros que esqueceram de cuidar deles mesmos", afirmou Lula em Foz do Iguaçu (PR).

O presidente, que foi ao Paraná para anunciar obras locais e estudos de implantação do alcoolduto Campo Grande-Paranaguá, declarou também que a crise nas Bolsas de Valores "não é uma coisa tão anormal". "Achamos que a turbulência da Bolsa é própria da Bolsa."

Desde o início da semana, as Bolsas dos principais mercados internacionais têm operado com forte instabilidade. No Brasil, a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) segue a mesma tendência -anteontem, caiu 5,01%, e ontem avançou 0,27%.

Para Lula, o país tem condições de suportar os impactos da crise ao elevar suas reservas internacionais -que hoje estão em quase US\$ 200 bilhões-, além de ter buscado novos mercados de exportação para evitar a dependência dos Estados Unidos, ameaçado de entrar em recessão por causa da crise.

As mesmas medidas, segundo o presidente, aliadas à expansão de crédito, podem garantir crescimento sustentado ao país. "Sem fazer bobagens, podemos ter 10 ou 15 anos de crescimento", disse.

Cana-de-açúcar

O presidente Lula declarou também que o bom desempenho esperado da economia brasileira está ligado ainda à expansão do mercado de biocombustíveis no cenário externo.

De acordo com Lula, governo e empresários devem se preparar de forma profissional e com "cartão de credibilidade social" para deixar de ser "vítima de ataques" sobre as condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar.

Lula minimizou denúncias de trabalho escravo no Brasil ao fazer comparações com mineiros europeus.

"Um dia desses, em Bruxelas [na Bélgica] eu dizia a alguns empresários: é verdade que o trabalho do cortador de cana é um trabalho penoso. Mas, certamente, ele não é mais penoso do que é nos trabalhadores das minas de carvão que fizeram a Europa se transformar numa grande nação", afirmou.

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

FMI prevê queda moderada das commodities

A alta acumulada dos preços das commodities neste ano é explicada em parte por um movimento especulativo, em que investidores tentam se proteger da queda do dólar, segundo o FMI. Para a instituição, como é esperada uma desaceleração na economia global neste ano e em 2009, é possível que os preços das matérias-primas também caiam (assim como ocorreu nos últimos dias). No entanto, a menos que haja um declínio muito forte na expansão mundial, a redução nos preços não deve ser significativa, em razão da demanda forte dos países emergentes.

Folha de S.Paulo – 21/03/2008

Crise assusta instituições financeiras na Europa

BCE põe 15 bi no mercado; Reino Unido convoca bancos

MARCELO NINIO
DE GENEBRA

As principais Bolsas européias voltaram a fechar em baixa ontem, em meio ao pessimismo alimentado por maus indicadores nos Estados Unidos, da queda nos preços das matérias-primas e de uma nova tentativa de bancos centrais de reduzir os efeitos da falta de liquidez na economia. O BC europeu injetou 15 bilhões no mercado, enquanto o presidente do Banco da Inglaterra reuniu as cinco principais instituições financeiras britânicas para discutir a crise.

Em mais um sinal de que as turbulências estão longe de acabar, o segundo maior banco da Suíça teve que rever para baixo sua receita no ano passado e não prevê lucro no primeiro trimestre de 2008. O Credit Suisse justificou o desempenho bem pior que o esperado afirmando que o mês de março está sendo "muito difícil", e que o mercado opera sob "tremendo estresse". Mas acusou também a "má conduta" de alguns operadores do banco.

As Bolsas européias atravessaram o dia entre sobressaltos, para fechar com perdas moderadas. Quedas em Londres (-0,91%), em Frankfurt (-0,65%) e em Paris (-0,49%) marcaram os pregões. Num gesto que casou surpresa e foi interpretado entre analistas como um esforço para garantir uma Páscoa sem tanto nervosismo, o Banco Central Europeu anunciou na véspera do feriado a injeção de 15 bilhões no mercado, para facilitar a vida de bancos carentes de liquidez.

Reunião

Em Londres, o presidente do Banco da Inglaterra se reuniu com os presidentes dos cinco maiores bancos britânicos -Royal Bank of Scotland, Lloyds TSB, HSBC, Barclays e HBOS- para discutir o que pode ser feito para vitimar o mercado de crédito. Na segunda-feira o BC britânico já anunciara a injeção de 5 bilhões de libras (cerca de R\$ 17,1 bilhões) no mercado.

Os banqueiros britânicos há muito pedem que os Bancos Centrais aceitem mais tipos de garantias para empréstimos, o que permitiria que fossem usados investimentos de valor questionável. O BC britânico resiste, afirmando que os contribuintes não deveriam ter que pagar pelos riscos que os banqueiros assumem voluntariamente.

Diante desse quadro de incerteza, o Credit Suisse afirmou ontem que deverá concluir um trimestre com perdas pela primeira vez desde 2003, devido às condições do mercado e à "má conduta intencional" de alguns operadores.

Em um comunicado distribuído ontem, o banco suíço baixou de US\$ 1,32 bilhão para US\$ 540 milhões (R\$ 918 milhões) o lucro do último trimestre de 2007. Com isso, a previsão de lucro para o ano passado caiu de US\$ 8,5 bilhões, para US\$ 7,76 bilhões (R\$ 13,1 bilhões). O banco já havia informado que teria de baixar sua previsão de lucro porque o valor de algumas de suas aplicações havia sido inflado.

Uma auditoria interna revelou, de acordo com o banco, que "a má conduta de um pequeno grupo de traders" estava por trás do erro. Brady Dougan, presidente do Credit Suisse, disse que os funcionários envolvidos haviam sido demitidos ou suspensos.

O Credit Suisse não foi a única vítima européia a sangrar ontem com os efeitos da crise norte-americana. O alemão IKB Deutsche Industriebank, informou prejuízos em posições atreladas ao mercado hipotecário dos Estados Unidos, e calculou que perderá cerca de US\$ 1,6 bilhão (R\$ 2,7 bilhões) neste ano.

Anexo B – Matérias publicadas no jornal *O Globo*

O Globo - 18/03/2008

Crise escolhe a próxima vítima
AMEAÇA GLOBAL

Bolsas despencam no mundo e analistas apontam para problemas no Lehman Brothers

NOVA YORK, RIO e LONDRES

Marco de uma crise que já está sendo considerada a pior desde a Segunda Guerra Mundial, o dia de ontem foi de fortes perdas nos mercados globais. Os investidores reagiram mal à compra do banco de investimentos Bear Stearns pelo JPMorgan Chase por US\$236 milhões - 6,7% de seu valor de mercado na última sexta-feira -, aumentando os temores de que a crise de crédito se espalhe pelo setor financeiro e o colapso seja apenas o primeiro de uma série. As ações do Lehman Brothers, quarto maior do setor, caíram até 48% no dia, por rumores de que será a próxima vítima. Em nota, executivos disseram que o banco tem um caixa sólido. Mesmo assim, suas ações fecharam em queda de 19%. O site do "Wall Street Journal" informava ontem que o DBS, banco de Cingapura, teria decidido encerrar suas relações com o Lehman. E a agência Moody's confirmou a mudança nas notas do banco, de positivo a estável, por causa, entre outros fatores, de sua exposição ao setor imobiliário.

- Todos estão perguntando: quem é o próximo? Há um Bear Stearns na Europa? Os bancos de investimento podem começar a quebrar? - questionou o estrategista do BNP Paribas, Edmung Shing.

Em Nova York, o Dow Jones, que chegou a cair mais de 1,5%, acabou fechando em ligeira alta, de 0,17%. Nasdaq e S&P 500 recuaram 1,60% e 0,90%, respectivamente. Na Europa, as principais bolsas perderam cerca de 4%. Na Ásia, o recuo superou 5%. O Brasil não ficou imune. O principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo, o Ibovespa, chegou a cair 4,27% e encerrou em queda de 3,19%, aos 60.011 pontos. O dólar acompanhou a venda de ações e a aversão ao risco e subiu 0,64%, para R\$1,724. O risco-país subiu 4,50%, para 302 pontos centesimais. Mas aqui ainda não há pânico, dizem analistas.

- Lembra o que acontecia em momentos de crise no Brasil? O dólar disparava de forma assustadora - disse Fausto Vieira, economista da gestora de recursos Rio Bravo.

Empréstimos entre bancos paralisados

O Brasil virou "pagador de contas" para as perdas no exterior, segundo o gerente de análise da Prosper Corretora, André Segadilha. Com isso, as ações mais negociadas tiveram fortes quedas, caso da Vale e da Petrobras. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Vale caíram 6,06%, e as preferenciais (PN, sem voto), 4,34%. As ONs da estatal caíram 5,31% e as PNs, 3,79%. Anunciada no domingo, a operação de compra do Bear Stearns - que tem forte exposição no mercado de crédito hipotecário - pelo JPMorgan teve a ajuda emergencial de US\$30 bilhões do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) para evitar a falência do quinto maior banco de

investimentos dos EUA. O Fed também decidiu cortar no domingo a taxa de redesconto (que cobra de empréstimos diretos para bancos) e anunciou outras medidas de liquidez.

As ações do Bear Stearns fecharam ontem em queda de 84%. Já os papéis do JPMorgan subiram mais de 10%, o que impulsionou a virada do Dow Jones no fim do dia. Também pesou positivamente a expectativa de que o Fed reduza hoje a taxa básica de juros, em 3% ao ano, em um ponto percentual, a fim de estimular a economia.

A preocupação com a estabilidade e a solvência de instituições financeiras secou os volumes no mercado de crédito. Ontem, as operações financeiras e os empréstimos interbancários quase foram interrompidos, com os bancos cada vez mais temerosos em negociar uns com os outros. Operadores diziam que esse mercado está discriminatório, dependendo do nome do banco. As taxas publicadas não eram confiáveis, e analistas disseram que qualquer banco que já não tenha reservado recursos para mais de uma semana vai ter dificuldade em levantar dinheiro. "O quase colapso do Bear e a aquisição aceleram a crise de liquidez e a crise do mercado aberto", disse Willem Sels, analista da Dresdner Kleinwort, em nota a clientes.

Na Europa, Londres caiu 3,86%, Frankfurt, 4,18%, e Paris, 3,51%. Os mercados asiáticos despencaram para os piores níveis desde agosto. Tóquio recuou 3,7%, depois de bater no pior patamar desde agosto de 2005. Em Hong Kong, a queda foi de 5,18%.

O Globo - 18/03/2008

Dólar no nível mais baixo de 12 anos

Moeda americana recua para cotações mínimas frente a iene e euro

Da Bloomberg News

TÓQUIO e SEATTLE. A cotação do dólar recuou para menos de 96 ienes pela primeira vez nos últimos 12 anos devido ao receio de que os prejuízos registrados pelo mercado de crédito se ampliarão após um corte emergencial realizado na taxa de desconto do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) e a venda do Bear Stearns para o JPMorgan Chase. O dólar também caiu para seu novo recorde de baixa frente ao euro e ao franco suíço.

Foi o primeiro corte de juros do Fed durante um fim de semana desde 1979. Ontem, os operadores do mercado aumentaram suas apostas de que o Fed reduzirá, na reunião de hoje, sua taxa básica de juros em um ponto percentual, para estimular a economia. A medida tornará os títulos de renda fixa dos EUA menos atraentes para os investidores mundiais, sobretudo num momento em que o Banco Central Europeu (BCE), para evitar riscos inflacionários, mantém suas taxas inalteradas, em níveis elevados.

- O dólar está enfrentando uma crise de credibilidade - disse Koji Fukaya, estrategista cambial sênior do Deutsche Securities, divisão do Deutsche Bank AG em Tóquio. - Todos os mercados estão entrando num círculo vicioso.

O dólar recuou para até 95,76 ienes, sua mais baixa cotação desde 15 de agosto de 1995. Frente ao euro, caiu para US\$1,5903, a menor cotação desde a criação da moeda comum europeia, em 1999. A divisa também atingiu a baixa histórica de 0,9638 francos suíços.

O preço do ouro disparou para a cotação recorde de US\$1.033,90 por onça-troy (31,1 gramas), num momento em que os prejuízos do mercado de crédito e a desvalorização do dólar aumentaram a demanda pelo metal precioso como forma de proteção para os investimentos.

- Esta é uma situação de pânico. As pessoas que estão comprando ouro estão pensando: Não há mais nenhum outro lugar para onde ir. Eu quero comprar alguma coisa segura- disse Leonard Kaplan, presidente da Prospector Asset Management de Evanston, no Estado do Illinois, que negocia ouro desde 1973.

Já o petróleo, que também vinha batendo recordes de alta com o enfraquecimento do dólar, caiu mais de 4% ontem na IBolsa de Mercadorias de Nova York, com investidores vendendo os contratos futuros para ampliar o caixa e reduzir a exposição às commodities. Foi a maior queda durante o pregão em sete meses. O barril fechou cotado a US\$105,68 (-4,11%). Em Londres, o Brent caía para US\$100,61, depois de ter atingido a mínima de US\$95,5.

<http://oglobo.globo.com/economia/>

O Globo - 18/03/2008

BCs anunciam socorro de mais US\$14 bilhões

AMEAÇA GLOBAL: Bush diz que país está "vivendo tempos desafiadores", mas assegura que situação está sob controle

Montante foi ofertado por bancos centrais de Inglaterra e Japão. BC britânico deve injetar mais US\$20 bi hoje

Da Bloomberg News*

LONDRES, TÓQUIO e WASHINGTON. Os bancos centrais voltaram a injetar dinheiro no sistema financeiro ontem para assegurar liquidez ao mercado. Desta vez o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) ficou de fora. A ajuda veio do Banco da Inglaterra, com 5 bilhões de libras (aproximadamente US\$10 bilhões), e do Banco do Japão, com outros US\$4,1 bilhões, totalizando US\$14,1 bilhões.

Foi a primeira operação emergencial de empréstimo de curto prazo dos últimos seis meses do Banco da Inglaterra. Hoje, o banco deve oferecer mais cerca de US\$20 bilhões, como anunciado semana passada em comunicado conjunto com o Fed e os bancos centrais Europeu, do Canadá e da Suíça. Ao todo, os quatro BCs se comprometeram a injetar mais de US\$400 bilhões. O BC britânico planeja ainda uma injeção com volume ainda não definido para abril, também prevista no anúncio da semana passada.

"Essa medida está sendo tomada em reação às condições dos mercados de curto prazo observadas na manhã de hoje (ontem)", disse o Banco da Inglaterra em comunicado. Segundo a instituição, a procura foi bem maior que a oferta: 23,6 bilhões de libras ou cerca de US\$46 bilhões. Desde dezembro de 2007, o banco baixou sua taxa de juros duas vezes, para 5,25%, para proteger o país da crise.

- Estamos claramente sentindo os fortes golpes desse processo - disse Richard McGuire, economista do Royal Bank of Canada em Londres.

É a oitava injeção de liquidez no Japão este ano

O Banco Central do Japão anunciou a oferta de US\$4,1 bilhões ao mercado logo pela manhã de ontem. Segundo analistas, a ajuda já era esperada, uma vez que o BC japonês não participou do socorro conjunto anunciado semana passada. A instituição já ofereceu ajuda ao mercado oito vezes este ano.

Diante da oscilação dos mercados, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, afirmou que apóia as medidas do Fed e tentou acalmar os americanos.

- Uma coisa é certa: estamos vivendo tempos desafiadores - disse após se reunir com sua equipe econômica. Bush insistiu, porém, que "os EUA estão no controle da situação", que os mercados de capital estão funcionando de maneira eficiente e que, a longo prazo, a "economia vai ficar bem".

(*) Com agências internacionais

O Globo - 18/03/2008

John Williamson

"É justo que os bancos sofram um pouco"

Conhecido no Brasil como pai do Consenso de Washington - receituário de medidas neoliberais para os países latino-americanos na década de 90 -, John Williamson, do Peterson Institute for International Economics, defende que o Fed busque instrumentos alternativos, além do corte de juros, para lidar com a crise.

Luciana Rodrigues

Como o senhor avalia as recentes medidas do Fed? Há um risco sistêmico?

JOHN WILLIAMSON: Até agora, esta é uma crise financeira. Não é uma crise que esteja afetando os setores reais da economia. É bem diferente da crise asiática de 1997 ou da crise das dívidas na América Latina (década de 80). É menos sério do que se fosse uma crise econômica. E, sim, trata-se de uma crise sistêmica. Mas uma crise, até agora, do sistema financeiro.

Em que momento a crise poderia afetar a economia real?

WILLIAMSON: O canal principal é secar o crédito. Se os bancos e outros agentes financeiros começassem a fazer restrições em diferentes modalidades de crédito, então a economia iria se desacelerar fortemente. Até agora, isso não ocorreu. Exceto no setor imobiliário, onde está havendo algumas restrições. No resto da economia, ainda não apareceu esse problema. E exatamente por isso eu não acredito que se trate de uma crise geral.

Não há risco de recessão nos EUA?

WILLIAMSON: A economia está mais lenta, certamente. Mas se vai entrar em recessão? Ninguém sabe. A maioria dos analistas acha que já aconteceu. Uma taxa de crescimento menor certamente já está ocorrendo.

Outros bancos podem quebrar ou sofrer uma corrida bancária?

WILLIAMSON: Sim, há esse risco. Eles (os bancos) correm muitos riscos para fazer muitos lucros, então é muito justo que sofram um pouco quando há uma crise.

As medidas que o Fed tomou até agora serão suficientes?

WILLIAMSON: Temos que ver. Há o perigo de o Fed fazer demais, em vez de fazer de menos. Quando o Fed cortou os juros da última vez, as taxas mais longas não desceram. Isso mostra que o Fed não tem a possibilidade de fazer muito com esse instrumento. Há muita barganha em torno dessa decisão sobre os juros (o Fed decide hoje a nova taxa básica). Se a economia se recuperar rapidamente, um corte mais forte pode ser perigoso, abre caminho para a inflação voltar. Seria mais saudável o Fed aumentar o uso de outros instrumentos em vez de usar demais os mesmos instrumentos.

Que outros instrumentos?

WILLIAMSON: O Fed, poderia, por exemplo, criar essa facilidade do crédito disponível para outros tipos de agentes. O Fed criou ontem (domingo) essa facilidade para os dealers (grandes

bancos de investimento que atuam em seu nome). Um empréstimo direto junto ao Fed poderia ser estendido a outras instituições financeiras, desde que elas apresentassem as devidas garantias.

O Globo - 18/03/2008

'Os bancos brasileiros estão sólidos'

Mantega diz que país está resguardado

Martha Beck e Luiza Damé

BRASÍLIA. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, classificou a crise no mercado financeiro mundial como de grandes proporções, mas destacou que a economia brasileira está blindada. Segundo ele, a situação internacional se agravou com as dificuldades do Bear Stearns.

- Houve um agravamento da crise internacional, que se deu em função de algumas instituições financeiras que ficaram inviabilizadas. As conseqüências (para o Brasil) são uma movimentação nos mercados de renda variável. Também pode haver alguma saída de capitais externos que estão aqui, de instituições que precisam desses recursos para cobrir os buracos lá (no exterior). Mas não há, por enquanto, qualquer repercussão no nível do investimento, do consumo, da atividade econômica propriamente dita.

Mantega fez a mesma avaliação na reunião da Coordenação Política, de manhã. Disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a situação internacional é delicada, mas garantiu que a situação brasileira é tranqüila. O ministro considerou positiva a repercussão das medidas cambiais adotadas na semana passada. À imprensa, Mantega salientou que o Brasil continua tendo a confiança dos investidores:

- Todos os analistas internacionais são unânimes em dizer que o Brasil é um porto seguro. As empresas estão sólidas, os bancos brasileiros estão sólidos, não estão envolvidos nesta crise. Portanto, até agora, estamos resguardados.

Tudo indica que a crise é de grandes proporções, diz:

- Alguns já começam a falar numa crise parecida com a de 1929. A diferença é que hoje nós temos mais instrumentos de política econômica, que neutralizam os efeitos da crise. Ela nunca será da mesma magnitude em termos de repercussões.

O Globo - 18/03/2008

Singh, do FMI: crise pode afetar emergentes

AMEAÇA GLOBAL: Presidente da Comissão Europeia afirma que as fortes oscilações do dólar causam preocupação

Para Paulo Nogueira, representante do Brasil no Fundo, país é forte, mas deve gerir contas externas com mais atenção

Ronaldo D'Ercole

SÃO PAULO. O diretor de Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anoop Singh, disse que a crise imobiliária e financeira dos EUA é "muito séria" e não será resolvida tão cedo. Embora os países emergentes desfrutem de mais solidez, ele advertiu que um aprofundamento da crise americana, combinada a uma forte desaceleração mundial, poderá afetar duramente essas economias, principalmente as latino-americanas. Paulo Nogueira Batista Júnior, diretor do Brasil no FMI, concorda que o Brasil tem uma posição relativamente forte, mas o que preocupa é que o quadro internacional e o nervosismo continuam piorando. Quando isso acontece, "as pessoas começam a pensar o impensável", disse, citando um colega do Fundo.

- O maior risco para a região é uma grande queda nos preços das commodities. Em desacelerações globais anteriores, esses preços caíram 30% a 40%, levando a desequilíbrios fiscal e comercial nesses países - disse Singh, em evento promovido pela União Europeia (UE) e o Banco Central (BC), em São Paulo.

Segundo ele, a crise americana ainda não chegou ao fundo do poço, e as autoridades terão de trabalhar duramente para proteger a economia mundial. Na opinião de Paulo Nogueira, o país deve redobrar as atenções, especialmente na gestão das contas externas:

- Por mais que a posição brasileira tenha melhorado, estamos evidentemente mais sujeitos a enfrentar desafios importantes: pode ser uma queda de preços de commodities, que ainda não aconteceu, e pode ser um contágio pelo lado financeiro. Por isso é tão importante preservar a força da posição externa do país.

José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, disse que as fortes oscilações do dólar em relação a outras moedas têm gerado muitas preocupações:

- Movimentos erráticos, muito súbitos, nas taxas de câmbio são indesejáveis. Esperamos que as autoridades monetárias colaborem para fazer face a essa situação, que é indesejável do ponto de vista da estabilidade financeira e para o crescimento econômico global.

Segundo Barroso, apesar das turbulências, a economia europeia mantém "sinais extremamente sólidos". Ele elogiou a atuação do Banco Central Europeu em relação às situações mais difíceis. Mas admitiu que a região não passará incólume ao "abrandamento" no ritmo americano:

- Mesmo assim (apesar dos bons fundamentos), poderá haver alguma repercussão na economia real, com a instabilidade que se faz sentir nos mercados financeiros internacionais. A economia europeia não está completamente imune, por isso continuamos vendo-a com vigilância, porém, saudável.

Atenção e serenidade foram as ações mencionadas pelo diretor de Política Monetária do BC, Mário Mesquita, como fundamentais para o banco.
www.oglobo.com.br/economia

O Globo - 18/03/2008

Para Fundo, riscos de contágio são altos

OCDE e ONU também estão preocupadas

PARIS. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Kahn, afirmou ontem que a crise no mercado financeiro global está piorando e que o risco de contágio está aumentando. Em conferência de imprensa em Paris, ele elogiou as medidas emergenciais tomadas pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) no domingo.

- Obviamente, a crise dos mercados é mais grave agora e mais global que há algumas semanas. Os riscos de contágio são muito altos - disse Strauss-Kahn.

Ele afirmou ainda que o Banco Central Europeu (BCE) e o Fed estavam administrando bem as turbulências relativas à liquidez do mercado de crédito, e que a situação nos mercados monetários, mesmo que tensa, não exigia intervenção dos bancos centrais.

O Fundo Monetário Internacional deve reduzir suas previsões de crescimento econômico nas próximas semanas, incluindo as projeções para os Estados Unidos, acrescentou.

Sobre as medidas do Fed, o diretor-gerente do FMI disse que "só pode considerá-las bem-vindas", já que chegam no momento indicado.

O secretário-geral da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), José Ángel Gurría, afirmou, também em Paris, que "em um momento de incerteza econômica e de crescentes pressões inflacionárias, seria tentador deixar de lado reformas estruturais", mas que isso "seria um erro". Para ele, um pacote de reformas pode alentar o crescimento, "ao fazer que a economia funcione melhor e eliminar parte da névoa que rodeia o futuro econômico".

Para o relator da Organização das Nações Unidas (ONU), Miloon Kothari, a crise de hipotecas de alto risco (as chamadas subprime) nos EUA é apenas a ponta do iceberg do problema da moradia no mundo e uma consequência do modelo econômico que privilegia os princípios do livre mercado.

- Devemos conseguir que o imóvel recupere seu status de bem social - afirmou, classificando de equivocada a solução encontrada pelo governo dos EUA, que concederá dinheiro aos inadimplentes para que paguem suas dívidas.

O Globo - 18/03/2008

O mundo B

Paul Krugman

O impensável está se tornando inevitável.

Semana passada, o ex-secretário do Tesouro Robert Rubin e John Lipsky, um alto funcionário do Fundo Monetário Internacional, sugeriram que fundos públicos podem ser necessários para salvar o sistema financeiro americano. O senhor Lipsky insistiu que não estava falando de alívio financeiro. Mas estava.

Esta é a pergunta que devemos realmente nos fazer: quando os bancos centrais aliviam o sistema financeiro, o que eles farão para se certificarem de que não estarão aliviando também as pessoas que nos colocaram nessa confusão?

Vamos falar sobre por que um alívio é inevitável.

Entre 2002 e 2007, falsas crenças do setor privado - a crença de que os preços dos imóveis apenas sobem e de que uma nota AAA significava que um investimento era seguro - levaram a uma epidemia de maus empréstimos. Enquanto isso, falsas crenças na arena política - a crença de Alan Greenspan e seus amigos da administração Bush de que o mercado sempre está certo e a regulação é algo ruim - levaram Washington a ignorar os sinais de aviso.

Aliás, o senhor Greenspan ainda acredita nisso: sem aceitar culpa, ele continua a insistir que "a flexibilidade do mercado e a competição aberta" são "as mais confiáveis salvaguardas contra falhas econômicas acumuladas."

O resultado da concessão de mau crédito foi uma desordem financeira que vai causar perdas de trilhões de dólares.

Muitas pessoas dizem que o governo deveria deixar as lascas caírem - que aqueles que emprestaram a quem não deveriam simplesmente sofram as consequências. Mas isso não vai acontecer. Funcionários do sistema financeiro - corretamente - não estão dispostos a assumir o risco de que as perdas provocadas pela concessão de maus créditos esfacelem o sistema financeiro e levem a economia real com ele.

Considere o que aconteceu sexta-feira passada, quando o Fed (o banco central americano) correu para ajudar o Bear Stearns.

Ninguém espera que um banco de investimento seja uma instituição de caridade, mas o Bear tem, particularmente, uma reputação repugnante. O banco teve um comportamento questionável na crise do subprime. Atraiu os clientes para dois de seus hedge funds que estiveram entre os primeiros a estourar a crise.

Bear, em outras palavras, merecia ser deixado à revelia. Mas o Fed correu para salvá-lo assim mesmo, temendo um colapso maior que causaria pânico nos mercados. O Fed sabia que estava fazendo algo ruim, mas acredita que a alternativa seria ainda pior.

O JPMorgan vai comprar o Bear por uma pechincha. Essa é uma solução para o caso - mas não um modelo para o alívio que está por vir. Olhando para frente, provavelmente vamos precisar de algo semelhante à "Resolution Trust Corporation", empresa estatal que assumiu os ativos de instituições de crédito declaradas insolventes e os vendeu para reembolsar os contribuintes. E precisamos disso rapidamente: as coisas estão desabando enquanto você lê este artigo.

PAUL KRUGMAN é colunista do "New York Times"

O Globo - 19/03/2008

EUA cortam juro e bolsas reagem

Lucros de bancos ajudam. Nova York tem maior ganho em 5 anos e Bovespa sobe 3,2%

Após a tempestade da véspera, os mercados mundiais tiveram ontem um dia de forte recuperação. A decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de cortar os juros em 0,75 ponto percentual e a divulgação de resultados de bancos levaram o índice Dow Jones a fechar em alta de 3,51%, com o maior ganho em pontos (420) dos últimos cinco anos e meio. O Nasdaq avançou 4,19%. As bolsas europeias também subiram mais de 3%. No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou com ganhos desde o início do pregão e encerrou os negócios na máxima do dia. O Ibovespa, seu principal índice, subiu 3,20%, aos 61.932 pontos. Em função da entrada de investidores estrangeiros no país, o dólar recuou 1,97%, para R\$1,690. O risco-país caiu 8,27%, para 277 pontos centesimais.

Em Wall Street, os indicadores já abriram em alta, impulsionados pelos resultados dos bancos de investimento Lehman Brothers e Goldman Sachs. Apesar de as instituições terem registrado lucros menores, os números ficaram acima do esperado. À tarde, os negócios ganharam força com o corte da taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual, para 2,25% ao ano, como parte do esforço do Fed para evitar uma recessão e o colapso financeiro.

EUA têm juro real negativo de 0,3%

O corte, significativo, foi menor do que muitos esperavam: um ponto percentual. Por isso, num primeiro momento, os investidores reagiram mal. O Dow, que ganhava 300 pontos cinco minutos antes do anúncio do Fed, reduziu os ganhos para 200 pontos logo após a divulgação. Em seguida, porém, vingou a interpretação de que a decisão foi acertada, com o controle da situação pelo Fed. A reavaliação acelerou as altas também no Brasil.

- Assim que saiu o corte, a Bovespa chegou a desacelerar. Depois, houve uma percepção de que o Fed havia agido corretamente, sem ficar refém do mercado, que desejava redução maior. Além disso, deixou um bom espaço de manobra para o futuro - explica Eduardo Roche, gerente de análise da Modal Asset.

O sexto corte consecutivo leva a taxa dos EUA ao seu menor patamar desde fevereiro de 2005, e ocorre dois dias após uma série de medidas emergenciais para enfrentar a crise financeira global. O Fed acumula três pontos percentuais em reduções do juro básico desde setembro. O BC americano também cortou ontem - além da redução de emergência já anunciada no domingo - em 0,75 ponto percentual a taxa de redesconto (que afeta os empréstimos aos bancos), para 2,50%. Segundo o economista Homero Guizzo, da MCM Consultores, já é possível dizer que os EUA têm juro real negativo de 0,3%, considerando projeções de inflação de 2,5% e de juro de 2,19% para os próximos 12 meses:

- Passar de uma situação de juro real baixo para juro negativo não é uma mudança radical. O importante é considerar que o Fed, em condições normais, levando em conta só a inflação e o crescimento esperado, não estaria reduzindo os juros, e sim aumentando. A questão mais importante é avaliar se o juro está baixo o suficiente para garantir que a liquidez volte ao normal.

Em comunicado, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) afirmou que "as perspectivas se debilitaram para a atividade econômica" e que os mercados permanecem "submetidos a tensões consideráveis". Além disso, "o ajuste das condições do crédito, assim como o agravamento da contração no setor imobiliário ameaçam pesar sobre o crescimento durante os próximos trimestres". O Fed destacou que "a incerteza aumenta sobre as perspectivas de inflação", indicando que seguirá vigiando preços.

Ontem, o Departamento de Trabalho dos EUA divulgou que os preços no atacado subiram 0,3%, conforme o esperado. O núcleo do índice (que exclui preços voláteis de energia e alimentos), porém, avançou 0,5%, a maior alta em mais de um ano, contra previsão de 0,2%.

O presidente americano, George W. Bush, disse que continua confiante na saúde da economia do país a longo prazo, apesar do "momento desafiador". Já o secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, afirmou que a economia está em forte desaceleração, mas não classificou a situação como recessão.

Na Europa e na Ásia, por causa do horário, os negócios não foram afetados diretamente pelo corte do Fed, mas por sua expectativa. Já as notícias corporativas tiveram forte impacto nas bolsas europeias: Londres ganhou 3,54%, Frankfurt avançou 3,41% e Paris, 3,42%. A bolsa de Tóquio e a de Hong Kong subiram 1,5% e 1,4%, respectivamente.

O lucro do Lehman - que chegou a ser apontado como a próxima vítima da crise de crédito, após a venda do Bear Stearns para o JPMorgan Chase - recuou 57% no primeiro trimestre fiscal, para US\$489 milhões, ante o US\$1,15 bilhão de igual período do ano anterior. Os analistas esperavam cerca de US\$430 milhões. Seu lucro foi deprimido pela baixa contábil de US\$1,8 bilhão provocada pela crise no mercado de crédito imobiliário. As ações do banco, que perderam 19% de seu valor de mercado na véspera, fecharam ontem em alta de 46,43%.

Papéis do Bear em alta de 22%

Já o Goldman Sachs anunciou que seu ganho caiu pela metade após sofrer mais de US\$2,5 bilhões em perdas com empréstimos e outros ativos. O lucro líquido recuou para US\$1,51 bilhão no trimestre encerrado em fevereiro. No mesmo período do ano passado, foi de US\$3,2 bilhões. Analistas previam resultado de US\$1,20 bilhão. As ações subiram 16,27%.

Já os papéis do Bear Stearns, que perderam 84% na segunda-feira, ganharam ontem 22,87%. Durante o pregão, a alta chegou a 45%. Esse incremento triplica a proposta de US\$275 milhões (ou US\$2 por ação) do plano de compra do banco pelo JPMorgan, num momento em que os operadores apostam na apresentação de uma oferta mais elevada pelo negócio. O Bear sofreu uma crise de liquidez e, para evitar um colapso, o Fed costurou, no domingo, sua venda ao JPMorgan, por um preço bem abaixo de seu valor de mercado.

Juliana Rangel, com agências internacionais

O Globo - 19/03/2008

Lula: crise dos EUA é mais grave que a da Malásia e Brasil não foi atingido

Presidente se refere a colapso asiático de 97, que, porém, começou na Tailândia

Flávio Freire* e Martha Beck

CAMPO GRANDE (MS) e BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou ontem o fato de a crise no mercado de crédito dos Estados Unidos não ter afetado a economia brasileira. Ao lembrar que o país "quase quebrou" durante a forte crise cambial que atingiu os países da Ásia, em 1997, Lula disse que o Brasil vai passar à margem do problema enfrentado pelos americanos.

- Nós estamos com uma crise certamente 30 vezes mais forte do que a da Malásia, que é uma crise na maior economia do mundo, os Estados Unidos. Eles (os americanos) já estão pensando que essa dívida (rombo dos ativos dos bancos) vai ficar em mais de US\$1 trilhão, e que o Estado vai ter que ajudar a resolver, porque parte do sistema financeiro está quebrando. E, até agora, não aconteceu nada com o nosso querido Brasil - disse ele, emendando:

- Por que não aconteceu nada? Essas coisas a gente não aprende no banco da escola, se bem que eu acho que a faculdade de Economia ensina. Mas a gente aprende na vida prática - disse o presidente, para em seguida lembrar das dificuldades financeiras que enfrentava com dona Marisa Letícia quando ainda trabalhava em fábricas de São Bernardo do Campo, na região do ABC paulista.

A crise asiática começou em julho de 1997, quando o governo tailandês desistiu de proteger sua moeda, o baht. Em seguida, foram à lona as moedas de Malásia, Indonésia, Filipinas e até Coréia do Sul, até então apontados como exemplos de sucesso, estremecendo mercados financeiros do mundo todo. Os "Tigres Asiáticos" (Hong Kong, Cingapura e Taiwan, além de Coréia do Sul) e também os "tigrinhos" (Malásia, Tailândia e outros) rapidamente viraram "micos" para os investidores, que sacaram US\$200 bilhões da região entre 1997 e 1998, causando quebra de empresas e profunda recessão. As moedas nacionais perderam ao menos metade de seu valor. A onda de temor financeiro chegou ao Brasil em janeiro de 1999 e causou a maxidesvalorização do real.

Nelson Barbosa: país pode ter queda nas "commodities"

Já o secretário de Acompanhamento Econômico da Fazenda, Nelson Barbosa, disse ontem que a crise financeira internacional se agravou e tornou-se sistêmica. No entanto, os efeitos para o Brasil ainda dependem do quanto esta instabilidade se alastrará para a economia real mundial. A ordem do dia no ministério é se antecipar.

A equipe econômica continua convicta de que o país está blindado do ponto de vista financeiro e, com o diferencial de juros, manterá fluxos positivos de capital. A Bovespa vai oscilar, e as perdas são naturais neste momento. Mas, se a crise financeira desacelerar fortemente a economia global, o país pode amargar a queda do preço das commodities e o encolhimento de mercados de manufaturados. As conseqüências ultrapassariam 2008, nesta hipótese.

- Nosso olhar é sobre as exportações e a produção industrial - avaliou Barbosa.

(*) Enviado especial

<http://oglobo.globo.com/economia/>

O Globo - 19/03/2008

Analistas vêem possibilidade, mas compra de ativos de má qualidade e sem transparência preocupa

Bancos nos EUA podem ser alvo de brasileiros

Com crise bancária e dólar fraco, Bradesco e Itaú passam americanos Morgan Stanley e Merrill Lynch em valor de mercado

Felipe Frisch

Com a crise no sistema bancário americano, e a conseqüente queda do valor das ações dos bancos estrangeiros, as instituições financeiras brasileiras começam a superar suas concorrentes internacionais em valor de mercado. Não à toa, são apontadas pelo mercado como potenciais compradoras de instituições em dificuldade mundo afora. Bradesco e Itaú, por exemplo, avaliados em mais de US\$55 bilhões, já têm preço superior aos tradicionais Morgan Stanley (US\$47,3 bilhões) e Merrill Lynch (US\$45,3 bilhões).

O Citi já ocupou a primeira posição do ranking, quando era avaliado em mais de US\$230 bilhões. Já os dois maiores bancos privados brasileiros rondavam a 40ª colocação em 2004. Hoje se aproximam do 10º lugar. Os valores levam em conta os preços das ações ontem e a queda do dólar, que beneficia os bancos brasileiros, com valor de mercado original em reais.

Na segunda-feira, os gigantes nacionais chegaram a valer mais do que UBS (avaliado naquele dia em US\$50,713 bilhões) e Credit Suisse (US\$52,405 bilhões). Isso sem falar do Lehman Brothers, atualmente avaliado em apenas US\$24,667 bilhões, segundo dados da Bloomberg. Investidores chegaram a especular que o Itaú, com valor de mercado bastante superior e dinheiro em caixa, estaria interessado no Lehman. O banco brasileiro informou apenas que "não comenta rumores". - Hoje, os bancos brasileiros são importantes nesse jogo. Eles têm todo o potencial para ir às compras. O mais provável seria comprar um braço (uma parte das operações, em alguma região, como a América Latina) - diz Fausto Vieira, economista da gestora de fundos Rio Bravo.

Para um experiente operador de mercado, as compras fariam sentido, uma vez que os brasileiros já têm operações no exterior. No entanto, são acostumados ao negócio no Brasil, que ainda oferece spreads (diferença entre os juros do dinheiro emprestado e os do dinheiro tomado) mais altos do que nas economias desenvolvidas.

Mas, apesar de tentador, o momento pode não ser o melhor para se tornar dono de uma instituição americana, dizem alguns. Para o estrategista da Pentágono Asset Management, Marcelo Ribeiro, nenhum banco brasileiro vai querer "se arriscar em terras estrangeiras para comprar ativos pouco transparentes", já que o tamanho do prejuízo dos bancos ainda não é totalmente conhecido:

- O JPMorgan comprou o Bear Stearns, mas o Fed (banco central americano) deu garantias, coisa que não daria para um banco de fora (dos EUA), e um banco de fora também não iria entrar num rio com águas turvas sem uma garantia dessas.

Foco ainda é o país, diz especialista

Para Aloisio Lemos, analista da corretora Ágora, o foco dos bancos brasileiros ainda é o país, onde eles têm "melhores oportunidades", e isso deve continuar. Mesmo quando montam agências no exterior, o foco é o cliente brasileiro, lembra.

- Não vejo os bancos focados em compras lá fora. A qualidade dos ativos é duvidosa. Já houve uma baixa significativa, e nada leva a crer que não haverá uma nova rodada. O desafio agora é saber como os bancos estrangeiros vão crescer. As operações que davam retorno no passado vão deixar de existir - diz Eduardo Roche, gerente de análise da gestora de fundos Modal Asset Management.

O Globo - 20/03/2008

A vez das 'commodities'

AMEAÇA GLOBAL

Matérias-primas recuam, derrubam bolsas e afetam ações de empresas brasileiras. Bovespa cai 5%

NOVA YORK, RIO e LONDRES

Uma forte correção nos preços das commodities, refletindo as preocupações persistentes com a desaceleração da economia americana, levou os mercados globais novamente ao vermelho ontem e afetou ações de empresas brasileiras, sobretudo as exportadoras. O ouro, por exemplo, registrou a maior queda diária desde 1980. Movimento similar ocorreu com o petróleo, que não perdia tanto desde 1991. Com desvalorizações nas ações do setor de energia e mineração, o índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, caiu 2,36%, eliminando quase 75% do ganho da véspera. Nasdaq e S&P 500 também caíram mais de 2%. O principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o Ibovespa, operou praticamente em queda livre: abriu em leve alta, mas logo tiveram início as perdas, e acabou fechando em baixa de 5,01%, aos 58.827 pontos. Com o forte movimento de venda das ações, o dólar comercial subiu 1,83%, para R\$1,721.

Dada a expectativa de desaceleração dos EUA, com desdobramentos mundiais, aumentou ontem a percepção de que os preços das commodities não poderiam se sustentar em patamares tão elevados quanto os vistos recentemente. A perspectiva de uma demanda global menor por energia fez o barril do petróleo para entrega em abril cair US\$4,94, ou 4,51%, para US\$104,48, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Foi a maior queda diária em dólar desde 17 de janeiro de 1991, quando perdeu US\$10,56. Durante o dia, chegou a recuar mais de 6%. Na segunda-feira, a commodity atingiu o recorde de US\$111,80.

Petrobras e Vale caem mais de 7%

O ouro para entrega em março perdeu US\$58,50 a onça-troy (31,1 gramas), ou 5,8%, para US\$944,70. O declínio foi o maior em 28 anos, desde 22 de janeiro de 1980, quando caiu US\$143,50. Outras commodities, como soja, café e cobre, também sofreram perdas. A cotação do cobre, por exemplo, recuou 2,8%.

As desvalorizações foram mais intensas no Brasil devido à alta exposição da Bolsa às commodities. Eram elas, com as fortes altas acumuladas no ano, que vinham segurando o mercado. Isso porque o Ibovespa é composto em 40,71% por empresas que negociam commodities direta ou indiretamente, tal como mineradoras, a Petrobras (petróleo) e a agrícola Cosan (açúcar).

As ações da Petrobras e da Vale respondem por 31% do Ibovespa e puxaram as quedas ontem. As preferenciais (PN, sem direito a voto) da estatal caíram 7,40%, e as ordinárias (ON, com voto), 6,90%. Com isso, o valor de mercado da petrolífera recuou R\$26,022 bilhões. Já as preferenciais da Vale caíram 7,21% e as ONs, 6,87%, com perda de valor de mercado de R\$18,362 bilhões. Os

papéis da Cosan também figuraram entre as maiores perdas (-7,41%), com a queda do açúcar no mercado internacional. O recuo no valor de mercado da empresa foi de R\$545,096 milhões.

- A compra do Bear Stearns pelo JPMorgan deu sinal amarelo para a realização de lucros nas commodities - disse Patricia Branco, sócia da gestora de fundos Global Equity, referindo-se, no jargão de mercado, ao embolso de ganhos de investidores após as altas acumuladas das commodities.

O movimento acontece um dia depois de os mercados terem ganhos maciços, na esteira de um novo corte do juro básico americano, para 2,25% ao ano, quando os índices de Wall Street tiveram o melhor pregão em mais de cinco anos. Os investidores parecem estar ainda avaliando a eficácia das medidas do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Até agora, os preços das commodities vinham alcançando recordes de alta porque os investidores buscavam proteção contra o dólar fraco.

Em Nova York, o dia começou com notícias favoráveis, como o anúncio do lucro do Morgan Stanley. Apesar de ter caído, o ganho foi melhor que o esperado. Na Europa, a Bolsa de Londres fechou em baixa de 1,1%, e a de Frankfurt recuou 0,5%.

Além do recuo das commodities, no fim da tarde o clima piorou em meio a rumores de que o banco de investimentos Merrill Lynch poderia ter ainda mais baixas contábeis relacionadas à crise de crédito. O temor surgiu a partir de uma ação judicial do Merrill Lynch contra a seguradora de bônus XL Capital.

Felipe Frisch, com agências internacionais

O Globo - 20/03/2008

Turbulência dura até o fim do ano

JOEY DEEP

NOVA YORK. Joey Deep, analista financeiro da agência de risco Standard & Poor's, acha que o Brasil será pouco afetado pela crise americana, que, em sua previsão, deverá durar até o fim do ano.

A recessão americana vai durar muito tempo?

JOEY DEEP: Nós falamos em crise e não em recessão. Isto significa que a economia americana enfrenta uma fase de turbulência, que vem exigindo sucessivas intervenções do Federal Reserve. A previsão é de que este período dure até o fim do ano. Há duas grandes interrogações: quais são as instituições financeiras envolvidas e quando os preços dos imóveis vão voltar à estabilidade.

Como a crise pode afetar o Brasil?

DEEP: Prevemos queda no fluxo de investimentos externos para o Brasil. As exportações também devem cair, mas isto só a longo prazo, por causa da China. Por enquanto, as importações chinesas estão compensando a queda das americanas, mas isto não deve durar muito tempo. Prevemos um crescimento mais lento para a economia brasileira este ano. O ponto forte da expansão brasileira é o fato de que ele tem sido feito com forte apoio na demanda interna.

É possível prever o crescimento do PIB brasileiro em 2008?

DEEP: Podemos dizer apenas que será menor do que o de 2007, portanto menos que 5,4%.
(Marília Martins, correspondente)

O Globo - 20/03/2008

EUA entre a recessão e a pressão inflacionária

AMEAÇA GLOBAL: Na opinião de Carlos Langoni, da FGV, o país "não vai repetir o erro que cometeu na crise de 29"

Evitar uma depressão parece ser a principal meta do banco central americano, dizem especialistas brasileiros

Liana Melo

Até quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) terá fôlego para socorrer os bancos e evitar, assim, uma crise ainda maior no mercado? Essa é a pergunta que está tirando o sono dos economistas brasileiros que analisam, à distância, o dilema vivido hoje os Estados Unidos, que estão se equilibrando entre a queda do juro real e o aumento da pressão inflacionária. Tudo indica que o maior temor do presidente do Fed, Ben Bernanke, não é a inflação, mas sim uma crise sistêmica do mercado financeiro.

- As escolhas do Fed indicam que, se tiver que haver uma recessão americana, que haja. O que precisa ser evitado, a qualquer custo, é uma crise financeira internacional - analisa Marcelo Nonnenberg, do Grupo de Análise e Projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo ele, tudo indica que o Fed aceita conviver com inflação, mas quer evitar uma quebradeira dos bancos, como ocorreu na crise de 1929. Os preços ao consumidor nos EUA subiram 4% de março de 2007 a fevereiro de 2008 (o núcleo da inflação, que exclui alimentos e energia, avançou 2,3%), sendo 0,4% nos primeiros dois meses deste ano. A MCM Consultores prevê que o índice seja de 2,5% nos próximos 12 meses.

Nonnenberg acredita que a decisão do Fed de baixar os juros em 0,75 ponto percentual - o mercado esperava um ponto - foi uma demonstração de que sua capacidade de ajuda financeira está comprometida.

O diretor do Centro de Economista Mundial da Fundação Getulio Vargas (FGV), Carlos Langoni, está convencido de que o Fed fará tudo para preservar a estabilidade do sistema financeiro, evitando que os EUA caiam numa depressão.

- Os Estados Unidos não vão repetir o erro que cometeram na crise de 29, quando a preocupação com a inflação acabou empurrando o país para uma depressão - comentou Langoni, analisando que hoje é mais importante conviver com o risco de um surto inflacionário nos EUA do que correr o risco de uma débâcle da economia mundial.

Ao contrário de Nonnenberg, Langoni acredita que o Fed ainda tem fôlego para continuar baixando os juros. Hoje, os juros americanos estão em 2,25% ao ano. Os juros reais, segundo a MCM, já estão negativos em 0,3%, considerando projeções de inflação de 2,25% e de juro de 2,19% para os próximos 12 meses.

Preços das "commodities" podem derrubar Brasil

O economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, está convencido de que o Brasil será afetado pela crise americana quando os preços das commodities começarem a despencar:

- O sucesso da economia brasileira é aparente, já que nosso sucesso está calcado nas exportações de commodities.

Langoni está convencido de que o Brasil, que não está entre os principais parceiros comerciais dos EUA, sofrerá menos na crise, mesmo que os preços das commodities despenquem:

- Vivemos num mundo multipolar, o que significa diversificação de mercados.

O Globo - 21/03/2008

Sob o signo da recessão

AMEAÇA GLOBAL

OCDE prevê crescimento zero para os EUA e FMI afirma que país está perto de retração

NOVA YORK, PARIS e ROMA

Dados e análises sobre a economia americana divulgados ontem por instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Federal Reserve (Fed, o banco central americano) reforçaram o sentimento de que o país caminha rumo à recessão. Projeções negativas por parte de montadoras - General Motors, Ford e Chrysler - ajudaram a traçar um cenário pior para este ano. A GM, por exemplo, teria adiado investimentos do primeiro trimestre para o fim do ano. Já a OCDE, que reduziu a previsão de crescimento da principal economia do mundo, afirma que o trimestre de abril a julho será o primeiro desde 2001 durante o qual a economia dos EUA não crescerá.

"A economia dos EUA está essencialmente andando de lado, ou talvez esteja se contraindo abertamente", disse, em nota, Jorgen Elmeskov, diretor em exercício do departamento de economia da OCDE. "Pode ser prematuro declarar a instauração de uma recessão, mas, com o ritmo de atividade tão abaixo de seu potencial, a desaceleração se amplia com rapidez."

Segundo a OCDE, a estagnação no segundo trimestre ocorrerá após uma expansão de apenas 0,1% neste trimestre. A previsão anterior da OCDE para os EUA, realizada em dezembro, era de um crescimento de 0,3% e 0,4%, respectivamente, nos primeiros trimestres de 2008.

Estados Unidos já estão em recessão, diz instituto

Os EUA perderam postos de trabalho por dois meses consecutivos, enquanto as vendas no varejo e a produção recuam. Para estimular a economia, o Fed cortou os juros seis vezes desde setembro, quando estourou o colapso dos empréstimos imobiliários de alto risco (subprime).

O FMI considera que a economia dos EUA "continua muito fraca, certamente perto de uma possível recessão", diz um esboço do documento "Perspectivas Econômicas Mundiais" obtido pela agência italiana Ansa. Dados de órgãos americanos também são desanimadores. O Instituto Conference Board informou que seu índice de indicadores antecedentes - que prevê atividades futuras - caiu 0,3% em fevereiro, no quinto mês seguido de baixa. A última ocasião em que caiu cinco meses consecutivos foi em 2001. E, segundo o Instituto de Investigações do Ciclo Econômico (ECRI, na sigla em inglês), o país já está "inequivocadamente" em recessão. O grupo, privado, cita seu indicador semanal, que recua há nove meses: o último, da semana encerrada no dia 14 de março, caiu para 130,8, ante 132,1 na semana anterior.

- O indicador mostra uma queda pronunciada, persistente e penetrante, que é, iminentemente, sinal de recessão - afirmou Lakshman Achuthan, diretor-gerente do ECRI.

Auxílio-desemprego: 22 mil pedidos a mais

A queda do indicador se deve a movimentos desfavoráveis na maioria de seus componentes, como preços de ações, auxílio-desemprego e mercado imobiliário. Na semana passada, o número de trabalhadores que pediram auxílio-desemprego pela primeira vez saltou de 356 mil na semana anterior para 378 mil, informou ontem o governo americano. Já o número que se manteve sob o benefício cresceu para o maior nível em três anos e meio.

No front industrial, um relatório do Fed da Filadélfia mostra que a atividade no Meio-Atlântico dos EUA encolheu pelo quarto mês seguido em março, reforçando evidências de que o país já está em recessão, ainda que a taxa tenha diminuído de -24 em fevereiro para -17,4 em março. É a mais longa série negativa (que indica contração) em cinco anos.

Um dos mais importantes setores da economia americana, a indústria automobilística já sente os efeitos da situação atual. Segundo o "Wall Street Journal", as três maiores montadoras do país preparam medidas de restrição de gastos. O diário informou que a GM adiou investimentos do primeiro trimestre, para ter certeza de que terá dinheiro caso o cenário piore. Já a Ford estaria considerando opções para cortar custos, a fim de ser lucrativa até 2009. E a Chrysler teria completado as medidas que reduzirão a produção em várias fábricas.

O Globo - 21/03/2008

Nova queda de 'commodities' impede recuperação mais forte da Bovespa
AMEAÇA GLOBAL: Cotação do ouro teve maior queda semanal desde 1990
Bolsa não segue desempenho de mercado americano e sobe apenas 0,27%

Juliana Rangel

Enquanto as bolsas americanas tiveram forte recuperação ontem - o Dow Jones subiu 2,16% e o Nasdaq, 2,18% -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou com leve valorização de 0,27%, aos 58.987 pontos. Segundo analistas, isso aconteceu porque as commodities tiveram mais um dia de queda. Empresas diretamente ligadas ao setor compõem 44% do principal indicador da bolsa, o Ibovespa. Na semana, o índice acumulou queda de 4,84%.

Nos EUA, o barril de petróleo do tipo leve americano, por exemplo, fechou em queda de US\$0,70, a US\$101,84, depois de recuar a US\$98,65. Em Londres, o Brent caiu US\$0,34, para US\$100,38 o barril. O ouro teve sua maior queda semanal desde 1990, de 8%. Contratos com entrega em abril perderam 2,7%, ou US\$25,30, para US\$920 a onça-troy (31,1 gramas) na Bolsa Mercantil de Nova York.

Na mínima do dia, os papéis preferenciais de Vale e Petrobras recuaram 1,92% e 2,73%, respectivamente. Mas recuperaram parte da perda, e fecharam estáveis em relação à cotação da véspera.

Dólar sobe 0,70% e fecha cotado a para R\$1,732

Segundo Álvaro Bandeira, da Ágora Corretora, quando o dólar ficou mais fraco, nos últimos meses, muita gente correu para comprar commodities.

- Elas já estavam em alta devido ao aumento da demanda, mas os preços ganharam impulso extra com investidores em busca de proteção. Agora, eles estão vendendo esses contratos para comprar ações de empresas americanas, que estão muito baratas. Mas não há motivo para achar que as commodities deixarão de ter preços elevados - diz.

Entre as notícias positivas que levaram as bolsas americanas a fecharem em alta e também puxaram a Bovespa está o detalhamento do plano de injeção de liquidez na economia do Federal Reserve (o BC americano). Além disso, o índice do Fed de Filadélfia, que mede produção manufatureira, foi melhor que o esperado em março. O dólar subiu 0,70%, para R\$1,732.

O Globo - 21/03/2008

Brasil pode ter enxurrada de dólares

Para analistas, diferença para os juros dos EUA atrairá mais investidores

Ronaldo D'Ercole

SÃO PAULO. A queda acelerada dos juros nos Estados Unidos, cuja taxa básica despencou de 5,25% ao ano, em agosto de 2007, para 2,25% nesta semana, pode trazer mais problemas para o governo brasileiro conter o "derretimento" do dólar frente ao real. Com a diferença em torno de dez pontos percentuais entre os juros pagos pelos títulos brasileiros e os dos papéis do Tesouro americano, somada aos bons indicadores da economia e à percepção de baixo risco de que o Brasil desfruta atualmente, aumentam os temores entre economistas e setores da indústria de que grandes volumes de recursos externos migrem para ativos em reais quando os mercados internacionais se acalmarem, produzindo drásticos efeitos sobre o câmbio.

- Diluídos os problemas externos, a tendência é ter uma enxurrada de dinheiro no país, com pressão enorme sobre o dólar - diz o economista Luis Suzigan da LCA Consultores.

O economista e consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Júlio Gomes de Almeida, ressalta que, por ter juros tão altos, os cortes acelerados nas taxas americanas colocaram o país, e particularmente a indústria nacional, numa armadilha.

- Se a crise se resolve logo, a indústria terá prejuízos porque o dólar tende a derreter de vez. E, se não acabar tão cedo, a crise internacional igualmente fará seus estragos na indústria brasileira - pondera.

Gomes de Almeida diz que a contínua desvalorização do dólar causa problemas "muito graves" para a indústria, que está sendo atenuado pelo forte ritmo de expansão da demanda doméstica. Segundo ele, embora a situação da inflação no país hoje seja mais "nebulosa" que em anos anteriores (quando o IPCA corria com certa folga em relação ao centro da meta), a possibilidade de o BC voltar a elevar os juros básicos seria "uma insanidade" nas atuais condições.

Máquinas e equipamentos mais baratos devido ao câmbio

Roberto Padovani, estrategista de Investimentos para a América Latina do banco WestLb, concorda que a tendência do dólar é mesmo de depreciação ante o real, mas não vê riscos de uma queda acelerada ou descontrolada da moeda.

- A aceleração não deve acontecer por causa das importações crescentes, do déficit na conta de serviços e também pela política de compra de reservas do Banco Central - diz.

O economista do WestLb também não vê na continuidade da depreciação do dólar algo tão desastroso para a indústria.

- A indústria não cresce pelas exportações. Não somos grandes exportadores de bens industriais e o câmbio não prejudica o setor como um todo.

Padovani aponta o barateamento dos custos de capital (máquinas e equipamentos) e o aumento da renda, que sustenta consumo interno, como benefícios que a apreciação cambial traz à economia do país.

- Por enquanto, não tem problema, os efeitos do câmbio podem ser controlados. A questão é: até quanto essa situação é sustentável.

O Globo - 21/03/2008

Governo olha crise com lupa, diz Lula

Presidente afirma que Petrobras não vai aumentar preços de combustíveis

Adauri Antunes Barbosa

FOZ DO IGUAÇU. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seu governo está "tranquilo" e "cauteloso" diante da turbulência nos mercados internacionais desencadeada pela crise no setor de crédito imobiliário dos Estados Unidos. Segundo Lula, tanto a situação lá fora quanto seus efeitos sobre os mercados financeiro e de capitais domésticos estão sendo acompanhados com lupa pelo governo.

- Nós achamos que a turbulência da bolsa (Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa) é própria da bolsa. Ou seja, nós não temos que ver isso como uma coisa tão anormal, porque a bolsa um dia cresce, pode crescer uma semana, um mês, e chega um dia que ela pode cair - disse o presidente, acrescentando: - O que é importante é que nós saibamos que tem uma crise nos Estados Unidos, essa crise está atingindo o sistema financeiro, sobretudo europeu, e nós estamos olhando com muita cautela, porque não queremos que uma crise americana, que não fomos nós que causamos, venha causar problemas ao Brasil. Nós estamos muito tranquilos e ao mesmo tempo cautelosos. Estamos olhando todo dia com lupa para ver se vai acontecer alguma coisa e vamos trabalhar para que não aconteça nada no Brasil.

Último aumento da gasolina foi em 2005, lembra Lula

A declaração foi feita durante entrevista concedida pelo presidente, ontem, depois de participar de mais um lançamento de projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em Foz do Iguaçu. Perguntado sobre a possibilidade de a Petrobras aumentar os preços dos combustíveis por causa das recentes altas do preço do petróleo nos mercados internacionais, o presidente negou que exista no governo algum estudo nesse sentido.

- Se nós não aumentamos a gasolina quando o barril de petróleo chegou a US\$110, agora que ele caiu por que nós haveríamos de aumentar? Não há nenhuma necessidade de aumentar o combustível no país. A última vez que aumentamos foi em 2005, quando barril de petróleo estava a US\$65. Não vamos aumentar, essa discussão não existe no governo - afirmou.